



MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS
DIRECÇÃO NACIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMA E PESQUEIRA

REVISÃO DO MEIO-TERMO DO PLANO DIRECTOR DAS PESCAS 2010-2019

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA MATRIZ DO PDP II



Maputo, Junho de 2017

Elaborado Por: Agostinho Magenge

Avenida 25 de Setembro, nº 1123, 9º andar E,

Prédio Cardoso

Tel: +258-21306035; Fax: +258-21306037

Cell: +258-823135380; +258-823055236; 847878439

Maputo-Moçambique

ÍNDICE

LISTA DE TABELAS	II
LISTA DE ABREVIATURAS	III
SUMÁRIO EXECUTIVO	V
1. INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
1.2 OBJECTIVOS DO PDP II.....	12
1.3 COMPONENTES DO PDP II	12
1.4 MECANISMOS INSTITUCIONAIS DE IMPLEMENTAÇÃO E COORDENAÇÃO	15
1.5 OBJECTIVO E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO	15
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	16
2.1 METODOLOGIA APLICADA	16
2.2 RECOLHA E PROCESSAMENTO DE DADOS	17
2.3 AMOSTRA DA AVALIAÇÃO.....	18
2.4 PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS DA AVALIAÇÃO.....	18
3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	19
3.1 CONTEXTO MACROECONÓMICO	20
3.2 O SECTOR DAS PESCAS	21
3.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	22
3.4 AVALIAÇÃO DAS COMPONENTES DO PLANO DIRECTOR 2010-2019.....	23
3.4.1 <i>Avaliação da Pesca Artesanal</i>	23
3.4.2 <i>Avaliação da Pesca Semi-Industrial</i>	30
3.4.3 <i>Avaliação da Pesca Industrial</i>	35
3.4.4 <i>Avaliação da Aquacultura</i>	38
3.4.5 <i>Avaliação de Processamento de Pescado</i>	42
3.4.6 <i>Avaliação de Administração Pública das Pescas (APP)</i>	44
3.4.7 <i>Avaliação de Questões Transversais</i>	55
3.5 O PAPEL DA ESCOLA DE PESCAS	59
3.6 FINANCIAMENTO DO PDP II E A CONTRIBUIÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O ALCANCE DOS OBJECTIVOS DO PDP II	60
3.7 IMPACTO ESPERADO COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PDP II	64
3.7.1 <i>Contribuição para o objectivo geral</i>	64
3.7.2 <i>Contribuição para o objectivo imediato</i>	65
3.7.3 <i>Contribuição da pesca artesanal para as exportações</i>	67
3.7.4 <i>Contribuição da pesca semi-industrial para as exportações</i>	68
3.7.5 <i>Contribuição da pesca industrial para as exportações</i>	68
3.7.6 <i>Contribuição da Aquacultura para as exportações</i>	69
3.7.7 <i>Dependência externa em Pescado</i>	70
3.8 RELEVÂNCIA, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DO PDP II.....	70
3.8.1 <i>Relevância do PDP II</i>	70
3.8.2 <i>Eficiência</i>	71
3.8.3 <i>Eficácia</i>	72
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	72
4.1 CONCLUSÕES.....	72
4.2 RECOMENDAÇÕES.....	76
5. REVISÃO DA MATRIZ GERAL DO PDP 2010-2019	78
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
7. ANEXOS	96
6.1. MATRIZ GERAL DA AVALIAÇÃO PLANO DIRECTOR	96
6.2. MATRIZ DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	96

Lista de Tabelas

TABELA 1: MATRIZ GERAL DO PDP 2010-2019	13
TABELA 2: AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDP II	22
TABELA 3: EVOLUÇÃO DO APROVEITAMENTO DA FA DE CAMARÃO	24
TABELA 4: RECURSOS ACESSÍVEIS A PESCA COM NÍVEIS DE EXPLORAÇÃO INTENSA E MODERADO A INTENSO	25
TABELA 5: FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE PESCA E AQUACULTURA 2005 A 2016	26
TABELA 6: QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL 2009 A 2016	28
TABELA 7: VOLUME DE CAPTURAS DA PESCA ARTESANAL COLOCADOS NO MERCADO NACIONAL	29
TABELA 8: AVALIAÇÃO DO GRAU DE REALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL	30
TABELA 9: CONCENTRAÇÃO DE PESCADORES SEMI-INDUSTRIAIS NO TERRITÓRIO NACIONAL (2016)	31
TABELA 10: EVOLUÇÃO DAS CAPTURAS DA PESCA SEMI-INDUSTRIAL DE 2009 A 2016	32
TABELA 11: EVOLUÇÃO DAS CAPTURAS DA PESCA SEMI-INDUSTRIAL DE 2009 A 2016 E AS QUANTIDADES COLOCADAS NO MERCADO INTERNO ...	33
TABELA 12: AVALIAÇÃO DO GRAU DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE DA PESCA SEMI-INDUSTRIAL	35
TABELA 13: EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE APROVEITAMENTO DA FA DA PI	36
TABELA 14: AVALIAÇÃO DO GRAU DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE PESCA INDUSTRIAL	38
TABELA 15: FINANCIAMENTO EM AQUACULTURA INDUSTRIAL	39
TABELA 16: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE AQUACULTURA DE PEQUENA ESCALA	39
TABELA 17: AVALIAÇÃO DO GRAU DE REALIZAÇÃO DA AQUACULTURA DE PEQUENA ESCALA	40
TABELA 18: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA AQUACULTURA INDUSTRIAL	41
TABELA 19: ACTIVIDADES/ACÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROCESSAMENTO DO PESCADO	43
TABELA 20: ACTIVIDADES/ACÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROCESSAMENTO DE PESCADO	45
TABELA 21: AVALIAÇÃO DO GRAU DE REALIZAÇÃO DA SUBCOMPONENTE GESTÃO DAS PESCARIAS	50
TABELA 22: AVALIAÇÃO DO GLOBAL DO GRAU DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE APP	55
TABELA 23: ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DE PESCADORES EM CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE PESCA	56
TABELA 24: RECURSOS ALOCADOS AO SECTOR DE PESCAS 2010-2016 (MZN 10 ³)	60
TABELA 25: CONTRIBUIÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O ALCANCE DOS OBJECTIVOS DO PDP II	63
TABELA 26: PESO DO SECTOR DAS PESCAS NO PIB NOMINAL, 2010-2014	65
TABELA 27: CONTRIBUIÇÃO DA PESCA ARTESANAL NO VOLUME TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO O SECTOR DAS PESCAS (106 US\$), 2009-2014 .	67
TABELA 28: CONTRIBUIÇÃO DA PESCA SEMI-INDUSTRIAL NA BALANÇA DE PAGAMENTO DO SECTOR DE PESCAS (US\$), 2009-2014	68
TABELA 29: VOLUME DE EXPORTAÇÕES DA PESCA INDUSTRIAL (MILHÕES US\$), 2009-2014	68
TABELA 30: EXPORTAÇÕES DA AQUACULTURA (MILHÕES DE US\$), 2009-2014	69
TABELA 31: EXPORTAÇÕES DA AQUACULTURA (MILHÕES DE US\$), 2009-2014	70
TABELA 32: AVALIAÇÃO GLOBAL DO PDP II	76

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1: APROVEITAMENTO DA FAUNA ACOMPANHANTE	24
GRÁFICO 2: FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE PESCA E AQUACULTURA, 2009-2016	26
GRÁFICO 3: VOLUME DE PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL, 2009-2016	28
GRÁFICO 4: COMPARAÇÃO DO VOLUME DE PRODUÇÃO VS VOLUME COMERCIALIZADO DA PA, 2009-2016	29
GRÁFICO 5: VOLUME DAS CAPTURAS DA PESCA SEMI-INDUSTRIAL (TONS), 2009-2016	32
GRÁFICO 6: COMPARAÇÃO PRODUÇÃO DA PSI VS VOLUME COLOCADO NO MERCADO (TONS), 2009-2016	33
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DO APROVEITAMENTO DA FA DA PI (TONS), 2009-2016	37
GRÁFICO 8: DISPONIBILIDADE RECURSOS FINANCEIROS, 2010-2016	61
GRÁFICO 9: DISPONIBILIDADE RECURSOS FINANCEIROS, 2010-2016	62
GRÁFICO 10: DADOS SOBRE CONSUMO ANUAL DE PRODUTOS DE PESCA (KG/ANO)/HABITANTE, 2009-2016	64
GRÁFICO 11: PRODUÇÃO GLOBAL DO PESCADO PARA O CONSUMO INTERNO, 2009-2016	66
GRÁFICO 12: BALANÇA DE PAGAMENTOS DO SECTOR DAS PESCAS, 2009-2019	67

Lista de Abreviaturas

AC	Aceitável
ADNAP	Administração Nacional das Pescas
AI	Aquacultura Industrial
AP	Administração das Pescarias
APE	Aquacultura de Pequena Escala
APP	Administração Pública das Pescas
AQ	Aquacultura
BM	Banco de Moçambique
BO	Bom
CAPP	Componente Administração Pública das Pescas
CAQ	Componente Aquacultura
CCP'S	Conselhos Comunitários de Pescas
CEPAQ	Centro de Pesquisa em Aquacultura
COFI	Conferência de Pescas da FAO
CPA	Componente Pesca artesanal
CPI	Componente Pesca Industrial
CPP	Componente Processamento do Pescado
CPSI	Componente Pesca Semi-industrial
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DD	Dispositivo de Demonstração
DEPI	Direção de Estudos, Planificação e Infraestruturas
DNOP	Direcção Nacional de Operações
DIPOL	Direcção Nacional de Políticas Marítimas e Pesqueira
DPMAIP	Direcção/Direções Provincial/provinciais de Mar, Águas Interiores e Pescas
EN	Economia Nacional
EP	Escola de Pescas
FA	Fauna Acompanhante
FA/PI	Fauna acompanhante aproveitada pela pesca industrial
FAPA	Fauna Acompanhante da pesca/pescaria artesanal
FAPC	Fauna Acompanhante da pesca comercial
FC	Fundo Comum
FFP	Fundo de Fomento Pesqueiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FR	Fraco
HCCP	Controlo de Qualidade a partir dos Pontos Críticos
HIV & SIDA	Vírus do Sida e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
IDPPE	Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala
IIP	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
INAMAR	Instituto Nacional da Marinha
INAQUA	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INIP	Instituto Nacional de Inspeção de Pescado
ISPG	Instituto Superior Politécnico de Gaza
IUU	Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada
MB	Muito Bom
MCS	Monitorização, Controlo e Vigilância
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MDRP	Método de Diagnóstico Rápido e Participativo
ME	Ministério da Educação
MF	Muito Fraco
MIMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MINAG	Ministério da Agricultura
MINT	Ministério do Interior
MITUR	Ministério do Turismo
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MQL	Método de Quadro Lógico

MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
ONGs	Organizações não-governamentais
PA	Pesca Artesanal
PCMI	Produção Colocada no Mercado Interno
PCR's	Programa de Crédito Rotativo
PDP	Plano Director das Pescas
PDP II	Plano Director das Pescas 2010-2019
PDP III	Plano Director das Pescas 2020-2029
PEDPA	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pescaria do Atum
PES	Plano Económico e Social
PESPA	Plano Estratégico da Pesca Artesanal
PI	Pesca Industrial
PP	Processamento do Pescado
ProPESCA	Projecto para a Promoção da Pesca Artesanal
PSI	Pesca Semi-industrial
RAQUA	Regulamento de Aquacultura
REPMAR	Regulamento Geral da Pesca Marítima
RMD	Rendimento Médio Diário
RPHSA	Regulamento Geral para o Controlo Higió-Sanitário de Produtos Alimentares de Origem Aquática
RPRD	Regulamento da Pesca Recreativa e Desportiva
S/I ou s/i	Sem informação
TC	Taxa de Crescimento
TTPP	Técnicas Tradicionais de Processamento de Pescado
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UM	Unidade de Medida
VMS	Sistema de Monitorização Automática de Embarcações

SUMÁRIO EXECUTIVO

No início da implementação do PDP II, os grandes desafios enfrentados pelo sector de pescas, resumiam-se no seguinte: (i) o abastecimento da população em produtos da pesca encontrar-se a níveis baixos e desiguais ao longo do país; (2) as pescarias e a aquacultura industrial e de pequena escala não estarem a contribuir em toda medida possível para o desenvolvimento económico e social do país, nomeadamente no que tange ao combate à pobreza; (iii) a contribuição do sector para a Balança de Pagamentos não atingir os níveis potencialmente possíveis e (iv) as comunidades de pescadores artesanais e de aquicultores de pequena escala manterem ainda situações de pobreza.

Paralelamente, a Administração Pública das Pescas (APP) não dispunha ainda da capacidade institucional requerida, para a eliminação daqueles problemas bem como, de outras questões transversais, quer internas ao sector (Ambiente, Áreas de Conservação Marinha e Lacustre) quer exteriores a ele (HIV/SIDA, Género, Governação).

O PDP II, preconiza que seja feita uma avaliação intermédia, decorridos cinco anos da sua implementação, de modo a aferir-se do grau da sua implementação, porém, esta avaliação não foi feita em 2014 como definido no documento. Entretanto, dada a pertinência de se proceder a avaliação da sua implementação, decidiu-se que ao ser feito neste momento, deveria cobrir os 7 anos já decorridos. É no cumprimento deste dispositivo que o MIMAIP encomendou este estudo.

O objectivo desta avaliação tem em vista, (i) aferir o grau de implementação das estratégias e acções definidas no PDP II; (ii) identificar os constrangimentos, nós de estrangulamento e eventuais desvios ocorridos; (iii) avaliar a relevância e efectividade das estratégias e acções implementadas e por fim, (iv) traçar as linhas de orientação para a realização das estratégias definidas para os remanescentes três (3) anos da sua vigência. A avaliação incide sobre as principais componentes previstas no PDP II, nomeadamente, (1) Pesca Artesanal; (2) Pesca Semi-industrial; (3) Pesca Industrial; (4) Aquacultura; (5) Processamento; (6) Administração Pública das Pescas e (7) Questões transversais.

Para o apuramento dos resultados da avaliação, foram combinados diferentes critérios, nomeadamente, o de avaliação de projectos/programas, métodos de quadro lógico, diagnóstico rápido participativo, análise documental e recolha de dados primários (entrevistas e inquéritos) aos vários níveis abrangendo os sectores público e privado, incluindo organizações internacionais com interesse no sector. A amostra foi decidida pelo MIMAIP e direccionada por forma a abranger as áreas, sectores e individualidades que directa ou indirectamente tem estado envolvidos na implementação do PDP II. Assim, foi decidido que a amostra para este estudo devia, em termos de abrangência geográfica, contemplar operadores e instituições de pescas das províncias de Nampula na Região Norte; de Sofala e Zambézia na Região Centro; Maputo Província e Maputo Cidade na Região Sul.

Como forma de garantir objectividade nos resultados, foram estabelecidos critérios de avaliação quantitativa e qualitativa com uma pontuação na escala de 1 a 5. A pontuação 1 significa qualitativamente que a avaliação é muito fraca e as realizações quedaram abaixo ou igual a 25%; avaliação 2 é uma avaliação fraca cujas realizações quedaram-se entre 26%-50% num processo em que as realizações iniciaram e posteriormente foram interrompidas; avaliação 3 significa uma avaliação aceitável quantitativamente situados entre 51% a 75% em que as realizações estão em progresso com garantias de continuidade e alcance das metas estipuladas para 2019; avaliação 4 significa qualitativamente bom com resultados quantitativos que oscilam entre 76% a 100% com execução em progresso mas com resultados a vista; e 5 significa avaliação muito boa com mais de 100% de realização e resultados previstos a ser obtidos antes do término de 2019. Os resultados da avaliação são sumarizados da seguinte forma:

Pesca Artesanal

A pesca artesanal (PA) melhorou consideravelmente e teve uma tendência de crescimento contínuo da produção de pescado registada, de 129.265 toneladas em 2009 para 141.194 em 2010, 228.834 em 2014 e 276.364 em 2016, correspondente a taxas de crescimento de 0.09%, 0.17% e 0.07% respectivamente.

As linhas de crédito e os apoios ao desenvolvimento da pesca artesanal, promoveram a pesca em mar aberto através de financiamentos para aquisição de motores marítimos para embarcações artesanais; desenvolveram-se capacidades de investimento dos pescadores para melhorar as condições de operação das embarcações; as técnicas e tecnologias da pesca e do processamento e; a capacitação dos pescadores em gestão de pescarias, processamento, conservação e gestão de negócios o que resultou em aumentos dos níveis de produção e na dinamização da comercialização dos produtos da pesca artesanal.

Em média, o subsector da PA colocou anualmente mais de 206 mil toneladas no mercado interno, mais de 91% do total do seu volume de capturas. Comparativamente com as metas estabelecidas, foram já superadas as 149 mil e as 184 mil toneladas de capturas previstas para 2014 e 2019 respectivamente. A PA é dos subsectores com desempenho próximo de 100% e com uma maior organização e relativamente financiado.

A indicação da existência, nos diferentes centros de pesca de infraestruturas económicas e sociais como 209 mercados de venda de pescado, 33 mercados de primeira venda, 229 estabelecimentos de insumos de pesca, 1.817 escolas, 3.555 fontanárias de água e 794 infraestruturas sanitárias constitui uma amostra de crescimento e desenvolvimento do subsector da pesca artesanal e, ainda que bastante limitado se vai observando, gradualmente, o contributo deste subsector para a melhoria da vida das comunidades pesqueiras.

Em relação ao envolvimento dos pescadores artesanais em organizações de base comunitária também se registaram progressos de 2007 a 2012, contribuindo para a comparticipação das comunidades na gestão e administração das pescarias, na defesa dos seus próprios interesses e na busca de soluções para as questões transversais. De 1.100 organizações reportadas em 2007 passou-se para 2.333 em 2012 dos quais 488 são associações de pescadores (+ 55%), 1.104 grupos de Poupança e Crédito Rotativo (+ 212%), 441 Conselhos Comunitários de Pesca (100%) e 300 grupos de outras formas de organização associativa (-28%).

De uma formal global em termos da classificação dos resultados em média esta componente teve uma realização ACEITÁVEL

Pesca semi-industrial

Uma das metas com possibilidade de concretização e até superação é relativa ao volume de capturas. Entretanto, as metas sobre a extensão das bases operativas para toda a costa marítima nacional e da criação das linhas específicas de crédito concessionais não foram iniciadas e tudo indica que até 2019 não terão sido iniciadas.

Nota-se para este subsector a escassez de recursos pesqueiros que tendem a acentuar-se nos últimos anos, facto que é atribuído à concessão de licenças a um número elevado de embarcações, o que leva à excessiva pressão sobre os recursos, e não só. As mudanças climáticas e as pesquisas de hidrocarbonetos estão a contribuir para o agravamento desta escassez de recursos pesqueiros nos habitats naturais.

Embora sem elementos objectivos para avaliação desta componente, pode se assumir que a concretização dos resultados desta componente em média é FRACA.

Pesca Industrial

Para esta componente, o resultado “*maximizado o aproveitamento da fauna acompanhante*” foi o único realizado satisfatoriamente com um grau de realização que em algum momento superou os 80%. Ainda que aqui não se pode falar com tanta certeza de se ter ou não atingido qualquer meta pelo facto de o PDP II não estabelecer objectivamente os indicadores para avaliação, os elementos apurados, apontam para uma realização com grau de satisfação de FRACO. A contribuição global da pesca industrial para os objectivos do PDP II, não atingiu os resultados almejados.

Aquacultura

A aquacultura, principalmente a de pequena escala, cresceu e desenvolveu-se lentamente durante o período em avaliação, no entanto, continuou a apresentar baixos níveis de produção comparativamente aos estimados no PDP II, bem longe das suas potencialidades. Ainda que não se tenha logrado atingir as metas estabelecidas, os resultados esperados para esta componente foram minimamente alcançados ao longo dos 7 anos. Embora a implementação da estratégia da aquacultura se centra em promover as actividades de forma isolada e não numa abordagem integrada à agropecuária, o que seria muito positivo, e não só, também devia se concentrar em aquacultura comercial, virada numa abordagem de aquaparcos.

Constatou-se durante o período em avaliação importantes investimentos para repovoamento de tanques piscícolas em lagoas (casos de Chilembene, Manjacaze e Vilankulos). Notou-se igualmente, uma forte massificação da actividade procurando mostrar as vantagens financeiras e nutricionais da aquacultura. O sector foi igualmente afectado pelas cheias de 2013 sobretudo a província de Gaza e Zambézia. O sector é igualmente confrontado com problemas de produtividade em parte devido a qualidade dos alevinos.

No sector da aquacultura é importante assinalar a construção do Centro de Pesquisa de Aquacultura (CEPAQ) em Mapapa, distrito de Chokwé que prevê igualmente a produção de 30 milhões de alevinos.

A aquacultura industrial em Moçambique consubstanciava-se em duas empresas; designadamente a AQUAPEMBA que nunca chegou a consolidar a sua implantação em Pemba, Província de Cabo Delgado e a AQUAPESCA em Inhassunge/Quelimane que experimentou um crescimento promissor. Por conseguinte, a proliferação de camarão de cultivo no mercado internacional, preços altamente competitivos dos produtores dos outros quadrantes do Mundo, o impacto negativo gerado pela doença de “mancha branca” foram factores que levaram esta indústria emergente a somar prejuízos enormes obrigando ao seu desaparecimento do sistema produtivo do sector pesqueiro e, de lá para cá, não surgiram novos investidores a apostar nela.

No cômputo geral, a realização das metas da aquacultura é classificada como FRACA.

Processamento do Pescado

Para a realização dos resultados sobre o processamento do pescado, o sector das pescas através do IDPPE na componente material e do FFP na componente financeira, desenvolveram um conjunto de actividades e acções tendentes a melhorar as técnicas tradicionais de manuseamento, processamento e conservação de pescado capturado pela pesca de pequena escala, principalmente da pesca artesanal. Aliás, a valorização do processador informal reflecte-se no nível de investimentos direccionados para o processamento da produção da pesca artesanal. Há ao longo do período em análise registo da capacitação de mais de 15.000 operadores entre pescadores, processadores nos principais centros de pesca do país em matérias sobre redução das perdas pós capturas, para a melhoria de qualidade e valorização do pescado e, conseqüentemente, para o aumento de rendimento das comunidades.

Em matéria de processamento do pescado é importante assinalar o desempenho positivo do subsector da pesca artesanal onde se notam claras melhorias no processamento, conservação, e manuseamento de pescado, à implantação de mercados de primeira venda de pescado, ampliação de mercados retalhistas e à melhoria das condições de comercialização no geral, bem como a uma relativa melhoria na recolha e registo de informação da produção.

Deste modo, pode-se afirmar que o grau de realização desta componente se situa no intervalo $51\% \leq 75\%$, o que corresponde 3 pontos, o equivalente a ACEITÁVEL.

Administração Pública das Pescas

A componente **Administração Pública das Pescas**, subdividida em 7 subcomponentes, teve uma realização Fraca, com 3 subcomponentes a situarem-se em 1 Ponto cada (Participação do Estado em Actividades empresariais, Extensão Pesqueira e Estudos e Planificação), isto é, com o grau de satisfação Muito Fraco; 1 obteve 2 Pontos o equivalente ao grau de satisfação Fraco; 1 obteve 3 pontos equivalente ao aceitável e dois obtiveram 4 Pontos, grau de satisfação de Bom (Inspeção Pesqueira e Gestão das Pescarias).

Questões transversais

A questão de género, tem merecido a devida atenção, constituiu e deve continuar a fazer parte da agenda do MIMAIP tal como o HIV/SIDA e, a questão ambiental, também se afigura um desafio, sobretudo na área de aquacultura, onde a sua prática, por vezes entra em conflito com a preservação do meio ambiente. Apesar dos órgãos centrais e provinciais do MIMAIP terem referido ao longo das entrevistas que o desenvolvimento dos projectos de aquacultura tem observado questões ambientais e para cada projecto têm sido feitos estudos de impacto ambiental (EIA's), foi perceptível, que não tem havido uma coordenação institucional eficaz com os sectores de gestão de recursos hídricos, bem como o sector do ambiente.

Assim, conclui-se que a subcomponente das questões transversais, alcançou uma realização ACEITÁVEL, com 3 pontos.

Papel da Escola de Pescas

Avaliando o **Papel da Escola de Pescas**, a conclusão a que se chegou é que o desempenho desta instituição está aquém do expectável. Constatou-se que actualmente ela lecciona 4 cursos, nomeadamente: Aquacultura, Biologia e Extensão Pesqueira, Máquinas Marítimas, Navegação e Pesca para além de cursos de curta duração para técnicos do sector, mas não na base de algum plano previamente estabelecido. A Escola funciona com tecnologias dos anos 70/80 e obsoletas e tem o cais de acostagem num estado avançado de degradação, o que impede a sua utilização para qualquer actividade.

O recrutamento e a admissão dos alunos não é em função de um objectivo determinado, os processos de formação não contam com uma articulação com a indústria e, uma vez os alunos graduados não existe uma política de acompanhamento da sua inserção no mercado de trabalho. A maioria dos membros dos CCP's indicou que a Escola não tem feito divulgação dos seus cursos e facilidades que pode conceder à comunidade de pescadores para que seus filhos possam frequentar aquele estabelecimento de ensino para dar continuidade e melhorar a pesca artesanal. "Ao que tudo indica a escola só forma maioritariamente pessoal da capital do país e não vai ao encontro do pescador que se encontra espalhado por toda costa e pelo interior do País".

Assim, o grau de implementação deste resultado está acima de 26% e abaixo de 50%, i.é, é FRACO, se situando em 2 pontos de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos.

Planeamento, Coordenação e Monitoria do Plano

Quanto ao **Planeamento, Coordenação e Monitoria do Plano** não ficou evidenciada a existência de um sistema especificamente instituído para a monitoria e avaliação das acções do PDP II estando esta, amarrada ao sistema tradicional de relatórios periódicos de balanço de actividades no âmbito do PES. Outra lacuna constatada neste âmbito é de que para muitos resultados esperados, o PDP II não fixou metas claras e objectivas, que permitem comparar às realizações, com a excepção das metas indicadas para medir o impacto do PDP II (Quadro 15), a partir do ano básico (2009), ano intermédio (2014) e o último ano (2019). Embora anualmente sejam elaborados os PES no sector e posteriormente os respectivos relatórios de Balanços, nada aponta que objectivamente a fonte é o PDP II, sucedendo o mesmo com a monitoria e avaliação. Não obstante alguns dos entrevistados terem afirmado que o PDP

II é o instrumento orientador para todos os processos de planificação do sector, um considerável número mostrou-se preocupado. Na óptica destes há uma deficiente capacidade de utilização do PDP II como tal o que prejudica a monitorização dos respectivos processos de implementação, situação agravada pelo facto de o sistema de informação estatística do sector ainda não ter atingido o nível de eficiência desejado. O grau de satisfação aqui é de MUITO FRACO.

Financiamento do PDP II e Contribuição da Cooperação Internacional

O **financiamento** do PDP II e todas as outras actividades do sector das pescas foi no geral assegurado pelo OE e Ajuda Externa no âmbito da Cooperação Internacional, sendo esta última quem suportou maior parte das actividades. Dados disponibilizados pelo sector das pescas sobre os fundos usados ao longo dos 7 anos (2010-2016), indicam um total de 4.4 mil milhões de meticais que foram gastos no financiamento das actividades do sector das pescas em Moçambique.

A avaliação do Impacto Esperado com a Implementação do PDP II foi feita mediante a avaliação dos níveis de contribuição que o processo proporcionou para a realização do objectivo geral; do objectivo imediato; da participação global do sector para a Balança de Pagamentos; da participação de cada subsector produtivo (pesca artesanal, pesca semi-industrial, pesca industrial e aquacultura) para as exportações e de acordo com os critérios de avaliação adoptado atribuiu-se, a este aspecto, o grau de satisfação de Bom correspondente a 4 Pontos.

Impacto Esperado com a Implementação do PDP II

O PDP II impactou positiva e consideravelmente sobre o **objectivo geral e objectivo imediato** de desenvolvimento melhorando os níveis de produção e de produtividade que redundaram no aumento gradual dos volumes de produção de pescado destinados ao abastecimento do mercado interno, contribuindo de forma directa no reforço da segurança alimentar e nutricional de forma indirecta e para melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores artesanais e de aquicultores e no aumento da contribuição líquida do sector para um maior equilíbrio da Balança de Pagamentos de forma indirecta. Durante os 7 anos em avaliação o sector contribuiu cerca de 15 a 20% de toda a proteína animal consumida. Partindo de 7,97 Kgs registados em 2009 (ano base), logo no primeiro ano (2010) superou-se a meta de consumo per-capita estabelecida 8,4 Kgs para finais da primeira metade da vigência do PDP II (2014) e, daí em diante, registaram-se crescimentos progressivos e em 2014 o rendimento per-capita ficou em 12,6 Kgs, com 4,3 Kgs acima da meta previamente estabelecida. No que diz respeito á contribuição do sector das pescas para o **produto interno bruto (PIB)** ao longo dos 7 anos, ela se situou abaixo de 2%, variando entre 1,6 (nos anos 2010, 2011 e 2014) e 1,7% (nos anos 2012 e 2013). Logo no final do primeiro ano registou-se 130 milhões e nos anos subsequentes foi registado 156, 164,169 e 183 milhões de USD respectivamente. As metas estabelecidas para o meio-termo (86 milhões) e para o final do PDP II (127.9 milhões) foram superadas no primeiro ano.

A pesca **artesanal liderou** os níveis de exportação de produtos pesqueiros alcançados ao longo dos 5 anos tendo estes evoluído de 7% em 2009, para um nível médio de contribuição de 87% na formação do valor total das exportações do sector. Os níveis de exportação da pesca **semi-industrial** tiveram 2 tendências; 1 crescente entre o início da implementação do PDP II e o final do primeiro termo e outra de decrescimento na última metade do período em avaliação. Na **pesca industrial** os níveis das exportações reduziram consecutivamente nos anos 2010,2011,2012 e 2013, para em 2014 registar um ligeiro crescimento, incremento de cerca de 7 milhões de dólares em 2013 para 9 milhões de dólares em 2014. Para a **Aquacultura** o PDP II estabelece 9 e 17,5 milhões de US\$ como metas de meio-termo e final respectivamente, mas que só se fixaram-se em apenas 1,1 milhões US\$, cerca de -7,9 milhões de US\$ do que o previsto.

Acções Subsequentes

Para o período em falta para o término do PDP II não seria recomendável uma revisão estrutural que possa resultar na revisão dos objectivos, clarificação ou redefinição dos objectivos e das prioridades porque tal exercício iria absorver todo o tempo que resta e mais se calhar, com possibilidade de perturbar até pequenas acções de implementação que poderiam contribuir para elevar os actuais níveis de realização dos resultados. Todavia, pode ser feita uma revisão das metas e indicadores dos últimos 2 anos da implementação do PDP e tendo em conta a nova estruturação do MIMAIP, fazer corresponder para cada resultado ou conjunto de resultados esperados a entidade/instituição a quem compete concretizá-las e responsabilizar cada uma destas a fazer aprovar e observar os planos estratégicos e acções de implementação respectivos, alinhados com PQG e PES em todas as vertentes e definir o sistema de monitoria e avaliação de resultados para que se reforce cada vez mais a integração dos instrumentos de planificação e monitoria, com uma orientação para os resultados.

Em contrapartida, considerando que os motivos e as razões que ditaram a adopção do PDP II para o sector prevalecem e que muitas acções e actividades programadas no âmbito do PDP II vão ficar por realizar para além de 2019, recomenda-se que a direcção do MIMAIP decida por avançar para um PDP III num figurino relativamente diferente do actual. O PDP III seria ajustado á actual estrutura organizacional do MIMAIP e aos mandatos governamentais para facilitar os processos de planificação e monitorização e, as instituições subordinadas e tuteladas teriam de elaborar e fazer aprovar as respectivas estratégias de implementação das actividades e acções cuja responsabilidade lhes corresponde.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Entre 1995-2005, o então Ministério das Pescas implementou o primeiro Plano Director das Pescas (PDP) cujo objectivo central assentava em seis (6) componentes de orientação estratégica, designadamente: (i) a reestruturação das frotas industrial e semi-industrial da pesca do camarão; (ii) a diversificação e crescimento da produção pesqueira industrial e pesca do camarão; (iii) o crescente papel da iniciativa privada como motor do desenvolvimento nacional e a correspondente redução da intervenção do estado na esfera produtiva; (iv) a construção de uma administração pública das pescas focalizada nas políticas e estratégias, planos de desenvolvimento, legislação pesqueira, criação de um ambiente económico favorável ao investimento e arbitragem de conflitos; (v) o aumento do bem-estar nas comunidades de pescadores; e (vi) o desenvolvimento de recursos humanos.

A avaliação final deste PDP constatou que foram feitos importantes progressos nas componentes de recursos humanos e da melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores. Em contrapartida, esta mesma avaliação constatou resultados menos satisfatórios no que dizia respeito às componentes de diversificação da produção pesqueira industrial e semi-industrial, aquacultura e da crescente atribuição à iniciativa privada o papel de motor de desenvolvimento e conseqüente retirada do papel do Estado na esfera produtiva. Além disso, os resultados da avaliação revelaram não ter havido progresso algum na componente relativa a reestruturação das frotas industrial e semi-industrial da pesca do camarão.

Com base nestes resultados de avaliação, o Ministério das Pescas elaborou o PDP 2010-2019, doravante designado por PDP II, que na essência manteve as orientações estratégicas do PDP 1995-2005, mas desta feita, orientando-as basicamente para a agenda de combate à pobreza. Assim, novas prioridades foram definidas para o PDP II assente em 3 eixos: (i) a segurança alimentar e nutricional, visando principalmente a melhoria das condições de vida dos pescadores artesanais e de aquicultores de pequena escala; (ii) o reforço da administração pública do sector pesqueiro e; (iii) exploração dos recursos pesqueiros de forma sustentável.

O PDP II estruturado em 7 capítulos, contextualiza o sector das pescas em Moçambique; descreve a situação prevalecente no início do processo da sua implementação anunciando os principais problemas a serem resolvidos, a visão sectorial de longo prazo, a política e esforços de desenvolvimento do sector. Mais ainda, o PDP II identifica os instrumentos para o desenvolvimento das pescas e aquacultura; define os seus principais objectivos, estratégias e grupos-alvo; detalha conteúdos das suas componentes e respectivos resultados esperados; identifica o impacto esperado e sustentabilidade e por fim; aborda aspectos ligados a organização, programação e implementação.

Decorridos 7 anos de implementação, o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), Órgão Central do Aparelho de Estado a quem compete actualmente a coordenação e supervisão dos processos de implementação do PDP II, determinou a realização da Revisão do Meio-Termo do mesmo, em observância do disposto no seu Capítulo VII (Organização, Programação e Implementação) no que tange à avaliação.

Com a presente avaliação o MIMAIP pretende aferir o grau de implementação das estratégias e acções definidas; identificar os constrangimentos, nós de estrangulamento e eventuais desvios ocorridos; avaliar a

relevância e efectividade das estratégias e acções implementadas e; por fim, traçar as linhas de orientação para a realização das estratégias definidas para os remanescentes três (3) anos da sua vigência.

Nesta conformidade e para ajustar o acto ao tempo de implementação já decorrido, esta Revisão já transcende a natureza de meio-termo, passando a contemplar a avaliação dos primeiros 7 anos da sua vigência e a revisão dos últimos 3 anos, no que diz respeito a: (i) grau de implementação das estratégias e acções definidas; (ii) identificação dos constrangimentos e desafios; (iii) relevância e efectividade das estratégias e acções implementadas, tendo em conta os objectivos da política para as quais foram definidas e; (iv) avaliação sobre a relevância da continuidade da estratégia tendo em conta entre outros elementos, os resultados recentes, recomendações dos estudos do sector, desenvolvimentos recentes da orientação/direcção política e futuros desenvolvimentos do sector e da orientação política.

Este relatório apresenta-se estruturado em 7 partes, nomeadamente a Lista de Abreviaturas; o Sumário Executivo; a Introdução; a Abordagem Metodológica; os Resultados da Avaliação; as Conclusões e Recomendações e; os Anexos. Pela sua relevância, a parte dos Resultados da Avaliação se apresenta desdobrada em Contexto Macroeconómico; Contexto do Sector das Pescas; Critérios da Avaliação; Avaliação das Componentes do Plano Director 2010-2019; o Papel da Escola de Pescas; Planeamento; Coordenação e Monitoria do Plano; Financiamento do PDP II e a contribuição da Cooperação Internacional para o alcance dos Objectivos do PDP II e; Impacto Esperado com a Implementação do PDP II.

A aferição qualitativa e quantitativa dos níveis de execução de todos os elementos sujeitos à avaliação são, em princípio, tomados em consideração e comparados 3 marcos temporais, nomeadamente o ano de 2010, data de início do processo de implementação; Dezembro de 2014 momento em que era suposto que tivesse havido a revisão do meio-termo e Dezembro de 2016, data limite do período ora em avaliação.

1.2 Objectivos do PDP II

O PDP II pretende servir de instrumento de orientação ao nível do sector, identificando as prioridades, estratégias e acções que o Estado adoptará, com vista a alcançar os objectivos definidos para o sector das pescas, a médio e longo prazos. Deste modo o objectivo geral do PDP II é contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional em pescado para população. Especificamente, o PDP II tem como objectivos melhorar a vida das comunidades de pescadores artesanais e aquicultores de pequena escala; aumentar a contribuição das pescarias e da aquacultura industriais e de pequena escala para a realização dos objectivos nacionais de desenvolvimento económico e social e aumentar a contribuição líquida do sector para um maior equilíbrio da Balança de Pagamentos.

1.3 Componentes do PDP II

O PDP II contempla 7 componentes designadamente: (i) Pesca Artesanal; (ii) Pesca Semi-industrial; (iii) Pesca Industrial; (iv) Aquacultura; (v) Processamento; (vi) Administração Pública das Pescas e (vii) Questões transversais. Para cada uma destas componentes estão definidos indicadores específicos de medição. No entanto é importante notar que para as componentes relativas aos principais subsectores da pesca, nomeadamente: o artesanal, o semi-industrial, o industrial e a aquacultura, a natureza e tipo de indicadores têm uma relativa similaridade. No geral estes indicadores são réplicas dos indicadores definidos ao nível dos respectivos objectivos imediatos, mas, incluem também indicadores específicos de cada uma das componentes conforme se pode constatar da Matriz Geral do PDP II, que se segue.

Tabela 1: Matriz Geral do PDP 2010-2019

Componentes	Indicadores
<p>1. Pesca Artesanal</p> <p>Aumenta a contribuição da pesca artesanal para o abastecimento do mercado interno em pescado, ao mesmo tempo que são melhoradas as condições de vida nas comunidades pesqueiras, num quadro de exploração sustentável dos recursos pesqueiros acessíveis à pesca artesanal e de preservação do ambiente</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1.% De acréscimo de produção de pescado para consumo humano, incluindo fauna acompanhante do camarão recolhida por pescadores artesanais e capturas de pesca artesanal; 2. Valor das exportações originadas na pesca artesanal passe de ... milhões USD em 2007 para ... em 2014 e ... em 2019; 3. Contribuição do subsector da pesca artesanal para o aumento do emprego se situe em ... % em 2014, ou seja, o nível de emprego no subsector artesanal no período passe de ... pescadores em 2009 para ... em 2014 e ... 3m 2019; 4. Produção de pescado do subsector artesanal destinado ao mercado interno passe de ... tons em 2009 para ... em 2014 e ... em 2019; 5. Percentagem de agregados familiares em 2009 que consideram que as suas condições de vida no futuro vão melhorar não inferior à meta nacional de 12% e em 2011 de ...% (in PESPA); 6. Percentagem de agregados familiares que consideram que a qualidade dos cuidados de saúde é boa: 42% em 2009 e ...% em 2011 (in PESPA); 7. Percentagem de agregados familiares que consideram que as condições de educação são boas: 34% em 2009 e ...% em 2011 (in PESPA); 8. A distância média em relação a fonte de abastecimento de água potável passar de ...m em 2007 para ... em 2009 e ... em 2011 (in PESPA); 9. Índice de bem-estar das comunidades de pescadores artesanais evoluindo favoravelmente (in PESPA); 10. Escola de Pesca admitindo filhos de pescadores em cursos destinados à pesca artesanal e administração das pescas (in PESPA).
<p>2. Pesca semi-industrial</p> <p>Aumentada significativamente a contribuição para o do mercado interno em pescado como resultado da expansão da produção industrial ao longo de todo o litoral marítimo, dinamizando o desenvolvimento local, ao mesmo tempo que são criadas melhores condições para a exportação de produtos de pesca, num quadro de exploração sustentável dos recursos pesqueiros acessíveis à pesca artesanal e de preservação do ambiente.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contribuição do subsector da pesca semi-industrial para o aumento da produção no período atinja ...% do total em 2019, ou seja ... milhões US 2. Produção de pescado do subsector semi-industrial destinada ao mercado interno passe de ... tons em 2007 para ... em 2014 e ... em 2019; 3. Valor total das importações do subsector semi-industrial passe de ... milhões USD em 2007 para ... em 2014 e ... em 2019; 4. Valor das importações originadas na pesca semi-industrial passe de ... milhões USD em 2009 para ... em 2014 e ... em 2019. 5. Nível de emprego do subsector semi-industrial passe no período de ... trabalhadores em 2007 para ... em 2014 e ... em 201; 6. A maior parte do acréscimo de produção de pescado para consumo humano no período (em relação à captura não artesanal), incluindo fauna acompanhante do camarão, seja proveniente da pesca semi-industrial
<p>3. Pesca industrial</p> <p>Aumenta a contribuição do sector das pescas para o desenvolvimento económico e social do país, como resultados de maior valor acrescentado às capturas e uma gradual incorporação utilização de bens e serviços locais em substituição dos importados ou adquiridos no exterior, num quadro de exploração sustentável dos recursos pesqueiros acessíveis à pesca artesanal e de preservação do ambiente.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contribuição do subsector da pesca industrial para o aumento da produção no período atinja ...% em 2019, ou seja ... milhões; 2. Produção de pescado do subsector industrial destinada ao mercado interno passe de ... tons em 2007 para ... em 2014 e ... em 2019 3. Valor total das importações do subsector industrial passe de ... milhões USD em 2007 para ... em 2014 e ... em 201 4. Valor das exportações originadas na pesca industrial passe de ... milhões USD em 2009 para ... em 2014 e ... em 2019; 5. Nível de emprego n subsector industrial passe no período de ... trabalhadores em 2007 para ... em 2014 e ... em 2019.

<p>4. Aquacultura</p> <p>Aumentada significativamente a contribuição para o abastecimento do mercado interno em pescado como resultado da expansão da produção aquícola em todo o país, dinamizando o desenvolvimento local, ao mesmo tempo que são criadas melhores condições para a exportação de produtos de pesca, num quadro de exploração sustentável dos recursos aquícolas e de preservação do ambiente</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contribuição do subsector da aquacultura de pequena escala para o aumento da produção no período atinja ...% do total em 2019, ou seja ... milhões USD 2. Produção do pescado de aquacultura de pequena escala destinada ao mercado interno passe de ... tons em 2007 para ... em 2014 e ... em 2019; 3. Produção de pescado de aquacultura industrial passe de ... tons em 2007 para ... em 2014 e ... em 2019; 4. Uma estação de investigação criada e em funcionamento em Marracuene a partir de 20... 5. Duas estações de formação criadas e em funcionamento em Chokwé e ... respectivamente em 20... e em 20...; 6.
<p>5. Processamento</p> <p>Aumentada as receitas em divisas do país com base no aumento da capacidade de processamento dos produtos da pesca industrial e semi-industrial e da captação das capturas artesanais.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. ...% De camarão pescado pela frota industrial a ser processado em unidades em terra no país em 2014 e ...% em 2019; 2. Valor acrescentado ao pescado originado na pesca industrial atinja um incremento de ...% em 2014 e ...% em 2019; 3. ...
<p>6. Administração Pública das Pescas</p> <p>O Ministério das Pescas com maior capacidade para formular políticas e estratégias, planos de desenvolvimento e gestão das pescarias e legislação pesqueira tendente à criação propícias ao desenvolvimento das Pescas e monitorar e coordenar a sua implementação internamente e com outros sectores económicos e sociais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Despesas correntes da administração das Pescas absorvam um montante máximo equivalente a 5% do valor da produção total, ou seja, passe de ... milhões USD em 2009 para não mais de ... em 2019; 2. ...; 3. ...;
<p>7. Questões transversais</p> <p>Maior capacidade no sector das Pescas para lidar com o HIV/SIDA, aplicar práticas de boa governação e contribuir para uma maior equidade de género e a sustentabilidade ambiental</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Um plano de acções de divulgação dos riscos do HIV/SIDA no sector das pescas elaborado e implementado a partir do Ano ...; 2. Questão ambiental constando de todos os documentos de política e estratégia em aplicação no sector das Pescas; 3. Todos os documentos de política e planos de desenvolvimento do sector contendo referências e estratégias e objectivos visando uma maior equidade de género ao nível do sector das Pescas; 4. Actual percentagem de distribuição de género aos diferentes níveis profissionais e de direcção da administração pública seja melhorada em favor da mulher ao longo do período do programa; 5. Uma evolução positiva da representação da mulher em órgãos de gestão participativa das pescarias e organizações de base comunitárias; 6. Casos de comportamentos e práticas inadequadas na administração pública originando processos de averiguação e encaminhados para as instancias competentes para apreciação e decisão.
<p>Resultados e Actividades a desenvolver nos planos executivos anuais (PES)</p>	<p>Recursos a desenvolver nos planos executivos anuais (PES), Orçamento do Estado e planos e cenários fiscais trienais</p>

1.4 Mecanismos Institucionais de Implementação e Coordenação

O PDP II foi elaborado, aprovado e iniciada a sua implementação, na altura em que a tutela era exercida pelo então Ministério das Pescas (MIP) e, cinco anos mais tarde, passou a ser tutelada pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), criado por Decreto Presidencial nº 1/2015 de 16 de Janeiro, com um quadro institucional, completamente modificado, à luz da composição do novo governo saído das eleições de 2014.

Assim, o MIMAIP é a entidade coordenadora e supervisora da implementação do PDP II. A Direcção de Estudos, Planificação e Infra-estruturas (DEPI) é a entidade responsável pela planificação e acompanhamento geral das intervenções para o desenvolvimento do sector das pescas, e por isso encarregue de Coordenar e Monitorar a implementação do PDP II ao nível central. Ao nível provincial esta competência cabe às direcções provinciais do Mar, Águas Interiores e Pescas (DPMAIP). A execução das actividades no âmbito da implementação do PDP II é da responsabilidade de todas as instituições e empresas tuteladas pelo MIMAIP, sempre que caíam na esfera das suas atribuições, competências e/ou responsabilidades. A programação e gestão das actividades relacionadas com o PDP devem, em princípio, sere feitas numa base anual no âmbito da elaboração dos Planos Económicos e Sociais (PES). O PDP II estabelece que numa primeira fase da sua implementação, cada componente será atribuída a uma determinada instituição dentro do ministério, para a coordenação da sua implementação e dependendo dos casos, uma e outra componente, na totalidade ou parcialmente, será atribuída a instituições especializadas e, em última instância, o MIMAIP responde global e centralmente pela execução do PDP II.

Sendo que o PDP II tem um horizonte temporal de 10 anos, foi estabelecido que uma avaliação do médio termo fosse realizada no último trimestre de 2014 como forma de fazer coincidir as recomendações da avaliação com o novo ciclo de planificação do governo, designadamente, com a legislatura 2015-2019. De acordo com o PDP II, a sua avaliação devia cingir-se nos aspectos sobre: (i) o grau de implementação do plano; (ii) a identificação dos constrangimentos e nós de estrangulamentos; (iii) a relevância, efectividade das estratégias e actividades implementadas; (iv) a avaliação da relevância da continuidade da estratégia tendo por base outros factores, resultados recentes, recomendações dos estudos do sector, desenvolvimentos recentes da orientação/direcção política de futuros desenvolvimentos do sector. Ficou estabelecido que: (i) o Ministério deve assegurar com fundos do Orçamento do Estado, o funcionamento de todas as atribuições correntes, sobretudo relativamente às actividades de colheita de dados estatísticos, tratamento e conservação, incluindo o ingresso no quadro de pessoal de todo o pessoal afecto a esta actividade; (ii) as actividades de extensão são progressivamente (numa base anual) integradas nos planos anuais do sector; (iii) a actividade de investimentos e desenvolvimento da pesca de pequena escala são obtidos a partir de financiamento externo.

1.5 Objectivo e Âmbito da Avaliação

A revisão do meio-termo do PDP II têm por objectivos aferir o grau de implementação das estratégias e acções definidas, identificar os constrangimentos, nós de estrangulamento e eventuais desvios ocorridos, avaliar a relevância e efectividade das estratégias e acções implementadas e traçar as linhas de orientação para a realização das estratégias definidas para os remanescentes três (3) anos da sua vigência.

Assim, em detalhe e de conformidade com os Termos de Referência, o objectivo geral é proceder à avaliação dos níveis de execução do PDP II a meio do tempo da sua vigência e reformulá-lo no tocante às acções a desenvolver ao longo dos anos restantes. Com a avaliação pretende-se identificar as acções e actividades

desenvolvidas, aferir o grau de implementação das estratégias, actividades e acções planificadas; identificar os constrangimentos, nós de estrangulamento e desvios ocorridos no processo da sua implementação; quantificar e/ou qualificar os impactos socioeconómicos. A reformulação tem em vista o reenquadramento e reprogramação das actividades e acções parcial ou totalmente ainda não executadas, tendo como objectivos específicos os seguintes:

- Avaliar os níveis de implementação dos projectos e programas do sector bem como os impactos deles esperados de acordo com os objectivos definidos no PDP 2010 -2019;
- Definir uma nova Visão para o sector das pescas, orientando as perspectivas de desenvolvimento do sector virada para a produção e comercialização em grande escala de produtos provenientes da pesca;
- Realinhar os planos de desenvolvimento das diferentes pescarias comerciais do sector e conceber a sua sistematização no PDP 2010-2019;
- Estabelecer directrizes efectivas para o aproveitamento do potencial aquícola de Moçambique definindo as correspondentes linhas estratégicas que promovam a aquacultura comercial;
- Rever e adequar as estratégias definidas no PDP 2010-2019 relativamente aos Grupos-alvo e outros beneficiários bem como sobre as formas de financiamento dos programas e projectos concebidos no âmbito do PDP 2010 – 2019;
- Avaliar as principais componentes de produção previstas no PDP 2010-2019, os respectivos resultados e os factores externos que ditaram o incumprimento, cumprimento ou sobre-cumprimento das metas definidas;
- Conceber as linhas estratégicas da investigação científica marinha, orientada para o conhecimento sobre o domínio marinho, preservação dos ecossistemas e meio ambiente marinho.
- Rever a matriz geral do PDP 2010-2019, estabelecendo novas componentes, novos indicadores, novos meios de verificação e factores externos.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

2.1 Metodologia Aplicada

Para realização deste trabalho, foi feita a combinação dos critérios de avaliação de projectos/programas pelo método do Quadro Lógico e pelo método do Diagnóstico Rápido e Participativo, consistindo na pesquisa e análise documental (desk-review) e no levantamento e processamento de dados qualitativos e quantitativos que permitiram avaliar a relevância, a eficácia, a eficiência e o impacto do PDP II.

Além dos gestores e técnicos do MIMAIP a diferentes níveis, foram também envolvidos outros actores-chave dos sectores públicos e privado das pescas, incluindo, armadores de pesca industrial e semi-industrial, pescadores artesanais, associações de pescadores, Conselhos Comunitários de Pesca e outros “*stakeholders*” que directa ou indirectamente intervêm no sector. O objectivo deste exercício foi para assegurar a recolha de dados (qualitativos e quantitativos) de forma eficaz e permitir que os principais actores intervenientes no sector pesqueiro compartilhassem as suas experiências e emitissem as suas opiniões em relação ao desempenho do sector na implementação do PDP II ao longo dos 7 anos vencidos da sua implementação.

Baseando-se neste princípio metodológico (**avaliação participativa**), o Consultor colocou-se neste exercício como facilitador do processo de revisão do PDP II, cujo papel consistiu na recolha, análise e processamento das informações obtidas em documentos oficiais e em depoimentos de todos quantos foram interpelados a fazer o seu juízo de valor e na sistematização das recomendações relativas a forma como deve ser conduzido o processo nos últimos 3 anos remanescentes para a implementação do PDP II.

Desta forma, pretendeu-se que o exercício de revisão do PDP II e o respectivo relatório fossem resultado de um processo totalmente envolvente e participativo em que todos os actores tiveram uma palavra a dizer, ainda que em etapas distintas, isto para permitir que o presente documento final seja apropriado, partilhado e assumido pelos actores internos e externos do PDP II.

Assim, para esta avaliação centrou-se em duas dimensões do Plano, nomeadamente **a concepção e implementação do Plano** (Resultados obtidos), cingindo-se na avaliação dos seguintes aspectos:

- (i) **Relevância do Plano:** que deve ser entendida em dois prismas, sendo o primeiro o Institucional, que procura apurar o grau de enquadramento do PDP II na Missão e na estratégia de desenvolvimento global do MIMAIP e o segundo de operadores e demais parceiros que tenta aferir se estes consideram que o PDP II é ou não relevante, se os objectivos estabelecidos ainda são válidos, se os indicadores estão claramente definidos e monitorados e se a lógica da intervenção do Plano é correcta.
- (ii) **Eficácia do Plano:** a eficácia relaciona-se directamente com os objectivos previstos e os resultados alcançados. Aqui, procurou-se perceber em que medida os resultados definidos no documento do PDP II estão a ser alcançados, i.é, é feita aqui a avaliação do grau de realização dos resultados, para cada componente do PDP II e se os resultados estão a contribuir para o alcance da eficácia do próprio MIMAIP;
- (iii) **Eficiência do Plano:** A eficiência é a comparação da aplicação dos meios e recursos com os resultados alcançados. Analisar a eficiência, implica olhar para os dois lados da intervenção do Plano. Por um lado, analisar se poderiam ter sido atingidos mais resultados com os mesmos recursos aplicados e, por outro, se poderiam ter sido atingidos os mesmos resultados com menos recursos. Dito de outra forma, aqui se avalia se os recursos foram bem aplicados dentro dos prazos requeridos e a custo mínimo e se os resultados obtidos estiveram à medida do orçamento despendido.
- (iv) **Resultados e Impacto,** com o impacto, pretende-se demonstrar as mudanças resultantes das acções de implementação do PDP II e a sua relação com os seus objectivos gerais, isto é, se a implementação deste está trazendo mudanças positivas. Dentre outros aspectos, procura-se demonstrar se o Plano está a melhorar a acção governativa a nível local e influenciar os diferentes níveis de planificação, etc.

2.2 Recolha e Processamento de Dados

Para a recolha de dados, foram combinadas várias técnicas tais como revisão documental, entrevistas e questionários e produzidos instrumentos de recolha e de tratamento de informação, sendo de destacar os guiões e mapas de sintetização.

No âmbito da revisão documental foram recolhidos e analisados documentos com informações relevantes evidenciando as actividades desenvolvidas; a forma como foi e estão sendo planificadas e implementadas ao longo destes anos e, dentre estes documentos se destacam os Planos e Relatórios de Balanços Anuais, dos principais intervenientes nos processos de implementação do PDP II.

Entre os diversos instrumentos concebidos se destacam:(i) Questionário para os Gestores e Técnicos seniores do MIMAIP, a nível Central, Provincial e distrital; (ii) Guião de Entrevista para as Instituições Públicas que directa ou indirectamente se relacionam com a área das Pescas; (iii) Guião de Entrevista para parceiros de Cooperação; e (iv) Guiões de Entrevistas para Pescadores Artesanais (através dos CCP's), Armadores Semi-Industriais e Industriais.

Para complementar, melhorar qualitativamente e dar mais fiabilidade às respostas dos questionários e guiões, sempre que se revelasse necessário e que as condições o permitissem foram efectuadas *observações directas*, e feita a certificação documental.

O processamento dos dados quantitativos recolhidos foi feito através de *software* informático de Análise de Dados para Ciências Sociais denominado SPSS, e a elaboração de tabelas e gráficos foi feita com auxílio da folha de cálculo usando o Excel. A análise de dados qualitativos foi feita na base de conteúdos de respostas expressivas e consensuais dos respondentes dos questionários e guiões. Para o efeito foi elaborada a matriz de resultados das entrevistas na qual consta a qualificação das respostas dadas para cada questão colocada e a mesma foi compilada em resumos e posteriormente em resultado da avaliação, um dos factores que permitiu a elaboração deste relatório.

2.3 Amostra da Avaliação

Dada a natureza da avaliação, o processo de selecção da amostra foi decidido pelo MIMAIP e direccionado por forma a abranger as áreas, sectores e individualidades que directa ou indirectamente tem estado envolvidos na implementação do PDP II. Assim, foi decidido que a amostra para este estudo devia, em termos de abrangência geográfica, contemplar operadores e instituições de pescas das províncias de Nampula na Região Norte; de Sofala e Zambézia na Região Centro; Maputo Província e Maputo Cidade na Região Sul. Em termos de abrangência institucional definiu-se que, ao nível central, deviam ser abordados os quadros dirigentes e técnicos seniores do MIMAIP incluindo os das instituições a ele subordinadas e tuteladas bem como de outros ministérios e instituições públicas e privadas que directa ou indirectamente se envolvem com alguma regularidade em actividades desenvolvidas no âmbito da implementação do PDP II.

2.4 Principais constrangimentos da Avaliação

Durante a realização deste estudo, foram enfrentados alguns constrangimentos que numa ou noutra forma constituíram as grandes limitantes que importa reportar:

- **A Quadra Festiva versus Período de Férias** - O arranque do projecto coincidiu com o período tradicionalmente reservado para férias por maior parte dos trabalhadores de Moçambique, muitos dos quais interlocutores indispensáveis para o exercício de revisão do PDP II. Após entrega do "Inception Report" a 15 de Novembro de 2016, estava agendado que, uma vez aprovado deveria iniciar-se o trabalho de campo consubstanciado na colecta de dados que teria de decorrer durante o mês de Dezembro. Isto não aconteceu devido a indisponibilidade da maioria do grupo alvo, em virtude de maior parte dos seus membros terem estado em gozo de licenças disciplinares (férias) e outros tantos com sobreposições de agenda. Por este motivo, o trabalho de campo só foi iniciado a 19 de Janeiro e concluído a 30 de Março.
- **Sobreposição de Agendas** – com mais frequência nos gestores e técnicos de instituições de fora do sector das pescas listados para entrevistas e questionários, foram várias as situações em que se

mostraram indisponíveis nas datas e horas acordadas alegadamente por causa de outras agendas mais prioritárias, desmarcando e remarcando para datas posteriores em muitos destes casos e, em alguns casos, acabando mesmo por não acontecerem porque desmarcados definitivamente.

- **Inconsistência da informação disponível** - O sector não dispõe de um banco de dados consolidado de onde se possa obter a informação necessária em tempo útil e, por falta de sistematização desta, principalmente a estatística referente ao período em avaliação, para reunir a que foi possível levou sempre bastante tempo, ora porque não era fácil localizá-la, ora porque quem a detinha não estava disponível para a facultar. Casos houve em que para um determinado momento e para uma certa actividade surgiram informações contraditórias que foi preciso tomar opção.
- **Pouca clareza de alguns indicadores e metas de determinadas componentes** – Um número considerável de indicadores e metas não estão claros e objectivamente definidos, dificultando a sua qualificação e quantificação para referência no processo de avaliação intercalar das estratégias, objectivos e componentes do PDP II;
- **Falta de um sistema de avaliação periódica do PDP II** – O sector não definiu mecanismos nem sistemas de avaliação periódica dos processos de implementação do PDP II, não havendo, portanto, nenhum momento no decurso dos diferentes exercícios económicos, em que se procedeu especificamente a uma monitorização com vista a identificar eventuais desvios, corrigi-los e consequentemente ir melhorando os níveis de desempenho.

3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Esta avaliação aborda essencialmente os conteúdos que exprimem os níveis quantitativos e qualitativos alcançados na implementação das actividades e acções realizadas no âmbito da execução do PDP II, no período compreendido entre 2010 e 2016. Ela acontece 3 anos depois da data em que devia ter sido feita a avaliação do meio-termo (finais de 2014) e enfatiza apreciações comparativas de desempenho em três momentos; 2010, 2014 e 2016.

Constituem objecto principal da avaliação os processos de implementação de cada uma das 7 componentes do PDP II, designadamente a pesca artesanal, pesca semi-industrial, pesca industrial, aquacultura, processamento de pescado, administração pública das pescas e aspectos transversais.

Os restantes aspectos tais como a situação do sector e esforços realizados para o seu desenvolvimento; objectivos e estratégias do PDP II; o impacto esperado e sustentabilidade e; a organização, programação e implementação, são avaliados de forma indirecta e com base nos resultados das componentes.

Os problemas principais a serem resolvidos através de acções desenvolvidas no âmbito do processo de implementação do PDP II são: (i) os baixos níveis de abastecimento da população com produtos da pesca; (ii) a fraca contribuição das pescarias e de aquacultura para o desenvolvimento económico e social do país; (iii) o baixo nível de contribuição do sector na Balança de Pagamentos, (iv) a prevalência de situação de pobreza no seio das comunidades de pescadores artesanais e aquicultores de pequena escala e refere ainda, (v) a falta ou fraca capacidade da administração pesqueira para resolver estes e outros problemas transversais, tanto os endógenos tais como os ambientais, os de conservação marinha e lacustre como os exógenos como HIV & Sida, Género e Governação.

Com esta avaliação, pretende-se determinar o grau de realização de cada um dos resultados esperados para cada uma das componentes e aferir até que níveis cada um deles contribuiu para a materialização dos impactos esperados com a implementação do PDP II.

3.1 Contexto Macroeconómico

Neste período de avaliação do PDP II o contexto económico moçambicano apresenta grandes oportunidades e grandes desafios. As **oportunidades** estão subjacentes no forte crescimento económico registado entre 2010 a 2014, na expectativa de este manter-se na ordem dos 7%, pelo menos nos cinco anos subsequentes e ainda no crescimento do PIB per-capita.

Entre 2012 a 2014 a economia de Moçambique manteve uma trajectória de crescimento relativamente estável e robusta, consolidando o ritmo de crescimento observado nos anos anteriores, com os sectores da indústria extractiva, construção e transportes e comunicações a revelarem-se os mais dinâmicos neste período. A título de exemplo refira-se que de 2012 a 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7.1%, 7.4 e 7.6% respectivamente e, em contrapartida, a inflação caiu de 2.7% em 2012 para 2.6% em 2014.

O Plano Económico e Social de 2016 (PES 2016), previa um crescimento do PIB de 7%, sustentado fundamentalmente pelo desempenho positivo previsto nos sectores da Indústria Extractiva (10,0%), no Sector Financeiro (8,2%), na Educação (8%), no Comércio (8%), na Construção (7,9%), na Electricidade e Gás (7,7%), na Saúde (7,5%), nos Transportes (7,5%), na Agricultura (6,5%) e nas Pescas (4,8%). O mesmo PES 2016 prevê inflação média anual de 5.6%.

Na verdade, todo o exercício decorrente dos esforços para implementação do PES 2016, em particular os orientados para demover dificuldades, constitui o conjunto dos grandes desafios que se colocam de formas diversificadas para a Economia Nacional tal como a seguir se descreve.

Não obstante as projecções positivistas descritas no PES 2016, não foi possível alcançar o PIB de 7% inicialmente estimado, devido a várias adversidades exógenas ao sistema económico, com particular destaque para a situação político-militar então prevalecente um pouco por todo o País, as cheias e inundações registadas na região norte do País, a seca prolongada que assolou as regiões sul e centro e o endividamento bastante elevado. Ainda nos meados de 2016, o FMI procedeu à revisão em baixa do crescimento económico de Moçambique que havia sido fixado em 8,2%, passando para 6,5%, nível alcançado em 2009, quando a economia mundial no geral se encontrava em plena recessão. Esta realidade, interrompe um ciclo de cinco anos em que o país sempre registou crescimento económico acima de 7%, representando por isso um retrocesso.

Contudo, as projecções oficiais para o período compreendido entre 2017 e 2021, dão indicação de que, em média, "o crescimento poderá atingir os 8% devido às perspectivas positivas prevalecentes segundo as quais se espera que venham a ocorrer investimentos em grande escala nas indústrias extractivas, em particular na indústria de gás natural liquefeito".

Embora a inflação média esteja fixada em 5,6%, a forte desvalorização do metical face ao dólar americano e outras principais moedas estrangeiras, tem agravado a situação económica do país. Na sequência desta realidade, entre Dezembro de 2014 e a primeira quinzena de Outubro de 2015, informações do Banco de Moçambique (BM) dão indicação de que o metical registou uma desvalorização de 33,9%. Perante esta depreciação quase que contínua do Metical, o BM, na sua qualidade de Banco Central tem estado a tomar

medidas visando inverter a situação e muito recentemente, acabou aumentando as taxas de juros como era de se esperar. Lamentavelmente, esta medida (aumento de taxas de juros) tem merecido a contestação nas mais diversificadas perspectivas pelos diferentes actores da Economia Nacional, porque dela resultaram vários males um dos quais é a limitação da oferta monetária do qual resultam o aumento de custos financeiros e do próprio financiamento. Estes factores conjugados, poderão a curto médio e longo prazos, inviabilizar um considerável número de projectos de investimentos.

Atendendo ao prevalecente e recorrente *deficit* da balança corrente de Moçambique, torna-se evidente que o país continuará a demandar mais moeda externa, em especial o dólar americano, para fazer face às importações o que irá contribuir para uma maior depreciação do metical e avolumar ainda mais os desafios anteriormente reportados. Contudo, as últimas medidas tomadas pelo BM no último trimestre de 2016 e no primeiro de 2017, tendem a valorizar o metical, e não só, mas também a taxa de juros de empréstimos poderá ter uma tendência regressiva e estabilizar-se.

Em 2014, o país recebeu 314 milhões de dólares, além das mais-valias cobradas também em divisas, contra 205 milhões nos primeiros nove meses de 2015 e sem mais-valias. Esta queda de receita registada em 2015 comparativamente a 2014 é fundamentalmente devida à diminuição da ajuda externa e do investimento directo estrangeiro que, associada ao aumento da dívida pública actualmente avaliada em 11,66 mil milhões de dólares americanos. Cerca de 84,8% (9,89 mil milhões) desta dívida é dívida externa e representa pouco mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) contra 42% registado em 2012.

3.2 O Sector das Pescas

Moçambique é um País com grandes potencialidades pesqueiras, derivadas da sua localização geográfica, com uma extensão de litoral de 2.750 km e 200 milhas da costa de Zona Económica Exclusiva (ZEE), constituindo 586 mil km² de superfície oceânica e outra de águas interiores com 13 000 Km² constituído por lagos, rios e outros tipos de cursos de água, situação que lhe proporciona um grande potencial de recursos pesqueiros diversificados.

O potencial de recursos pesqueiros está estimado em pouco mais de 300 mil toneladas de espécies diversas, sendo que 240 mil toneladas estão localizadas no mar, 31 mil toneladas nas águas interiores e mais de 78 mil toneladas possíveis de serem produzidas em aquacultura.

Segundo dados facultados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), cerca de 2/3 da população total de Moçambique vive ao longo da zona costeira e, regra geral, maior parte desta socorre-se da pesca para sua subsistência e, em alguns casos particulares, um bom número de intervenientes fazem da pesca fonte de geração da renda familiar tornando o sector pesqueiro no principal provedor de proteína animal para as populações.

O controlo da administração pública sobre todos os subsectores de actividades de pesca ainda requer melhoramentos particularmente para o subsector da pesca artesanal no qual tem sido recorrente reportar-se a utilização de artes nocivas no exercício das actividades de pesca.

Ainda que em 2011 o sector tenha registado uma considerável recuperação do índice de crescimento ao atingir 13.7% contra os 7.7% em 2010, ano considerado pior na história da produção pesqueira de todos os tempos, algumas dificuldades se têm estado a registar no sector, as quais têm originado desistências de alguns dos

operadores e ou saída de capitais para outros sectores de actividade, reduzindo cada vez mais os níveis de comparticipação do sector na Economia Nacional.

Os operadores queixam-se historicamente dos elevados custos operacionais com destaque para o de gasóleo e gelo para a conservação do pescado e agora com o recém agravamento da situação com o advento do aumento das taxas de licença, cobrança de direitos de pesca e redução de esforço de pesca.

Ainda na senda de galvanizar a revitalização do Sector em 2010 iniciou-se o processo de implementação do PDP 2010-2019 na perspectiva de assegurar que os diferentes actores, isto é, a administração pública das pescas, o sector privado, populações costeiras passassem a advogar e a adoptar procedimentos e práticas mais adequadas para tirar o sector da letargia, a modificar e passar a considerar desde então, para o futuro, visões e perspectivas conducentes a um desenvolvimento do sector pesqueiro

De entre os diversos esforços desenvolvidos pelo Governo para reverter esta tendência, várias medidas de gestão têm vindo a ser tomadas e uma delas foi a submissão e a aprovação pela Assembleia da República da Lei de Pescas (Lei nº 22/2013, de 1 de Novembro) na perspectiva de galvanizar a revitalização do Sector à luz da realidade prevalecente.

3.3 Critérios de Avaliação

Por forma a evitar ou pelo menos limitar o nível de subjectividade na avaliação dos resultados alcançados na implementação do Plano ora em avaliação, foram estabelecidos critérios de avaliação quantitativa e qualitativa. Deste modo, foi estabelecida uma pontuação na escala de 1 a 5 e os respectivos requisitos, conforme consta no quadro 2 que se segue:

Tabela 2: Avaliação do grau de implementação do PDP II

Quadro de avaliação do grau de implementação do PDP II		
Classificação		Requisitos
Pontuação	Qualificação	
1	Muito Fraco (MF)	<ul style="list-style-type: none"> • ≤ 25% de realização • Não iniciada/iniciada sem quaisquer resultados
2	Fraco (FR)	<ul style="list-style-type: none"> • 26% ≤ 50% de realização • Iniciada e interrompida em algum momento, mas com alguns resultados e ou com tendência oscilante da sua evolução
3	Aceitável (AC)	<ul style="list-style-type: none"> • 51% ≤ 75% de realização • Execução em progresso e com garantias de continuidade e resultados até 2019
4	Bom (BO)	<ul style="list-style-type: none"> • 76% ≤ 100% de realização • Execução em progresso, mas já com resultados esperados à vista
5	Muito Bom (MB)	<ul style="list-style-type: none"> • + que 100% de realização • Execução concluída antes de 2019 e resultados esperados alcançados

3.4 Avaliação das Componentes do Plano Director 2010-2019

3.4.1 Avaliação da Pesca Artesanal

A pesca artesanal foi, é e será sempre, assumida como um dos principais se não mesmo, o principal subsector de capturas de produtos de pesca no meio “selvagem” responsável pela produção de pescado destinado ao abastecimento do mercado interno e, conseqüentemente responsável por abastecer as populações com produtos da pesca em todo o território nacional.

De acordo com o PDP II, a pesca artesanal compreende 4 tipos de pescarias, nomeadamente: a artesanal de subsistência, a artesanal comercial, a artesanal marginal (recolha de fauna acompanhante de camarão da frota industrial) e, a artesanal de actividades complementares à pesca (construção/manutenção naval, processamento, comercialização, etc.). Todas elas perseguem 4 objectivos de designio social que são: (i) o aumento do abastecimento da população em produtos da pesca, (ii) redução da pobreza nas comunidades dependentes da pesca artesanal, (iii) aumento da contribuição para o desenvolvimento económico e social do país e, (iv) elevação do nível de contribuição do sector para a Balança de Pagamentos aproximando-a para níveis potenciais possíveis. A contribuição das pescarias artesanais na realização dos objectivos do PDP II acima indicadas, é apontada como decisiva para os objectivos (i) e (ii), significativa para o objectivo (iv) e nula para o (iii).

Para a componente Pesca Artesanal são avaliados os 4 resultados esperados, nomeadamente: (i) Aproveitada uma maior quantidade da fauna acompanhante de camarão proveniente da pesca industrial; (ii) reduzido o esforço de pesca sobre os recursos submetidos a pressão intensa, (iii) criadas linhas de crédito específicas para desenvolver a pesca artesanal, com enfoque para a pesca comercial e, (iv) criadas facilidades de acostagem e de abastecimento em centros de pesca prioritários (com uma maior concentração de pescadores artesanais).

De entre os vários instrumentos de estratégia cuja aplicação se espera seja conducente a uma implementação bem-sucedida do PDP II na concretização dos resultados esperados na pesca artesanal é o PESPA que, em princípio, cobria o período 2007-2011, mas que foi prorrogado até 2019. Assim, com referência neste, eis a avaliação dos 4 resultados esperados desta componente:

3.4.1.1 Avaliação da Pesca Artesanal por Resultado

Avaliação do resultado esperado 1. *Aproveitada uma maior quantidade da fauna acompanhante de camarão proveniente da pesca industrial.*

O nível de aproveitamento de FA passou de 6.043 toneladas em 2009 para 6.705 em 2014 e para 4.475 em 2016. O volume total de FA aproveitada no período foi de 42.500 toneladas das quais 68% pela pesca artesanal e 32% pela pesca comercial o que corresponde a um aproveitamento médio anual de 6.000 toneladas.

A tabela 1 a seguir mostra que a tendência dos níveis de aproveitamento da fauna acompanhante da pescaria de camarão ao longo dos 7 anos em avaliação foi oscilatória, tendo variado entre -0,54 e 0,61. Observando os 3 momentos principais objecto da presente avaliação, isto é, os níveis alcançados em 2010 comparado com

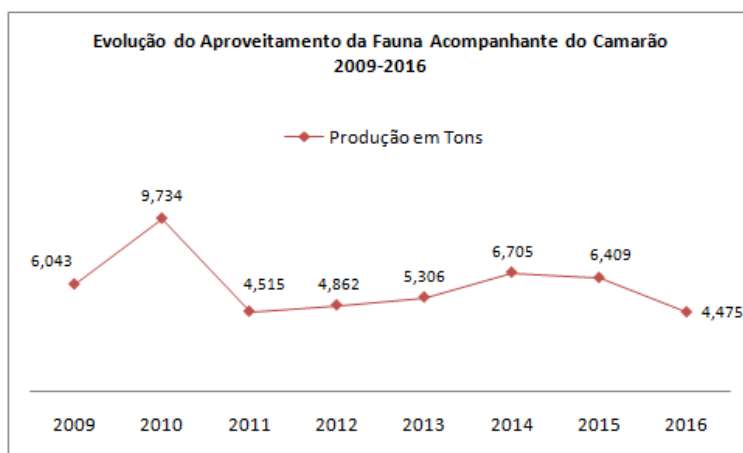
2009, em 2014 comparado com 2010 e os de 2016 comparados com 2014 as taxas de crescimento foram de 0,61; -0,45 e -0,33 respectivamente.

Tabela 3: Evolução do aproveitamento da FA de Camarão

Descrição	Ano "Base"	Período em avaliação							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
AFA PA (Tons)	5,548	8,847	3,400	3,139	3,319	4,234	4,276	1,543	28,758
AFA PC (Tons)	495	887	1,115	1,723	1,987	2,471	2,133	2,932	13,743
Total	6,043	9,734	4,515	4,862	5,306	6,705	6,409	4,475	42,500
TC	-	0.61	-0.54	0.08	0.09	0.26	-0.04	-0.33	-

Fonte: Informação estatística 205-2016 do MIMAIP. Legenda: TC = Taxa de crescimento

Gráfico 1: Aproveitamento da Fauna Acompanhante



Considerando o nível médio de aproveitamento anual (6.071 tons) o grau de realização corresponde a 60,71% do impacto estabelecido no PDP II para 2014 (10.000 tons) e 40,47% para o esperado para 2019 (15.000). Para se atingir as 15.000 estimadas para 2019 teria que, nos 3 anos que faltam para implementação do PDP II se aproveitasse 31.000 toneladas/média/ano o que se mostra praticamente impossível porque o sector não tem capacidades para tal e mais, o recurso não suportaria tamanha pressão e, ano após ano, dificuldades de natureza diversa vão provocando redução dos rendimentos médios diários das capturas de quase todas as pescarias.

A perspectiva de envolver cada vez mais pescadores artesanais no processo de recolha da fauna acompanhante não foi bem-sucedida. O período entre 2010 e 2016 foi aquele em que a crise económica se abateu severamente sobre o sector das pescas afectando praticamente todas as empresas. As empresas industriais de pesca que conseguiram sobreviver à crise, face aos RMD baixos registados nas capturas de camarão, optaram por fazer elas próprias, o aproveitamento da FAC como alternativa aos deficits financeiros

que iam se agravando dia após dia, aliciados pelos atractivos preços de venda do peixe, fauna acompanhante da pescaria de camarão.

Ao longo dos 7 anos de implementação do PDP II o aproveitamento da fauna acompanhante continuou a dar o seu contributo no abastecimento de pescado ao mercado nacional, tendo obtido uma avaliação de aceitável equivalente a 3 pontos na escala de avaliação estabelecida.

Um dos grandes desafios no sector é a informação estatística efectiva e sobretudo a da FA. Para ter o controle desta informação a administração Pública das Pescas desenhou e aprovou um diário de bordo para a sua recolha de forma abrangente (fauna acompanhante e do descartado). Contudo, o sentimento da maioria dos entrevistados nos centros de pesca visitados é de que os volumes efectivamente descarregados parecem ser bem maiores do que os que têm sido reportados na informação recolhida através dos diários de bordo. As razões para esta presunção assentam no facto de se assumir que o programa de financiamento de motorização de barcos de pescadores artesanais permitiu lhes maior mobilidade e mais capacidade de se fazer ao alto mar e lá recolher a fauna acompanhante e aliado a isso, um considerável número de pescadores artesanais sem excepção, com ou sem barcos motorizados, beneficiaram de acções de capacitações em recolha, processamento e conservação (secagem ou fumagem) do pescado recolhido o que lhes confere maior capacidade de recolha e aproveitamento da FA. Um considerável grupo de pescadores artesanais beneficiaram de fornecimento de congeladores e painéis solares para lhes proporcionar melhores condições de conservação do pescado recolhido. Ademais com a recente adopção do PEDPA estão surgindo, ainda que timidamente, empresas nacionais a entrarem na pesca do ATUM e, tanto estas como as empresas estrangeiras envolvidas nesta pescaria estão ambas a serem sensibilizadas a descarregar fauna acompanhante. Tudo isto faz acreditar e assumir que ainda faz sentido e tem interesse que se mantenha a aposta de aumentar a captura e o aproveitamento da fauna acompanhante das frotas industriais pelos pescadores artesanais.

Avaliação do resultado esperado 2. *Reduzido o esforço de pesca sobre os recursos submetidos a pressão intensa.*

O PDP II identifica 4 recursos acessíveis à pesca artesanal cujos níveis de exploração se mostram estar sob pressão intensa, 3 sob pressão moderada a intensa e 1 que mostra as 2 situações em simultâneo (demersais acessíveis à PPE à linha), intensa na região sul e moderada no Banco de Sofala.

Tabela 4: Recursos acessíveis a pesca com níveis de exploração intensa e moderado a intenso

Designação do Recurso	Estado do recurso (tons)		Nível de exploração	
	Potencial	Capturas	Intenso	MI
Camarões sergestedae	2 000 - 2 800	2 444	X	
Lagostas litorais	150	s/i		x
Caranguejo de mangal	5 700	247		x
Demersais acessíveis à PA	5 500 - 10 200	10 221	X	
Demersais acessíveis à PPE/linha	600 - 1 990	648	x (RS)	x (BS)
Holotúrias	750	s/i	X	
Ameijoas e outros tipos de bivalves	2 200	1 000		x
Kapenta (Albufeira de CB em Tete)	12 000	12 000	X	

Fonte: Plano Director das Pescas 2010 - 2019

Legenda: **MI** = Moderado a intenso, **RS** = Região Sul, **BS** = Banco de Sofala e **CB** = Cabora Bassa

Em observância a um dos comandos do PDP II, o PESPA encarregava o então IDPPE e o IIP a elaborarem em conjunto um relatório anual sobre o estado das principais pescarias sob pressão intensa, com base nos dados estatísticos recolhidos e processados sobre capturas e esforços e das amostragens biológicas. Não há

indicação de estes relatórios terem sido elaborados na especificidade, mas, também não se encontrou nenhum registo que em algum momento alertasse para uma situação em que um dos recursos indicados na tabela 2 mostrasse agravamento dos níveis de pressão intensa nos respectivos esforços de exploração.

O IIP, guardião da avaliação dos recursos com vista a assegurar a sua exploração sustentável, em nenhum momento deu qualquer sinal de alarme, levando a concluir que durante os 7 anos, os níveis de exploração dos recursos acessíveis à pesca artesanal foram satisfatórios, no sentido de que nenhum destes correu o risco de sobre-exploração e que, os 8 identificados na tabela 2 acima como estando a níveis de exploração intenso e moderado a intenso. Na pior das hipóteses tenderam a estabilizar. Assim, com esta análise, a realização deste resultado é aceitável, ao nível de 3 pontos.

Avaliação do resultado esperado 3. Criadas Linhas de Crédito Específicas para desenvolver a pesca artesanal com enfoque para a pesca comercial.

Para incentivar a pesca artesanal e melhorar as suas técnicas e tecnologias e por esta via aumentar as suas capacidades produtivas, o MIMAIP, através do FFP em estreita colaboração com IDPPE de então, financiou 2.015 acções ou iniciativas destinadas a apoiar o desenvolvimento da pesca que totalizaram 243 milhões de meticais o que significa que em média anual foram financiados 288 acções orçados em 35 milhões de meticais, conforme ilustra a tabela a seguir.

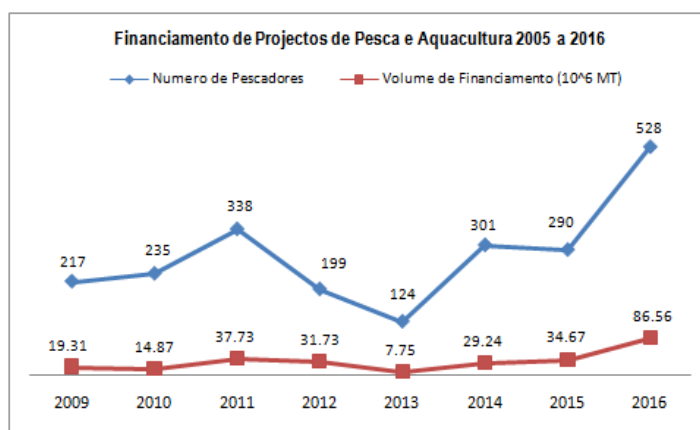
Tabela 5: Financiamento de Projectos de Pesca e Aquacultura 2005 a 2016

Descrição	UM	Ano Base	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Pescadores	#	217	235	338	199	124	301	290	528	2,015
	TC	-	0.08	0.44	-0.41	-0.38	1.43	-0.04	0.82	-
Financiamento	10 ⁶ MT	19.31	14.87	37.73	31.73	7.75	29.24	34.67	86.56	242.55
	TC	-	-0.23	1.54	-0.16	-0.76	2.77	0.19	1.50	-

Fonte: FFP

Legenda: TC=Taxa de Crescimento

Gráfico 2: Financiamento de Projectos de Pesca e Aquacultura, 2009-2016



Com relação ao número de apoios financeiros concedidos a variação oscilou entre os extremos -0,41 e 1,43 registados nos anos 2012 e 2014 respectivamente, comparativamente aos respectivos anos anteriores. Comparando o nível de financiamento registado em 2014 com o de 2010 registou-se um crescimento de 0,96% e em 2016 comparado com 2014 o crescimento foi de 1,96%.

Os 243 milhões de meticais constituem cerca de 95,27% do total de financiamentos especiais concedidos para a pesca artesanal e aquacultura de pequena escala no período. Estes montantes evoluíram de 14,87 milhões em 2010 para 29,24 milhões em 2014 e 86,56 milhões em 2016, correspondente a taxas de crescimentos sucessivos de - 0,23%; 0,77% e 1,50% respectivamente.

A pesca artesanal beneficiou de outros tipos de apoio financeiro directo ou indirecto pela via de implementação de projectos de desenvolvimento específicos decorrentes de programas de cooperação com agências de apoio ao desenvolvimento. Estes projectos estão orçados em mais de 112 milhões de dólares americanos, cada um com seu período de vigência, sendo que os mais longos se estendem até 2019.

Foi estabelecido um programa de crédito rotativo (PCR's), onde foram criados grupos de poupança, e foram contratados provedores destes serviços para trabalharem com estes grupos na sua capacitação em todas as matérias de gestão de crédito, capacitação em Gestão de Negócios e apoio na elaboração de Projectos, e foram desenvolvidas acções de apoio na formalização/legalização das associações/cooperativas de pescadores para serem elegíveis ao crédito. O conjunto de todas estas acções além de concorrerem para facilitar o acesso ao crédito de pescadores, tem em vista a educação não só dos pescadores, mas também das suas comunidades para a cultura de crédito (receber, utilizar para os devidos efeitos e reembolsar).

O crédito permitiu que um considerável número de pescadores modernizasse suas embarcações e adquirisse também artes de pescas e meios de conservação do pescado modernos, e conseqüentemente elevou os seus níveis de rendimento. Contudo, um dos maiores desafios que se enfrenta na concessão de crédito, é o reembolso, pois, segundo a informação do FFP, o reembolso de crédito concedido está abaixo do desejável, o que preocupa a instituição, associado ao facto de no início do programa não ter sido estabelecido um mecanismo eficaz de controlo para recuperação do crédito. O nível alcançado neste resultado é Aceitável, com a pontuação de 3 na escala definida.

Avaliação do resultado esperado 4. Criadas facilidades de acostagem e de abastecimento em centros de pesca prioritários.

O PDP II não é explícito sobre que tipo de facilidades de acostagem e de abastecimento deveriam ser criadas no âmbito do PDP II nem indica onde e quando deviam ser construídas o que torna difícil determinar e graduar qualquer que seja o nível de realização alcançado nos 7 anos em avaliação.

Contudo, enfatiza que para a pesca artesanal, em especial a comercial, retiraria benefícios significativos se se desenvolvessem cais, desembarcadouros de pesca e mercados devidamente apetrechados para a comercialização dos produtos da pesca. Deste enfoque pode concluir-se que a criação destas infra-estruturas são as facilidades almejadas e as questões onde e quando, a resposta é nos principais centros de pesca e, já que não seria possível em todos de uma só vez, seria uns e outros de cada vez, sempre que a disponibilidade de recursos assim o permitisse.

Não há registo de terem sido construídas novas infra-estruturas de acostagem, mas foi reabilitado e modernizado o Porto de Pesca da Beira, localizado num dos maiores centros de pesca do país que de uma ou de outra forma serve os pescadores artesanais locais. Foram construídos mais de 31 mercados de venda, 1 no Município de Maputo e 30 nos locais de desembarque da Pesca Artesanal distribuídos em todas as Províncias

do País. Alguns destes mercados, debatem-se com problemas de gestão, pois foram assinados contratos de gestão entre o sector e CCP's, mas não houve definição clara das responsabilidades, tal é o caso por exemplo do mercado de INGURI, no Centro de Pesca de Angoche, que nunca funcionou apesar de estar apetrechado com equipamento de Processamento e Conservação do pescado. Portanto, não parece existir um modelo de gestão uniforme e claramente definido para os mercados de venda ora construídos.

Assim, em termos de classificação do grau de realização, pode se considerar aceitável com a pontuação de 3 na escala definida.

3.4.1.2 Avaliação Global da Componente Pesca Artesanal

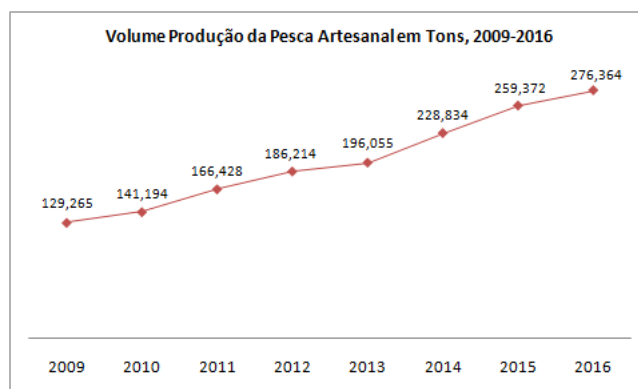
Com as acções desenvolvidas com vista à concretização dos 4 resultados, a pesca artesanal melhorou consideravelmente o seu desempenho na prossecução dos objectivos que lhe estão atribuídas no âmbito do PDP II. Olhando para a tabela 4 a seguir, nota-se que com a realização destas acções assegurou-se uma tendência de crescimento contínuo da produção de pescado registada, de 129.265 toneladas em 2009 para 141.194 em 2010, 228.834 em 2014 e 276.364 em 2016, correspondente a taxas de crescimento de 0.09, 0.17 e 0.07 respectivamente.

Tabela 6: Quantidade e valor da produção da pesca artesanal 2009 a 2016

Descrição		Ano Base	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Volume	Tons	129,265	141,194	166,428	186,214	196,055	228,834	259,372	276,364	1,454,461
	TC	-	0.09	0.18	0.12	0.05	0.17	0.13	0.07	
Valor	10 ⁶ M T	9.03	9.86	11.62	13.00	13.69	16.00	18.11	19.30	101.58
	TC	-	0.09	0.18	0.12	0.05	0.17	0.13	0.07	

Fonte: Estatísticas 2005-2015 e Balanço do PES 2016 do MIMAIP. Legenda: TC = Taxa de crescimento; 10⁶MT = Milhões de metcais

Gráfico 3: Volume de Produção da Pesca Artesanal, 2009-2016



Com as linhas de crédito criadas e os apoios a iniciativas de desenvolvimento concedidos à pesca artesanal, promoveu-se a pesca em mar aberto financiando motores marítimos para algumas embarcações artesanais, desenvolveram-se capacidades de investimento dos pescadores para melhorar as suas embarcações; as técnicas e tecnologias da pesca e do processamento e; a capacitação dos pescadores em gestão de pescarias,

processamento, conservação e gestão de negócios o que resultou em aumentos dos níveis de produção e na dinamização da comercialização dos produtos da pesca artesanal.

Ao longo do período, a PA logrou aumentar os níveis da sua contribuição para o abastecimento da população com produtos da pesca tendo evoluído de 129.200 em 2009 para 140.258 em 2010, 227.677 em 2014 e 272.844 em 2016. Em média, o subsector colocou anualmente mais de 206 mil toneladas no mercado interno, mais de 91% do total do seu volume de capturas. Comparativamente com as metas estabelecidas, foram já superadas as 149 mil e as 184 mil toneladas de capturas previstas para 2014 e 2019 respectivamente. Este deve ser dos poucos objectivos preconizados pelo PDP II com um nível de realização bem próximo de 100% ao longo do período em análise e que também é uma das componentes onde se regista melhor organização e desempenho.

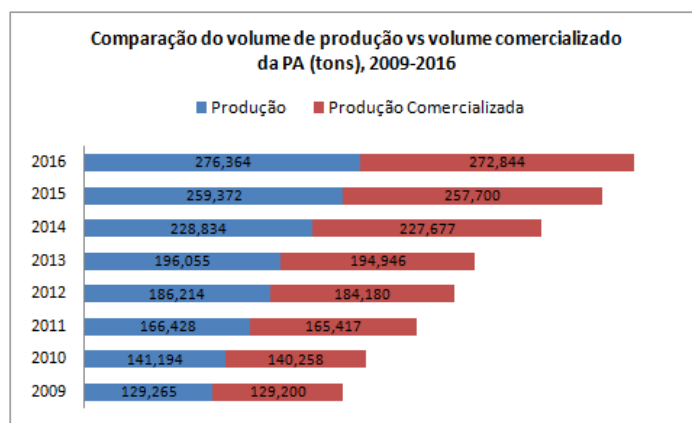
Tabela 7: Volume de capturas da pesca artesanal colocados no mercado nacional

Descrição	UM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Produção (P)	Tons	129,265	141,194	166,428	186,214	196,055	228,834	259,372	276,364	1,583,726
Comercializado(C)		129,200	140,258	165,417	184,180	194,946	227,677	257,700	272,844	1,443,022
% C sobre P		99.95	99.34	99.39	98.91	99.43	99.49	99.36	98.73	91.12
Taxa de crescimento (C)		-	0.09	0.18	0.11	0.06	0.17	0.13	0.06	-

Fonte: Estatísticas 2005-2015 e Balanço do PES 2016 do MIMAIP

Legenda: UM = Unidade de medida

Gráfico 4: Comparação do volume de produção vs volume comercializado da PA, 2009-2016



Em 2012 foram reportados 400.000 profissionais e demais pessoas cuja sobrevivência estava directa ou indirectamente ligada a pesca artesanal distribuídos em 1.586 centros de pesca contra os 334.000 em 1217 centros em 2007. Ainda de 2007 para 2012 foram registadas muitas outras evoluções progressivas reforçando a capacidade da pesca artesanal tais como o aumento de 39.400 embarcações para 39.550, 42.300 artes para 52.778.

A indicação da existência, nos diferentes centros de pesca de infra-estruturas económicas e sociais como 209 mercados de venda de pescado, 33 mercados de primeira venda, 229 estabelecimentos de insumos de pesca, 1.817 escolas, 3.555 fontanárias de água e 794 infra-estruturas sanitárias constitui uma amostra de crescimento e desenvolvimento da pesca artesanal e, ainda que bastante limitado, aos poucos vai se contribuindo para a melhoria da vida das comunidades pesqueiras.

No que tange ao envolvimento dos pescadores artesanais em organizações de base comunitária também se registaram progressos de 2007 a 2012, contribuindo para a comparticipação das comunidades na gestão e administração das pescarias, na defesa dos seus próprios interesses e na busca de soluções para as questões transversais. De 1.100 organizações reportadas em 2007 passou-se para 2.333 em 2012 dos quais 488 são Associações de pescadores (+ 55%), 1.104 grupos de Poupança e Crédito Rotativo (+ 212%), 441 Conselhos Comunitários de Pesca (100%) e 300 grupos de outras formas de organização associativa (-28%).

De uma forma global em termos da classificação dos resultados em média esta componente teve uma realização aceitável, conforme ilustra a tabela a seguir.

Tabela 8: Avaliação do grau de realização da Pesca Artesanal

Resultados	Classificação	
	Quantitativa (pontos)	Qualitativa
R1: Aproveitada uma maior quantidade da fauna acompanhante de camarão proveniente da pesca industrial	3	Aceitável
R2: Reduzido o esforço de pesca sobre os recursos submetidos a pressão intensa	3	Aceitável
R3: Criadas Linhas de Crédito Específicas para desenvolver a pesca artesanal com enfoque para a pesca comercial	3	Aceitável
R4: Criadas facilidades de acostagem e de abastecimento em centros de pesca prioritários	3	Aceitável

3.4.2 Avaliação da Pesca Semi-Industrial

Assumida como sendo a base para a criação de uma indústria pesqueira nacional, **a pesca semi-industrial**, reveste-se de importância socioeconómica no país, graças ao papel determinante que detém potencialmente para induzir a um desenvolvimento do sector das pescas e uma melhoria das condições de vida das comunidades rurais, não somente as residentes ao longo da costa marítima e zonas costeiras como também as do interior. Para além dos próprios pescadores e o pessoal de apoio em terra, o subsector envolve mais intervenientes tais como recolectores, processadores, transportadores, comerciantes de pescado e outros afins.

Ela compreende 5 pescarias designadamente: (i) arrasto de camarão do Sul da Beira (entre norte da Beira e foz do rio Save); (ii) arrasto de camarão na baía de Maputo (entre o cabo da Inhaca e a Ponta da Macaneta, incluindo o canal de acesso ao Porto de Maputo) e foz do rio Limpopo em Gaza, (iii) arrasto de camarão de Angoche (entre Angoche e foz do rio Ligonha em Nampula); (iv) pesca de peixe à linha em fundos rochosos, praticável ao longo de toda a zona costeira mas com limitação de esforço fixada em 25 barcos e; (v) pesca de kapenta na Albufeira de Cabora-Bassa.

As 5 pescarias semi-industriais perseguem igualmente os 4 objectivos do PDP II e sua contribuição na realização destes é assumida como decisiva para o objectivo 1 (aumentado o abastecimento da população em produtos da pesca) com as pescarias de camarão a sul da Beira, Baía de Maputo e foz do Limpopo e com cerco de pequenos pelágicos.

Para a componente Pesca Semi-industrial são avaliados a seguir os 4 resultados esperados, designadamente: (i) a pesca semi-industrial pescando a partir de mais bases ao longo da costa; (ii) aumentadas as capturas de

recursos acessíveis à pesca artesanal; (iii) aumentado o abastecimento à população de produtos provenientes do subsector e; criadas linhas específicas de crédito concessional para incentivar a pesca semi-industrial.

3.4.2.1 Avaliação da Pesca Semi-Industrial por Resultado

Avaliação do resultado esperado 1. *A pesca semi-industrial pescando a partir de mais bases ao longo da costa.*

A pesca semi-industrial, desenvolvida por cerca de 104 operadores (registados) com alguma estrutura empresarial consistente, com embarcações motorizadas e com alguma autonomia de dias no mar, infra-estruturas em terra, trabalhadores assalariados, procura de serviços de terceiros (de processadores de pescado, carpinteiros e mecânicos navais, redeiros, comerciantes de aprestos e outros insumos de pesca, etc.) é um potencial promotor de desenvolvimento local latente.

A grande concentração das bases operacionais nos extremos do Banco de Sofala na zona sul do país (ver tabela 6), realidade que prevalece há já muitas décadas e prevaleceu durante o período compreendido entre 2010 e 2016 constitui entrave para que o subsector contribua no máximo das suas potencialidades no desenvolvimento da pesca num primeiro nível e da economia nacional em última instância.

Tabela 9: Concentração de pescadores Semi-industriais no território nacional (2016)

REGIÃO	PROVÍNCIA	PSI	
		#	%
Norte	Niassa	0	-
	C.Delgado	0	-
	Nampula	4	3,8
	Sub-total	4	-
Centro	Zambézia	1	1,0
	Tete	51	49,0
	Manica	0	-
	Sofala	14	13,5
	Sub-total	66	-
Sul	Gaza	4	3,8
	Inhambane	3	2,9
	Maputo	27	26,0
	Sub-total	34	-
		104	100

Fonte: Administração Nacional das Pescas

Legenda: PSI= Pesca/Pescaria Semi-industrial

A mais recente crise económica mundial que também atingiu o país em geral e que em 2012 fustigou vigorosamente o sector das pescas, consubstanciada no aumento de preços dos factores de produção, agravada pela redução dos níveis de captura, desestabilizou um número considerável de operadores semi-industriais, levando uns a transferir os seus capitais para outros sectores e outros a desistirem da actividade pura e simplesmente, levando a acreditar que os 104 operadores constantes da tabela acima, decorrem de registo histórico que importa rever para a devida actualização.

Não consta de nenhum relatório, documento ou outro tipo de informação disponível, registos de acções visando a expansão das bases operacionais da pesca semi-industrial ao longo de todo o território nacional. E, deste modo assume-se que o grau de implementação deste resultado está abaixo de 25%, i.é, é muito fraco, se situando em 1 ponto de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos.

Avaliação do resultado esperado 2. Aumentadas as capturas de recursos acessíveis á pesca Semi-Industrial.

Os níveis de captura das pescarias Semi-Industriais registaram oscilações intercalares ao longo do período em análise no sentido de que se num ano registava um decréscimo, no ano seguinte registava um crescimento e vice-versa. O mais acentuado decréscimo foi de -0.30, ocorrido em 2016 comparativamente às capturas de 2015 que se havia situado em 18.628 toneladas. O maior crescimento foi de 0.48 e verificou-se em 2011 comparativamente com 2010 cujas capturas situaram-se em 13.743.

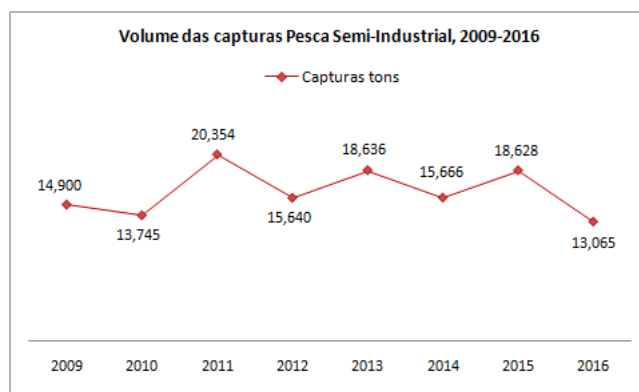
Tabela 10: Evolução das capturas da pesca Semi-industrial de 2009 a 2016

Descrição	UM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Capturas	Tons	14,900	13,745	20,354	15,640	18,636	15,666	18,628	13,065	115,734
	TC	-	-0.08	0.48	-0.23	0.19	-0.16	0.19	-0.30	-

Fonte: Estatísticas 2005-2015 e Balanço do PES 2016 do MIMAIP

Legenda: TC = Taxa, UM = Unidade de medida e PCMI = Produção colocada no mercado interno.

Gráfico 5: Volume das Capturas da Pesca Semi-Industrial (tons), 2009-2016



Pese as oscilações da tendência evolutiva das capturas ao longo destes 7 anos, foram capturadas cerca de 116 mil toneladas no total o que corresponde a uma produção média anual de 16.533 toneladas conseguida pela pesca semi-industrial. O volume real de capturas alcançado em 2014 (15.666) corresponde a 93% da meta estabelecida (16.840) e 83 % da meta fixada para 2019. Assim, com este nível de realização, classifica-se em 4 pontos, correspondente a uma classificação qualitativa de BOM.

Avaliação do resultado esperado 3. Aumentado o abastecimento à população de produtos provenientes do subsector.

À semelhança das capturas, os níveis de pescado capturado pela pesca semi-industrial colocado no mercado interno para o abastecimento das populações teve uma tendência oscilatória com o menor nível reportado em 2013 comparado com o ano anterior e o maior em 2016 comparado com 2015.

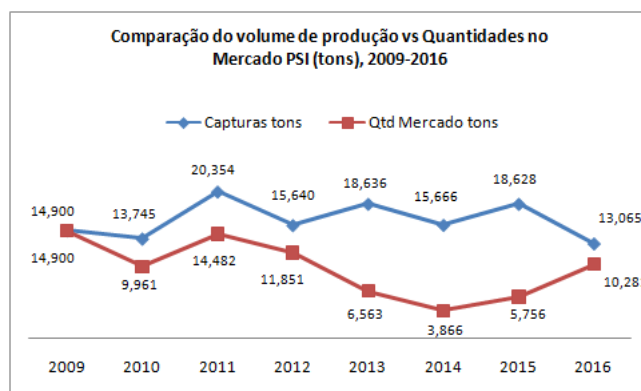
Tabela 11: Evolução das capturas da pesca Semi-industrial de 2009 a 2016 e as quantidades colocadas no mercado interno

Descrição	UM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Capturas	Tons	14,900	13,745	20,354	15,640	18,636	15,666	18,628	13,065	115,734
PCMI	Tons	14,900	9,961	14,482	11,851	6,563	3,866	5,756	10,281	62,760
	TC	-	-0.33	0.45	-0.18	-0.45	-0.41	0.49	0.79	-
% PCMI	-	-	72.47	71.15	75.77	35.22	24.68	30.9	78.69	-

Fonte: Estatísticas 2005-2015 e Balanço do PES 2016 do MIMAIP

Legenda: TC = Taxa, UM = Unidade de medida e PCMI = Produção colocada no mercado interno

Gráfico 6: Comparação produção da PSI vs volume colocado no mercado (tons), 2009-2016



Em média anual, a pesca semi-industrial colocou ao longo do período em análise cerca de 9.000 toneladas no mercado interno com os anos de 2014, 2015 e 2013 a ocuparem, respectivamente, a última, a penúltima e a antepenúltima posição em termos das quantidades absorvidas tal como se pode ver na tabela acima. A maior quantidade de pescado proveniente deste subsector e comercializado no mercado interno foi de 14.482 toneladas e foi reportado em 2011.

A não serem tomadas medidas adequadas para alterar a tendência de redução dos volumes de capturas da pesca semi-industrial colocadas no mercado interno, até 2019 não serão obtidos resultados melhores aos que se registaram até a data.

Comparando a produção colocada no mercado interno em 2014 com 2010, registou-se uma redução em 61% e em 2016 comparado com 2014 houve um incremento da disponibilidade no mercado em 166%, porém como se referiu acima a média anual colocada no mercado interno no período em análise foi de 9.000, contra a média estabelecida para 2014 de 16.840 toneladas, o que equivale a uma realização de 53%, considerado aceitável, com uma pontuação de 3 pontos.

Avaliação do resultado esperado 4. Criadas linhas específicas de crédito concessional para incentivar a pesca semi-industrial.

Ao longo dos 7 anos em avaliação não foi criada nenhuma linha de crédito concessional específica sem com isso querer dizer que a pesca semi-industrial ficou completamente abandonada no que a iniciativas de apoio ao seu desenvolvimento diz respeito. Ela, terá beneficiado de outros tipos de apoios indirectos através de projectos e programas de apoio ao desenvolvimento do sector pesqueiro implementados nos diferentes centros de pesca pelas agências nacionais e internacionais como IDPPE, FFP, IIP e outros.

Os dados disponíveis no Banco de Moçambique sobre o financiamento à economia não estão desagregados por sectores, particularmente para o sector das pescas, mas sim, são relativos ao sector da agricultura que de igual modo congrega os subsectores da pesca e da pecuária. Uma análise destes dados no período entre 2009-2015 sugere que o sector como um todo (incluindo a pesca) foi progressivamente negligenciado no que ao financiamento diz respeito. O sector continuou, em termos relativos, a ser o menos beneficiado do volume de crédito destinado à economia. Esta situação foi particularmente marcante de 2014 ao presente. Em 2014 o volume de crédito empregue no sector situou-se em 2,2% do total do crédito concedido à economia e 3,4% em 2015. O período anterior foi relativamente melhor embora no contexto global o sector continuasse a ser negligenciado. Por exemplo, em 2009, o volume de crédito ao sector situou-se em 7%, tendo reduzido para 5,8% em 2010 e novamente incrementado para 9,2% e 8,6% em 2011 e 2012, respectivamente. (*Fonte: Dados dos Relatórios anuais do Banco de Moçambique, 2009-2015*).

Assim, o grau de realização é muito fraco, pois está abaixo de 25%, com 1 ponto na escala da avaliação estabelecida.

3.4.2.2 Avaliação Global da Componente Pesca Semi-Industrial

Embora reportadas realizações de algumas acções desenvolvidas com vista à materialização dos 4 resultados preconizados pelo PDP II para a pesca Semi-industrial, não há indicadores suficientes do ano de partida que permitem avaliar comparativamente o desempenho sectorial neste domínio.

O exercício aqui feito, foi de tentar quantificar e ou qualificar as acções adstritas a cada resultado que foram desenvolvidas ao longo dos 7 anos e avaliar a sua tendência evolutiva e tentar aferir se houve ou não progressos e, se sim, em que níveis e estimar que resultados irão se obter até 2019.

O único resultado que em média foi realizado a contento e cuja meta pode se esperar seja concretizada se não mesmo superada foi o de aumentar o nível do volume de capturas da pesca semi-industrial enquanto o da extensão das bases operativas para toda a costa marítima nacional e da criação das linhas específicas de crédito concessionais nem se quer foram iniciadas e tudo indica até 2019 não terão sido iniciados.

Nas entrevistas com os pescadores artesanais, semi-industriais, industriais e outros parceiros foi opinião comum que a escassez de recursos pesqueiros tende a acentuar-se nos últimos anos, facto que eles atribuem à concessão de licenças a um número elevado de embarcações, o que leva à excessiva pressão sobre os recursos, e não só. Também referenciam que as mudanças climáticas e as pesquisas de hidrocarbonetos estão a contribuir para o agravamento desta escassez de recursos pesqueiros nos habitats naturais. Por outro lado, os semi-industriais e industriais queixam-se e acusam que muitos pescadores artesanais usam artes de pesca nocivas (inadequadas) e que em anos anteriores todos eles não eram intimados a observar algum período de defeso. Hoje, muitos deles furtam-se ao cumprimento do período de veda a que estão já obrigados a observar. Os semi-industriais e industriais acusam ainda alguns pescadores artesanais de pescarem nos mangais, locais onde o camarão se reproduz, afectando negativamente a reprodução desta espécie. Os entrevistados são unânimes que a fiscalização, a ser efectiva e eficiente, poderia inverter estas tendências, mas entendem que precisaria de se equipar de melhores meios que lhe pudessem conferir uma capacidade à altura que lhe permite funcionar de forma regular e sistemática e a cobrir toda a extensão da costa, principalmente onde os pescadores artesanais exercem as suas actividades.

Embora sem elementos objectivos para avaliação desta componente, pode se assumir que a concretização dos resultados desta componente em média é fraca, conforme ilustrado no quadro a seguir.

Tabela 12: Avaliação do grau de realização da componente da Pesca Semi-Industrial

Resultados	Classificação	
	Quantitativa (pontos)	Qualitativa
R1: A pesca semi-industrial pescando a partir de mais bases ao longo da costa	1	Muito Fraco
R2: Aumentadas as capturas de recursos acessíveis á pesca Semi-Industrial	4	BOM
R3: Aumentado o abastecimento à população de produtos provenientes do subsector	3	Aceitável
R4: Criadas linhas específicas de crédito concessional para incentivar a pesca semi-industrial	1	Muito Fraco

3.4.3 Avaliação da Pesca Industrial

3.4.3.1 Avaliação da Pesca Industrial por Resultado

A pesca industrial compreende 5 pescarias, nomeadamente: (i) a de arrasto de camarão do Banco de Sofala; (ii) a de arrasto de gamba no talude continental; (iii) a de pesca de peixe à linha em fundos rochosos; (iv) a de cerco e palangre de atum e; (v) a de lagosta de profundidade, cada uma delas com especificidades e características distintas.

No âmbito da realização dos objectivos do PDP II, cabe essencialmente às pescarias industriais, o papel decisivo para a materialização dos objectivos 3 (reforço da contribuição do sector ao desenvolvimento económico e social nacional) e 4 (reforço da contribuição do sector para a Balança de Pagamentos).

Para a componente Pesca Industrial, foram identificados os 4 resultados esperados, designadamente: (i) aumentado o valor e a percentagem da renda captada pelo país; (ii) acrescentado maior valor às capturas provenientes do subsector; (iii) maximizado o aproveitamento da fauna acompanhante e; (iv) incentivada a pescaria de recursos acessíveis e não exploradas ou sub-exploradas, cuja avaliação a seguir se apresenta:

Avaliação do resultado esperado 1. Aumentado o valor e a percentagem da renda captada pelo país.

Sendo a renda a remuneração de todos os factores de produção (ver a fórmula a seguir), valor resultante da diferença entre o somatório dos salários, pensões, rendas (de aluguéis, juros, dividendos etc.) e transferências do exterior e somatório das transferências para o exterior, as contribuições para a previdência social que constituem poupança e o montante pago em impostos, torna-se um dos resultados difícil de avaliar ao nível sectorial devido à dificuldade de reunir dados sectoriais que permitem a sua determinação.

$$R = (S+P+ R+TdE) - (TpE+CPSCP+MPI)$$

No período em análise o sector elaborou em 2013 um Plano Estratégico para pesca de ATUM, com vista ao aumento da renda captada pelo país e nessa sequência há 2 investimentos já feitos (PESCAMOZ e EMATUM), a ideia com este plano é desenvolver toda cadeia de valor da pescaria de ATUM, o que certamente irá se repercutir no nível da renda captada pelo país.

Tendo em conta que o período em avaliação coincide com o deflagrar da crise económica que afectou severamente a “saúde” económica e financeira das empresas do sector e não só, o que leva a acreditar que o nível de emprego registado, indicador básico de variação da renda, teve tendência a diminuir, não obstante os 2 investimentos realizados para o ATUM, pois ainda estão no seu estágio inicial, não havendo resultados fruto destes investimentos, podendo se inferir, assim que a realização deste resultado é Muito Fraca e se situa a menos de $\leq 25\%$, sugerindo a pontuação de 1.

Avaliação do resultado esperado 2. *Acrescentado maior valor às capturas provenientes do subsector.*

Acrescentar maior valor às capturas da pesca industrial pressupõe de entre várias coisas o fortalecimento do subsector através de uma exploração sustentável dos recursos a que lhe estão adstritos bem como a disponibilidade de infra-estruturas de apoio melhoradas incluindo as de processamento em terra, garante para crescer valor ao pescado capturado. No período em avaliação foram construídos no Porto da Beira uma Unidade moderna de Processamento e Conservação do pescado, na Beira e Maputo foram edificadas Unidades de Processamento da amêijoia, foram criados laboratórios de análise do pescado em Maputo, Quelimane e Beira. Assim, todas as empresas e as embarcações com refrigeração a bordo do ramo devem ter certificação sanitária através do sistema HCCP (Controle de Qualidade a partir dos Pontos Críticos), o que naturalmente concorre para o acréscimo de valor às pescarias provenientes deste subsector.

Não obstante este esforço empreendido pelo sector, ao longo dos 7 anos a produção industrial continuou a ser essencialmente processada a bordo das embarcações, sendo quase nula a pesca industrial que passa por estas unidades, acabando por não serem exploradas ao nível desejável, apesar do apreciável investimento feito.

Assim, em termos do nível da realização deste resultado, pode se classificar de aceitável, com 3 pontos.

Avaliação do resultado esperado 3. *Maximizado o aproveitamento da fauna acompanhante.*

O aproveitamento da fauna acompanhante de camarão pela própria pesca industrial totalizou ao longo dos 7 anos 10.254 toneladas o que corresponde a uma média anual de 1.465 toneladas. A tabela que se segue mostra tendência a um crescimento contínuo que resultou numa evolução de 147 toneladas em 2009 para 437, 1.870, e 2.932 toneladas em, 2010, 2014 e 1.016 respectivamente.

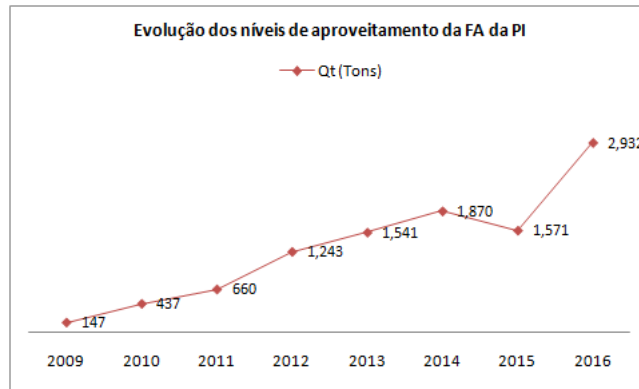
Tabela 13: evolução dos níveis de aproveitamento da FA da PI

Descrição	UM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
FA/PI	Tons	147	437	660	1,243	1,541	1,870	1,571	2,932	10,254
	TC	-	1.97	0.51	0.88	0.24	0.21	-0.16	0.87	-

Fonte: Estatísticas 2005-2015 e Balanço do PES 2016 do MIMAIP

Lenda: TC = Taxa, UM = Unidade de medida e FA/PI = Fauna acompanhante aproveitada pela pesca industrial

Gráfico 7: Evolução do Aproveitamento da FA da PI (tons), 2009-2016



A necessidade imperiosa de encontrar fontes alternativas de receitas para fazer face aos baixos rendimentos médios diários e à crise económica, terá sido provavelmente uma das motivações para este excelente nível de aproveitamento da fauna acompanhante, pois os próprios industriais entraram no negócio de aproveitamento deste recurso que outrora descartavam. Deste modo, dado o nível de realização deste resultado e de acordo com os critérios de classificação, a sua prestação atingiu um nível de bom, equivalente a 4 pontos.

Avaliação do resultado esperado 4. *Incentivada a pescaria de recursos acessíveis e não exploradas ou sub-exploradas.*

São vários os recursos pesqueiros disponíveis identificados no Quadro 1 do PDP II como tendo níveis de exploração baixos (22), baixo a moderado (5) e moderados (4) que devem ser considerados não explorados ou sub-explorados.

Apesar dos esforços empreendidos para incentivar potenciais investidores a orientarem as suas iniciativas para estes recursos, estes, teimam em querer investir nos que estão já com níveis de exploração intensos ou moderado a intenso. Daí que não se verificou no período a entrada de operadores nestas pescarias, o que pressupõe um grau de realização Muito Fraco, situando-se abaixo de 25%, equivalente a pontuação mínima de 1.

3.4.3.2 Avaliação Global da Componente Pesca Industrial

Tal como acontece com a pesca semi-industrial somente um resultado, no caso vertente o resultado “maximizado o aproveitamento da fauna acompanhante” foi realizado a contento com uma tendência de crescimento que chegou a superar 80%.

Ainda que aqui não se pode falar com tanta certeza de se ter ou não atingido qualquer meta pelo facto de o PDP II não estabelecer objectivamente os indicadores para avaliação, os elementos apurados, em média apontam para uma realização pontuável de 2 pontos, i.é, um grau de satisfação de Fraco.

Embora sem elementos objectivos para a sua avaliação, mas analisada de forma global a contribuição da pesca industrial para os objectivos do PDP II, não atingiu os resultados almejados, conforme ilustra a tabela abaixo a seguir:

Tabela 14: Avaliação do grau de realização da componente Pesca Industrial

Resultados	Classificação	
	Quantitativa (pontos)	Qualitativa
R1: Aumentado o valor e a percentagem da renda captada pelo país	1	Muito Fraco
R2: Acrescentado maior valor às capturas provenientes do subsector	3	Aceitável
R3: Maximizado o aproveitamento da fauna acompanhante	4	Bom
R4: Incentivada a pescaria de recursos acessíveis e não exploradas ou sub-exploradas	1	Muito Fraco

3.4.4 Avaliação da Aquacultura

O PDP II aponta para a existência de um potencial global de terras apropriadas para a prática de aquacultura (marinha e de água doce) estimado em mais de 378 mil hectares que proporcionam um potencial de produção considerável. Mais de 120 mil hectares (32%) deste potencial são propícios para a prática de aquacultura marinha (cultivo de camarão, peixe, algas marinhas, bivalves e outras espécies marinhas); 78 mil para cultivo em tanques de terra, 32 para cultivo em gaiolas e 3 mil para cultivo de algas marinhas, proporcionando um potencial de produção de 1.3 milhões de toneladas, mais adequada ao nível industrial de exploração. Os restantes 258 mil hectares (68%) são próprios para a prática de aquacultura em águas interiores.

Os actuais níveis potenciais de exploração de terra apropriada para aquacultura, tanto marinha como de água doce, situam-se abaixo de 1%, tornando-se assim a principal saída, se não mesmo a única, alternativa para o aumento do volume de pescado considerando que os recursos pesqueiros tendem a escassear no meio natural, exigindo contenção de esforços para garantia da sua preservação.

A Estratégia para o Desenvolvimento da Aquacultura em Moçambique a vigorar de 2008-2017 exprime esta pretensão do sector das pescas de “arvorar” esta actividade como “bandeira” para um maior apoio no desenvolvimento económico e social do país e para elevar a contribuição do sector na segurança alimentar e na redução dos níveis de pobreza, principalmente nas zonas rurais. Face ao eminente término da vigência da Estratégia de Desenvolvimento da Aquacultura no final do corrente ano (2017), o IDEPA está já trabalhado numa versão nova denominada Plano de Acção para o Desenvolvimento da Aquacultura (PADA).

O PDP II identifica o cultivo de peixe em aquacultura de pequena escala como factor decisivo desta componente na realização dos objectivos 1, 2 e 4 e; o cultivo de algas e o cultivo de camarão em aquacultura industrial decisivos para a concretização dos objectivos 2, 3 e 4.

Assim, os 7 principais resultados esperados para esta componente, 4 dizem respeito a aquacultura de pequena escala e 3 para a aquacultura industrial.

3.4.4.1 Avaliação da Aquacultura de Pequena Escala

Avaliação da Aquacultura de Pequena Escala por Resultado

Os 4 resultados esperados na aquacultura de pequena escala são: (i) aumentado o rendimento dos pequenos aquicultores; (ii) aumentado o volume de produção de aquacultura para o mercado doméstico; (iii) promovido

um maior consumo de produtos de aquacultura nas comunidades e; (iv) promovida a aquacultura através de programas de incentivo.

Avaliação do resultado esperado 1. Aumentado o rendimento dos pequenos aquicultores.

Não foi possível aceder a dados que pudessem ilustrar os níveis de renda dos pequenos aquicultores no período em avaliação. Porém, neste período foram financiadas 49 iniciativas aquícolas no valor total de doze milhões de meticais conforme consta da tabela 10 que se segue, para além de que foram construídos pelo menos 3 aquaparcos. Apesar destes financiamentos, a aquacultura de pequena escala enfrenta ainda problemas básicos que se prendem com a falta de disponibilidade de alevinos e da ração no mercado nacional o que constitui um grande desafio para o sector, presumindo-se assim que de algum modo, com estes projectos, associado ao crescente aumento de volume de produção (conforme ilustra a tabela 11) tenha havido um aumento do rendimento dos pequenos aquicultores, que poderá não ter sido o desejável, estando-se assim, com uma realização fraca deste indicador com uma pontuação de 2.

Tabela 15: Financiamento em Aquacultura Industrial

Descrição	UM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Projectos aquícolas	#		2					24	23	49
	TC	-	-	-	-	-	-	11.00	-0.04	-
Finaciamento	10 ⁶ MT		0.71					6.93	4.47	12
	TC	-	-	-	-	-	-	9.76	0.65	-

Fonte: FF

Legenda: TC = Taxa, UM = Unidade de medida

Avaliação do resultado esperado 2. Aumentado o volume de produção de aquacultura para o mercado doméstico. A tabela 11 a seguir mostra que a quantidade de produção da aquacultura de pequena escala cresceu continuamente tendo alcançado o volume total de 4.137 toneladas colocadas no mercado interno. Este nível de produção e de abastecimento do mercado corresponde a uma média anual de 591 toneladas.

Tabela 16: Evolução da produção de aquacultura de pequena escala

Descrição	UM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
APE	Tons	-	177	284	409	514	792	857	939	4,137
	TC	-	0.07	0.60	0.44	0.26	0.54	0.08	0.10	-
	10 ³ MT	83,000	10,532	16,898	24,336	30,583	48,866	57,175	62,694	251,084
	TC	-	-0.87	0.60	0.44	0.26	0.60	0.17	0.10	-

Fonte: Estatísticas 2005-2015 e Balanço do PES 2016 do MIMAIP

Legenda: TC = Taxa, UM = Unidade de medida e APE = Aquacultura de pequena escala.

Comparativamente aos impactos do PDP II esperado para o ano 2014 (1.300 tons), em termos quantitativos, a produção situou-se em 792 toneladas correspondente a cerca de 61% de realização e 40 % com relação as 2.000 toneladas esperadas para 2019, antevendo-se o não cumprimento da meta final ao longo dos últimos 2 anos que restam para o fim da vigência do plano. Ao situar-se neste nível a realização deste resultado pode-se considerar aceitável, com 3 pontos.

Avaliação do resultado esperado 3. Promovido um maior consumo de produtos de aquacultura nas comunidades.

Embora não dispondo de dados, para mensurar a realização deste resultado, o aumento dos níveis de produção no período em análise e a disponibilidade do produto para o mercado interno, leva a concluir que há

consumo de produtos de aquacultura, pois não se registam casos de produção que tenha sido descartado por falta de absorção no mercado, os níveis estão ainda aquém das necessidades do mercado, outrossim, parece não existir ainda a necessidade de promoção de consumo, mas sim a promoção da produção. Podendo assim concluir que o resultado foi realizado ao nível aceitável, o que equivale a uma pontuação de 3, ou seja, aceitável.

Avaliação do resultado esperado 4. Promovida a aquacultura através de programas de incentivo.

A Assistência técnica na abertura de tanques dada pelas autoridades pesqueiras, a concessão de crédito para aquisição de motobombas, a criação de Centros de Demonstração e a formação de extensionistas via associações para disseminar a aquacultura e capacitação de pequenos aquicultores, são acções que se circunscrevem em programas de incentivo. Apesar de não estarem disponíveis dados quantitativos globais destas acções, a sua realização é um facto real e que está a incentivar mais produtores a entrarem na prática da aquacultura, o que nos leva a concluir que o resultado foi realizado e teve uma prestação aceitável, merecendo uma classificação de 3 pontos.

Em suma o grau de realização da aquacultura de Pequena Escala, é em média aceitável, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 17: Avaliação do grau de realização da Aquacultura de Pequena Escala

Resultados	Classificação	
	Quantitativa (pontos)	Qualitativa
R1: Aumentado o rendimento dos pequenos aquicultores	2	Fraco
R2: Aumentado o volume de produção de aquacultura para o mercado doméstico	3	Aceitável
R3: Promovido um maior consumo de produtos de aquacultura nas comunidades	3	Aceitável
R4: Promovida a aquacultura através de programas de incentivo	3	Aceitável

3.4.4.2 Avaliação da Aquacultura Industrial

Dado o alto valor comercial da produção desta subcomponente (camarão) toda ela foi destinada à exportação, confirmando o papel que se lhe está atribuído pelo PDP II, de decisivo na materialização dos objectivos 3 e 4.

Os 3 resultados esperados na aquacultura industrial são: (i) aumentada a contribuição dos produtos da aquacultura para a economia nacional e para a exportação em relação ao total dos outros produtos pesqueiros; (ii) reforçada a capacidade de produção e de venda dos produtos de aquacultura, com ênfase no camarão e; (iii) melhorada a gestão, administração e exploração sustentável dos recursos de aquacultura.

Dada a natureza dos resultados desta sub-componente, a sua avaliação será feita de forma global e não por resultado.

Tabela 18: Evolução da produção da aquacultura industrial

Descrição	UM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
AI	Tons	-	667	512	194	207	387	276	241	2.484
	TC	-	-	-0.23	-0.62	0.07	0.87	-0.29	-0.13	-
	10 ³ MT	-	95.381,000	72.715,000	14.799,500	13.151,500	22.966,000	18.390,000	16.067,000	253.470,000
	TC	-	-	-0.24	-0.80	-0.11	0.75	-0.20	-0.13	-

Fonte: Estatísticas 2005-2015 e Balanço do PES 2016 do MIMAIP

Legenda: TC = Taxa, UM = Unidade de medida e AI = Aquacultura industrial

A tabela 12 acima mostra que a produção da aquacultura industrial ascendeu a 2.484 toneladas com tendência de crescimento entre 2010 e 2014 e de decréscimo entre 2014 e 2016, perfazendo uma produção média anual de cerca de 355 toneladas.

Não obstante a própria Estratégia para o Desenvolvimento da Aquacultura em Moçambique (2008-2017), preconizar o aumento da área de exploração de camarão de 2.500 hectares em 2006, para 5.000 em 2012, essa pretensão não se concretizou devido aos níveis elevados dos custos de produção comparativamente com os de outros países com os quais compartilhava os mercados. Com os custos elevados e não subsidiados, a aquacultura industrial não conseguiu sobreviver à concorrência nos mercados internacionais onde tinha de ombrear com grandes produtores mundiais de camarão de cultivo, os da América Latina por exemplo, que produzindo grandes quantidades com custos relativamente mais baixos, colocavam os produtos a preços bem competitivos. O surgimento do Síndrome de Mancha Branca ou simplesmente doença de “mancha branca” em Setembro de 2011, vírus extremamente letal para o camarão e que também pode dizimar outras espécies de crustáceos, levou o principal se não mesmo o único aquicultor industrial a reduzir os níveis de produção numa primeira fase e, mais tarde a encerrar as portas, fazendo esta indústria desaparecer do país. Alguns problemas operacionais e de gestão contribuíram igualmente para a paralisação total da prática da aquacultura industrial de camarão.

O nível de produção realizado em 2014 (387 toneladas), quando comparado com o impacto do PDP II esperado para este mesmo ano (11.500 tons), representa 3,4% de realização e 0,5% com relação às 78.000 toneladas esperadas para 2019, o que à partida deixa antever que, por mais esforços que se façam nos poucos mais de 2,5 anos que restam da vigência deste plano estes impactos não serão conseguidos. Ao se situar, abaixo de 25%, torna-se evidente, quanto Muito Fraca a realização desta Subcomponente se registou.

3.4.4.3 Avaliação Global da Componente Aquacultura

A aquacultura, principalmente a de pequena escala cresceu e desenvolveu-se lentamente durante o período em avaliação, no entanto, continuou a apresentar baixos níveis de produção comparativamente aos estimados no PDP II, bem longe das suas potencialidades. Ainda que não se tenha logrado atingir as metas estabelecidas, os resultados esperados para esta componente foram minimamente alcançados ao longo dos 7 anos. Embora a implementação da estratégia da aquacultura se centra em promover as actividades de forma isolada e não se centra em uma abordagem integrada à agro-pecuária, o que seria muito fortuito, e não só, também se devia concentrar em aquacultura comercial, virada numa abordagem de aquaparcos.

Por outro lado, o subsector da aquacultura tem-se beneficiado de importantes investimentos que têm contribuído sobremaneira para a melhoria do desempenho do sector. Por exemplo, só em 2010, foram feitos investimentos para repovoamento de tanques piscícolas e lagoas de Chilembene, Manjacaze e Vilankulos. A

par disso, o período em revisão foi marcado por uma forte campanha de sensibilização das comunidades no que diz respeito às vantagens financeiras e nutricionais sobre a prática da piscicultura. Contudo é importante indicar que o subsector da aquacultura foi afectado durante este período pelas cheias de 2013 que assolaram as províncias da Zambézia e Gaza tendo resultado em perdas de alevinos nos tanques que já se encontravam povoados.

Durante o período em avaliação, houve programas de massificação da aquacultura de pequena escala, e tantas outras iniciativas de assistência técnica, incluindo a abertura de tanques e fornecimento de alevinos, no entanto, apesar de alguns resultados, a maioria dos entrevistados assinalou que estes resultados não foram de qualidades desejadas em termos do peixe produzido, baixa qualidade atribuída à origem dos alevinos colocados e seu manuseamento deficiente. Como exemplo cita-se o facto de não ter havido separação de fêmeas/machos, ou seja, não se ter observado a proporção recomendada entre a quantidade dos machos e das fêmeas colocados nos tanques, erro técnico que levou a uma situação inconveniente de o ciclo reprodutivo acontecer na idade precoce das reprodutoras e em consequência disso a não se conseguir que os peixes atingissem os níveis de crescimento desejáveis.

Um feito importante digno de realce nesta área, é o recém-construído Centro de Pesquisa de Aquacultura (CEPAQ) em Mapapa, Distrito de Chokwé na Província de Gaza e que para além da pesquisa, prevê a produção de 30 milhões de alevinos/ano e esperava-se que em breve se transformasse numa instituição impulsionadora para a implementação de diferentes projectos e de apoio ao desenvolvimento de iniciativas de aquacultura em vários pontos do país no âmbito da massificação da actividade. Até então, esta expectativa não se materializou. Também foi concebido um projecto similar a ser implantado em Montepuez na Província de Cabo Delgado.

Com a recém viragem de abordagem no apoio ao sector de pescas de um dos parceiros chave de cooperação (Noruega), de apenas passar a financiar a componente de aquacultura, poderá impulsionar cada vez mais esta área e se tudo for bem conduzido melhores resultados poderão ser alcançados até 2019. Assim, no global a realização é vista como Fraca.

3.4.5 Avaliação de Processamento de Pescado

O processamento de pescado é a principal via através da qual se pode promover o desenvolvimento do valor acrescentado na indústria pesqueira, encorajando iniciativas de investimento orientados para o apoio aos pescadores artesanais a melhorarem o valor comercial das suas produções. O PDP II referencia 2 tipos de processamento, o artesanal e o industrial, o primeiro com papel decisivo para a materialização dos objectivos 1 e 2 e o segundo mais decisivo para a realização dos objectivos 3 e 4. Para efeitos desta avaliação os 2 tipos de processamento são avaliados conjuntamente pela forma globalizada em que os dados disponíveis se apresentam, isto é, por não facultarem a sua desagregação por forma a distinguir o que corresponde a um e ao outro tipo.

3.4.5.1 Avaliação Global do Processamento do Pescado

Pela forma como os resultados decorrentes das acções desenvolvidas para realização da componente se apresentam, aliado ao facto de não existir ao nível da componente de processamento metas quantificáveis à semelhança das outras componentes revistas anteriormente, a avaliação do processamento aqui apresentada cinge-se na descrição qualitativa das iniciativas de políticas/programas/projectos realizados pelo governo e/ou outros actores com vista a responder os objectivos do processamento conforme descrito no PDP II, deste modo

a sua avaliação é aqui apresentada de forma global, isto é, não resultado a resultado como aconteceu nas outras componentes.

Para o processamento artesanal os resultados esperados são: (i) valorizado o processador informal, através de apoio à criação de unidades de tipo caseiro para o fabrico de produtos de ornamentação nomeadamente conchas e; (ii) encorajadas iniciativas de investimento voltadas ao apoio aos pescadores artesanais na valorização dos produtos pescados.

No processamento industrial os resultados esperados são: (i) expandida e melhorada a actividade de processamento de pescado e; (ii) criados incentivos de modernização ou de construção de estabelecimentos de processamento de pescado.

Para a realização destes resultados, o sector das pescas através do IDPPE na componente material e do FFP na componente financeira, desenvolveram um conjunto de actividades e acções tendentes a melhorar as técnicas tradicionais de manuseamento, processamento e conservação de pescado capturado pela pesca de pequena escala, principalmente da pesca artesanal. Aliás, a valorização do processador informal reflecte-se no nível de investimentos direccionados para o processamento da produção da pesca artesanal. No início da implementação do PDP II, o então Ministério das Pescas com apoio das agências internacionais de desenvolvimento implementaram vários projectos com vista a melhorar a qualidade de conservação e processamento do pescado. Os mais proeminentes incluíam o projecto “Pesca Artesanal do Banco de Sofala-PPABAS, 2002-2011”; “Desenvolvimento da Pesca Costeira nas Províncias de Inhambane e Gaza-PPAIG, 2008-2010”, apenas para citar alguns.

Ao longo do período em análise foram capacitados nos principais centros de pesca do país mais de 15.000 operadores entre pescadores, processadores, transportadores e comerciantes de pescado em matérias orientadas para a redução das perdas pós capturas, para a melhoria de qualidade e valorização do pescado e, consequentemente para o aumento de rendimento das comunidades. Para o efeito, foram desenvolvidas mais de 400 sessões de capacitação, disponibilizados e construídos mais de 161 dispositivos de demonstração de diversas técnicas de processamento. Em média, por ano, mais de 2.000 operadores foram envolvidos em acções de capacitação, em mais de 54 sessões, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 19: Actividades/acções desenvolvidas no âmbito do processamento do pescado

Actividades	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Capacitação pescadores	3397	2739	3694	3494	3167	2882	0	14903
Em TTPP	1027	1918	1342	s/i	1903	2680	s/i	8870
Em gelo	2370	821	2064	0	1264	202	0	5457
À bordo	670	s/i	800	s/i	s/i	202	s/i	1672
Em terra	1700	821	1264	s/i	s/i	s/i	s/i	3785
Boas práticas	s/i	s/i	288	s/i	288	s/i	s/i	576
Sessões de capacitação	380	0	0	0	0	0	0	380
Em TTPP	151	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	151
Em gelo	146	0	0	0	0	0	0	146
À bordo	53	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	53
Em terra	93	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	93
Boas práticas	83	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	83
Construídos DD	161	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	161

Fonte: Relatórios de balanço do IDPPE 2010-2015

Legenda: TTPP = Técnicas tradicionais de processamento de pescado, s/i = Sem informação,
DD= Dispositivos de demonstração

Na verdade, o desempenho positivo do subsector da pesca artesanal é associado ao melhoramento das condições de processamento e venda do pescado. O balanço do PES 2011 aponta a melhoria do processamento, conservação, e manuseamento de pescado, à implantação de mercados de primeira venda de pescado, ampliação de mercados retalhistas e à melhoria das condições de comercialização no geral, bem como a uma relativa melhoria na recolha e registo de informação da produção. As acções de concessão de crédito formal para a actividade da pesca artesanal também estimularam os pescadores e contribuiu para o aumento da produção de pescado.

Os resultados das entrevistas realizadas com vários intervenientes no sector, apontam que no período em avaliação foram criadas capacidades em matéria de processamento de pescado, e, como a confirmar, uma amostra das realizações em matéria de processamento inscritas nos relatórios balanços dos PES, suportam a tese de cada vez maior capacidade criada ao nível do processamento informal. Apenas para efeitos de ilustração e segundo o Balanço do PES 2013, foram formados em técnicas de processamento e matérias higiene-sanitárias 2.833 processadores informais dos quais 729 eram mulheres. A prática do processamento do pescado foi igualmente confirmada durante as entrevistas com os membros dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCP's). Cerca de 28,6% dos entrevistados declararam praticar entre outras actividades o processamento de pescado.

Para o Processamento industrial, foram construídos no Porto da Beira uma Unidade moderna de Processamento e Conservação do pescado, na Beira e Maputo foram edificadas Unidades de Processamento da amêijoia. Apesar deste esforço empreendido pelo sector, ao longo dos 7 anos a produção industrial continuou a ser essencialmente processada a bordo das embarcações, sendo quase nula a pesca industrial que passa por estas unidades.

Deste modo, pode-se afirmar que o grau de realização desta componente se situa no intervalo $51\% \leq 75\%$, o que corresponde 3 pontos, o equivalente a Aceitável.

3.4.6 Avaliação de Administração Pública das Pescas (APP)

De 2010 a 2014 a administração pública das pescas foi exercida, ao nível central, pelo Ministério das Pescas e respectivas instituições tuteladas e subordinadas (a ADNAP, o IDPPE, o IIP, o INIP, o FFP, o INAQUA e a EP) pelas respectivas direcções provinciais ao nível local e; de 2015 para cá, está sendo exercida pelo MIMAIP e pelas instituições reorganizadas de conformidade com a nova estrutura orgânica, desenhada no âmbito da organização governativa da nova legislatura.

O PDP II contempla um total de 56 resultados para esta componente, a mais complexa do universo das 6 que o corporizam e, pela diversificação dos intervenientes para a concretização das múltiplas acções para sua implementação, a sua avaliação, apresenta-se desdobrada em 8 subcomponentes tal como consta da tabela que se segue:

Tabela 20: Actividades/acções desenvolvidas no âmbito do processamento de pescado

Desdobramento da componente APP do PDP II			
Nº	Designação	Resultados esperados	
		Parciais	Totais
01	Participação do Estado em actividades empresariais		01
02	Gestão das pescarias:		14
	<i>A nível de investigação pesqueira</i>	04	
	<i>A nível da administração das pescarias</i>	08	
	<i>A nível da Fiscalização</i>	02	
03	Extensão pesqueira e aquícola		03
04	Inspeção Pesqueira		02
05	Desenvolvimento de Recursos Humanos		02
06	Organização Institucional e Legislação:		06
	<i>A nível da organização institucional</i>	03	
	<i>A nível da legislação</i>	03	
07	Estudos e planificação		03
	Total		31

Fonte: PDP II

Legenda: APP = Administração Pública das Pescas, PDP II=Plano Director das Pescas 2010-2019

Os 31 resultados esperados desta componente correspondem a acções cuja realização ou execução dizem respeito a instituições públicas do sector das pescas no exercício das suas competências na qualidade de autoridade pesqueira responsável por uma gestão responsável dos recursos pesqueiros, por assegurar a promoção do desenvolvimento sustentável do sector e pela implementação do PDP II.

3.4.6.1 Avaliação da Subcomponente 1- Participação do Estado em Actividades empresariais

Nesta subcomponente estava previsto somente um único resultado que tinha em vista a definição de uma política de intervenção do Estado em actividades empresariais para permitir determinar posições estratégicas produtivas e garantir transparência na gestão das empresas em que tem participações.

A pertinência de desenvolver esta acção só faz sentido no caso em que a participação do Estado confere a este, posição maioritária na estrutura societária para que, por força do capital investido, influencie e determine o rumo que pretende que se dê a empresa. No sector das pescas tempos houve em que esta era a realidade prevalecente, nos princípios da década 80 do século passado, primórdios da criação das empresas mistas, quando era condição obrigatória que o ESTADO se apresentasse sócio maioritário, com 51% no mínimo. Hoje a situação está invertida e não há indícios a sugerirem que ela venha a alterar-se que é o que se podia esperar se esta política tivesse sido definida e se tivesse vincado neste sentido. Só para dar exemplo, o Estado participa na estrutura societária das empresas PESCAMAR, EFRIPEL, KRUSTAMAZ, com 30%, 2% e 1% respectivamente, posições que coloca praticamente o accionista ESTADO fora da órbita para a tomada de decisões relevantes para a vida e futuro destas empresas.

Ao que se sabe, nem se quer foi iniciada qualquer acção para definir esta política, pelo menos ao nível do sector. Entretanto, o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) em 2015 iniciou e continua a desdobrar-se em esforços buscando mecanismos mais proactivos e efectivos de intervenção. Ao nível do sector, este exercício manifestou-se pela via de reactivação da EMOPESCA, SA que ao que tudo indica, ainda não encontrou as melhores estratégias para potenciar a intervenção do ESTADO nas actividades empresariais

produtivas em que detêm participações bem como para mobilizar parcerias que o levem a participar em novos empreendimentos com rentabilidade.

Antes de insistir na definição desta política, haveria que se avançar numa avaliação e decisão sobre se vale a pena ou não o Estado manter as participações que detém nas condições actuais ou livrar-se delas em condições que tragam e perpetuem vantagens para a economia nacional.

Assim, o nível de realização desta subcomponente, situa-se abaixo de 25% o equivalente a 1 ponto de acordo com os critérios de avaliação fixados.

3.4.6.2 Avaliação da Subcomponente 2 - Gestão das Pescarias

Avaliação da Investigação Pesqueira

No âmbito do PDP II a componente gestão das pescarias compreende 3 actividades diferentes, mas mutuamente complementares. São esperados ao todo 14 resultados; 4 na investigação pesqueira, 8 na administração das pescarias e 2 na fiscalização, correspondendo a responsabilidade de execução a 3 instituições também diferentes, nomeadamente o Instituto de Investigação Pesqueira, a Administração Nacional das Pescas e a então Direcção Nacional da Fiscalização, actualmente Direcção Nacional de Operações.

Os resultados esperados ao nível da investigação pesqueira são: (i) realizadas pesquisas periódicas de recursos pesqueiros e ecossistemas costeiros com navios de investigação em cada 3-4 anos; (ii) criadas áreas de investigação aquícola marinha e de água doce; (iii) instalado e equipado um laboratório de análise de qualidade da água e; (iv) revista e alargada a validade da estratégia de desenvolvimento da investigação pesqueira.

Analisados os 7 relatórios anuais de balanço de actividade do sector constata-se que nenhum deles contempla matérias de investigação pesqueira o que leva a concluir que, ainda que com 4 resultados esperados no âmbito do PDP II, estes não constituem objecto de acompanhamento e de apreciação nos momentos de avaliação das actividades desenvolvidas pelo sector como um todo. Esta realidade sugere que os resultados desta subcomponente não constituem preocupação do sector como um todo e olha-se para eles como algo que diz respeito e de interesse exclusivo do IIP.

Um melhor alinhamento estratégico do sector nesta componente sugere urgente reverter esta situação que tal como se vai ver mais adiante, o envolvimento institucional integrado de todos neste domínio é de extrema importância para conciliar as necessidades económicas do sector produtivo e as de gestão das pescarias para o sector público, principalmente nos actos de licenciamento para a captura dos recursos cujos níveis de exploração já demonstram alguma exaustão. Entretanto, foram desenvolvidas diversas actividades de investigação as quais constam de relatórios técnicos específicos e dos relatórios de balanço anuais produzidos pelo IIP. No essencial, o IIP desenvolveu actividades de avaliação e monitoria dos principais recursos explorados pelas frotas industrial e semi-industrial em águas moçambicanas nomeadamente a avaliação em 2014 e 2015 para o camarão no Banco de Sofala, pesquisa sobre camarão e magumba na baía de Maputo em 2015, em 2014, realizada avaliação de Kapenta na Albufeira de Cabora Bassa, incluindo mapeamento das áreas de pesca e outras espécies que na altura requeriam cuidados redobrados para sua preservação e conservação.

Ao longo do período foi aprovada a Estratégia de Investigação Pesqueira na qual estão acomodados aspectos que de uma ou de outra forma estão contemplados assuntos que directa ou indirectamente responde aos desígnios dos resultados ii (criadas áreas de investigação aquícola marinha e de água doce) e iv (revista e alargada a validade da estratégia de desenvolvimento da investigação pesqueira) desta subcomponente.

No que diz respeito ao resultado iii, a ideia de se instalar e equipar um laboratório de análise de qualidade de água foi ao longo do tempo preterida devido a falta de recursos e no seu lugar, venceu a decisão de se transferir para Maputo o equipamento portátil de análise de qualidade de água (APNA) existente na Delegação do IIP em Tete, capaz de responder a necessidade preconizada no PDP II porque até então estava sendo subutilizado, e, igualmente foi instalado em Maputo no IIP-Sede o Laboratório da Genética e está operacional.

Um dos grandes desafios é a continuidade das acções da pesquisa, tendo em conta a redução do apoio financeiro no sector e tendo em conta os altos custos deste tipo de actividades.

Deste modo pode-se concluir que o nível de realização deste indicador é Bom ao se situar entre $76\% \leq 100\%$, o que corresponde 4 pontos.

Avaliação da Administração das Pescarias

Ao nível da administração das pescarias os resultados esperados são 8 no total, nomeadamente: (i) reforçada a capacidade para assegurar o cumprimento da legislação e de medidas de gestão; (ii) reforçada a capacidade para emitir medidas de gestão e para definir as condições de acesso aos recursos; (iii) elaborado e implementado um plano de desenvolvimento para a administração e fiscalização pesqueira (MCS) para o período 2010-14; (iv) caracterizadas as artes de pesca, limitando o número por distrito ou Centro de Pesca (garantindo o princípio de selectividade de artes nas áreas de conservação) e proceder à sua divulgação; (v) garantida a promoção da tecnologia de pesca e de pescado; (vi) implementados os regulamentos para a pesca recreativa e desportiva; (vii) revistos os critérios utilizados para a criação das áreas de conservação aquáticas e; (viii) fortalecida a articulação com as diferentes entidades (MICOA, MITUR, MINAG, MDN, MOPH, MTC, ME, MINT e INAMAR) ao nível do desenvolvimento e gestão de recursos aquáticos.

O resultado iii (elaborado e implementado um plano de desenvolvimento para a administração e fiscalização pesqueira (MCS) para o período 2010-14) cai nesta esfera no sentido mais amplo, entendida a administração pesqueira da competência do MIMAIP no seu todo, mas na verdade, as acções a serem desenvolvidas para a sua concretização caem, pela sua natureza, na alçada da Fiscalização.

Ao longo do período o sector fez aprovar legislação e regulamentação entre ela a nova lei das pescas (Lei nº 22/2013, de 1 de Novembro). Saiu-se da prática de atribuição de quotas e adoptou-se o de alocação de cabo mestre que se considera mais efectiva no controlo do esforço de pesca, introduziu-se e implementou-se o sistema VMS e criou-se uma Direcção de Fiscalização e foram desenvolvidas muitas iniciativas para melhorar a acção das autoridades pesqueiras para disciplinar a actuação dos operadores na exploração dos recursos pesqueiros e na utilização dos ecossistemas marinhos e costeiros e no combate à pesca ilegal, não reportada e não regulamentada.

Relativamente ao fortalecimento e articulação com as diferentes entidades, durante as entrevistas, alguns entrevistados, revelaram haver por vezes fraca articulação e coordenação institucional, por exemplo sobre a abertura de tanques de aquacultura, foi referenciado que na maioria dos casos é feita sem consulta com o sector de gestão de recursos hídricos, bem como o sector que superentende a área do ambiente, pois a abertura de tanques em alguns casos leva ao desvio de cursos de água e conseqüentemente afecta o meio ambiente. Porém, foi referenciado com destaque que o subsector de pesca de pequena escala, no âmbito de implementação do Projecto ProPESCA, esta coordenação foi mais efectiva, sobretudo com os sectores ligados à promoção de desenvolvimento rural. A título de exemplo, pode-se citar a coordenação do sector com as autoridades municipais e governos locais na construção de mercados de primeira venda, estradas, pequenos sistemas de abastecimento de água, Centros de Saúde e outros.

Por outro lado, no período de 2010 para cá foram elaborados Planos estratégicos e Planos de Gestão para diversas áreas do sector, como: Plano de Desenvolvimento da Pescaria do ATUM; Plano de Gestão das Pescarias de camarão no Banco de Sofala; Plano de Gestão da Pesca à Linha; Plano de Gestão das Pescarias na Albufeira de Cabora Bassa.

Deste modo, pode-se afirmar que o grau de realização do resultado desta sub-componente é Bom e se situa no intervalo $76\% \leq 100\%$, o que corresponde 4 pontos.

Avaliação da Fiscalização

No que corresponde à área de fiscalização a componente gestão das pescarias contempla 2 resultados: (i) reforçada a capacidade de fiscalização e (ii) operacionalizado o VMS.

Todas as acções visando a concretização destes resultados foram, ao longo dos 7 anos, sendo desenvolvidas gradualmente ao abrigo de um quadro jurídico-político fundamentalmente corporizado por: (i) Política Pesqueira e Estratégia de sua implementação aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 11/96 de 28 de Maio, (ii) Política de Monitorização, Controlo e Fiscalização da Pesca (MCS) e a Estratégia para a sua implementação, aprovada pela Resolução nº 26/2008 de 17 de Setembro, (iii) Lei das Pescas (Lei nº 22/2013, de 1 de Novembro), (iv) PDP II e o Plano Nacional de acção para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não reportada e Não Regulamentada (IUU), aprovado pelo Diploma Ministerial nº58/2009 de 15 de Abril.

A criação da Direcção Nacional de Fiscalização constituiu um marco importante no desenvolvimento institucional da Administração Pública das Pescas, sendo útil não somente pela retirada desta actividade da Administração Pesqueira mas principalmente pelo facto de ela ter trazido consigo uma nova dinâmica que acelerou os processos de intervenção e permitiu o melhoramento das acções de fiscalização tanto pela via de formação de fiscais e de angariação de mais meios de fiscalização e de Inspecção das actividades de pesca em porto e no mar.

A conversão do barco “Antilas Reefer” (apreendido por pesca ilegal nas águas nacionais) em barco de Fiscalização da Pesca, a participação em patrulhas marítimas conjuntas no âmbito da cooperação com organismos regionais e internacionais como a Comissão do Oceano Indico e Greenpeace respectivamente e a instalação e funcionamento do VMS no ministério, concorreram na realização destes resultados.

Embora o desempenho tenha sofrido oscilações decorrentes de várias razões, a acção fiscalizadora e inspectiva fez-se sentir um pouco mais ao longo do período. Dados deste domínio entre 2012 e 2013, dois

anos em que a informação foi disponibilizada, mostram que, no primeiro ano, de um total de 181 barcos visualizados foram inspeccionados no mar 82% (todos eles achados a operar de conformidade com a lei) e, no segundo ano, de 878 visualizados cerca de 65% foram inspeccionados no mar.

No período em análise, foram treinados cerca de 12 técnicos em missões de patrulha, na elaboração de relatórios de “conformidade” e no planeamento de acções do MCS. Foram fiscalizados mais de 700 centros de pesca artesanal e inspeccionados cerca de 4.000 artes de pesca, particularmente a malhagem das redes e emitidas cerca de 200 multas pelas transgressões constatadas. Cerca de metade das artes inspeccionadas foi destruída por se ter constatado serem nocivas. Ao longo deste período foram assumidos compromissos internacionais no âmbito do combate ao IUU, consolidação do MCS, e do “controlo do estado do porto”. O estreitamento e reforço do relacionamento com organizações e fóruns internacionais e regionais, tais como COFI, SADC-MCS, IOTC-MCS e Interpol fortaleceram a capacidade fiscalizadora do sector.

Entretanto, nos últimos anos, com o fim de financiamento das actividades de fiscalização, pelos parceiros de cooperação e dadas as dificuldades em financiar a operação com fundos do Orçamento do Estado, a operacionalização do barco patrulha “Antilas Reefer” ficou inactiva e consta que a outra embarcação o “Golfinho” não está operacional. Assim, pode-se concluir que reduziu a capacidade de intervenção do sector público na fiscalização e, com a passagem desta embarcação para o MDN, a não haver uma planificação mais cuidada na sua utilização conjunta, a redução do nível do desempenho poderá agravar-se cada vez mais, pois nos documentos de passagem desta embarcação para o MDN, nada consta sobre como a fiscalização integrada será efectuada. No entanto, desenvolvimentos recentes apontam para a consagração da Estratégia de Fiscalização Integrada para a materialização do mandato do MIMAIP na área de fiscalização de actividades no mar e nas águas interiores. Continua a ser uma incógnita sobre como em termos práticos a fiscalização integrada será executada dado que a separação das responsabilidades e atribuições do MIMAIP das do MDN é bastante ténue. Aliás, para os dois casos, é aplicável a atribuição do exercício da autoridade em espaços onde eles coexistem (Mar e Águas Interiores).

Outro desafio prende-se com a fiscalização da pesca de pequena escala. Embora tenha havido formação de fiscais, participação dos CCP's nas acções inspectivas, a fiscalização ainda não cobre a totalidade da costa e das águas interiores e, por este motivo, associado ao facto de não dispor de equipamento e pessoal suficiente, está condenada a não alcançar o desempenho desejado, sabido que neste subsector ocorrem muitas e graves infracções, principalmente a proliferação da utilização de artes nocivas, bem como a realização da actividade no período de veda.

Com tudo o que foi dito, conclui-se que o grau de realização desta subcomponente pode-se considerar Aceitável situando-se no intervalo $51\% \leq 75\%$, correspondendo assim a 3 pontos.

Avaliação Global da Subcomponente Gestão das Pescarias

As 2 áreas desta subcomponente, designadamente a de Investigação Pesqueira, Administração das Pescarias, são considerados com boa realização, enquanto a Fiscalização tem uma realização aceitável. Porém, pelo menos no que diz respeito ao patrulhamento no alto mar, com a retirada da única embarcação-patrulha não se vislumbra melhores resultados que aqueles que se conseguiram até então.

Tabela 21: Avaliação do grau de Realização da Subcomponente Gestão das Pescarias

Resultados	Classificação	
	Quantitativa (pontos)	Qualitativa
Investigação Pesqueira	4	Bom
Administração das Pescarias	4	Bom
Fiscalização	3	Aceitável

3.4.6.3 Avaliação da Subcomponente 3 - Extensão Pesqueira e Aquícola

O PDP II aponta para esta subcomponente 3 resultados esperados, nomeadamente (i) elaborada e implementada a estratégia da extensão pesqueira e aquícola, (ii) elaborado o plano de formação de extensionistas e (iii) definidos e sistematizados indicadores para a monitoria e avaliação da extensão pesqueira e aquícola.

Subentende-se que os resultados aqui esperados visavam melhorar as capacidades produtivas e de produtividade dos pescadores e processadores artesanais, dos aquicultores de pequena escala e ainda todos quantos intervêm em todas as cadeias de valor correspondentes tais como colectores, comerciantes de produtos da pesca e de aprestos de pesca.

Pela informação disponível tudo leva a crer que não foi elaborada nenhuma estratégia de extensão pesqueira e aquícola, nenhum plano consistente com programas e conteúdos para a formação dos extensionistas nem indicadores para a monitoria e avaliação da extensão pesqueira e aquícola.

Contudo, relatórios dos então IDPPE e INAQUA deixam perceber que muitas acções foram por eles desenvolvidas com vista a colocar extensionistas no terreno, num esforço conjunto com SDAE's dos distritos com actividades de pesca, incluindo a realização de um seminário nacional de extensão, que teve a participação de quase metade de profissionais de extensão onde houve apresentação dos planos de trabalho e sua harmonização. Não foram produzidos os instrumentos que deviam corporizar os resultados esperados, mas pela via indirecta atingiram-se os objectivos que tais instrumentos visavam, podendo-se assim, considerar uma realização muito fraca desta subcomponente.

3.4.6.4 Avaliação da Subcomponente 4 - Inspecção Pesqueira

Para a subcomponente Inspecção pesqueira são esperados 2 resultados, nomeadamente (i) elaborado e implementado o plano de desenvolvimento para a inspecção de pescado e (ii) capacitada a inspecção de pescado nos domínios de (a) produtos acabados e (b) tecnologia de pescado.

Foram criados laboratórios de análise do pescado em Maputo, Quelimane e Beira. Assim, todas as empresas do ramo e embarcações congeladoras devem ter o HCCP (Controle de Qualidade a partir dos Pontos Críticos), para certificação sanitária dos seus produtos. Foi feita a acreditação internacional dos laboratórios de Maputo e Beira para análises químicas de sulfito (2012). Em 2013, foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Plano Estratégico de Inspecção de Pescado vigente para o período 2013-2019 cuja implementação iniciou a meados do primeiro ano.

Um dos constrangimentos que a Inspeção do Pescado enfrenta é a capacidade de aquisição de reagentes para análises laboratoriais, pois as receitas provenientes das taxas pagas pela indústria pesqueira estão abaixo do custo dos reagentes e estas taxas vigoram desde 2004, tendo sido já revistas e submetida à aprovação que se espera venha a acontecer dentro em breve. Deste modo, considera-se de Bom a realização deste resultado, com a pontuação de 4.

3.4.6.5 Avaliação da Subcomponente 5 - Desenvolvimento de Recursos Humanos

Nesta subcomponente são 2 os resultados esperados, designadamente: (i) elaborado e implementado o plano de desenvolvimento dos recursos humanos para o sector, abrangendo a administração pública das pescas e as profissões mais especializadas do sector e; (ii) potenciado o intercâmbio entre o sector público e o privado das pescas ao nível da formação profissional.

Recursos humanos é uma das informações que não aparece em nenhum dos relatórios de balanço anual produzidos pela DEPI, ademais o Departamento de Recursos Humanos do Ministério, que ao que tudo indica devia ser a entidade responsável por promover e assegurar a concretização destes resultados.

Entretanto, quanto ao primeiro resultado definido pelo PDP II para esta Subcomponente, foi aprovado em 2013 o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o sector das Pescas. Cursos de capacitação de curta duração, são organizados por cada subsector e/ou área e o DRH faz o registo da informação. A coordenação e articulação com a Escola de Pescas, está reflectida no Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos quando este orienta para uma revisão curricular profunda e para uma orçamentação de actividades para a reforma e reabilitação da escola.

O Departamento de Recursos Humanos do MIMAIP, praticamente exerce actividades mais orientadas para a gestão de expediente de assuntos correntes de pessoal do Ministério-Sede e, nesta situação não tem ido de encontro com as tarefas que lhe competem no âmbito do PDP II.

No período em avaliação, foram assinados memorandos com algumas instituições de ensino Superior nacionais (UEM e ISPG) e estrangeiras (Universidade da Santa Catarina e Universidade de Amazônia, ambas do Brasil), com relação a UEM, criou-se o Curso de Licenciatura em produção Pesqueira e com o ISPG o entendimento foi de criar o curso de Licenciatura em Engenharia de Aquacultura. Com esses entendimentos foram estabelecidas ligações entre as 2 instituições nacionais e as universidades brasileiras, e como resultado desses memorandos em 2014 foram apurados em concurso 7 funcionários que se beneficiaram de bolsas a partir de 2015 na UEM a frequentarem o curso de Produção Pesqueira.

Em 2016 não houve novos ingressos, apesar de o entendimento com a UEM ser de 7 vagas anuais para o sector. Isto deveu-se a não continuidade de financiamentos de parceiros de cooperação (Noruega e ICEIDA) e que apenas se comprometeram a continuar a financiar os que já haviam começado com os estudos. Com as universidades brasileiras houve somente um bolseiro para mestrado em Tecnologia Pesqueira e terminou em 2016.

Segundo informação colhida no relatório de avaliação do Fundo Comum (FC), durante o período em avaliação, um total de 29 funcionários beneficiou do seu financiamento e destes, 11 estariam a frequentar licenciatura em universidades nacionais, 10 em cursos de mestrado, 4 em doutoramento e 8 em cursos de curta duração. A maior parte destes beneficiários de bolsas é do nível central em detrimento das províncias e das unidades

produtivas e como se não bastasse, quase todos estão a frequentar cursos não específicos e não especializados do sector, mas sim, em áreas comuns como economia, gestão e direito.

Relativamente ao resultado (ii) potenciado o intercâmbio entre o sector público e o privado das pescas ao nível da formação profissional, não há evidências de alguma realização deste resultado.

A realização desta subcomponente se situa no intervalo $25\% \leq 50\%$, considerando-se assim Fraca com 2 pontos na escala de avaliação adoptada.

3.4.6.6 Avaliação da Subcomponente 6 - Organização Institucional e Legislação

Esta subcomponente contempla no total 6 resultados e desdobra-se em dois níveis com 3 resultados esperados em cada um: o nível da organização institucional e o nível da legislação.

Organização Institucional

Ao nível da organização institucional os resultados esperados são: (i) completada a reforma da administração pública das pescas tendo em conta as conclusões e recomendações da análise funcional realizada; (ii) reavaliado e ajustado o papel do FFP e estabelecido e implementado um plano de desenvolvimento das suas actividades para o período 2010-2014 e; (iii) definida e implementada a estratégia de comunicação e imagem do sector.

Os processos de implementação da reforma da administração pública das pescas foram acontecendo de forma esporádica porque não houve um plano de acção concertado e adaptado por todos no sector. Não se quer com isto dizer que foi mal feito, mas que provavelmente, se assim tivesse acontecido, podia ter sido melhor e mais eficaz.

Entretanto, foi durante este período que o sector cresceu no âmbito da fiscalização e da gestão das pescarias com a criação da Direcção Nacional de Fiscalização e da Administração Nacional das Pescas.

Pelo contrário, com relação ao FFP foram feitos exercícios para o reavaliar e reajustar o seu papel junto dos operadores de pequena escala e em termos de carteira de projectos financiados cresceu minimamente pesem as dificuldades encontradas na busca das fontes de financiamento.

Durante o período não foi definida qualquer estratégia de comunicação e imagem do sector, mas o trabalho de divulgação e de documentação dos feitos realizados no sector, ainda que não de forma sintonizada com as realizações relativas aos resultados do PDP II como seria de desejar, foi bem notória.

A integração do sector das pescas no novo Ministério (MIMAIP) não foi acompanhada da revisão do PDP II como forma de incorporar as prioridades específicas dos subsectores do mar e águas interiores; ou seja; no novo contexto institucional o PDP II passou de um instrumento estruturante do Ministério das Pescas para apenas ser um instrumento do subsector das pescas no contexto da entrada em vigor do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas.

As implicações desta mudança no arranjo institucional da implementação do PDP II não podem ser ignoradas, dado que a entrada em vigor do MIMAIP exigia a necessidade de visitar o âmbito e escopo do PDP II. Na realidade, no novo contexto houve alterações no relacionamento institucional, procedimentos, o incentivo que determinava as acções colectivas e individuais e sobretudo os mecanismos de governação e relacionamento interno que em última análise podem ter directa ou indirectamente impactado na implementação do PDP II.

Assim conclui-se que a realização desta subcomponente foi fraca.

Legislação

Na área de legislação, a subcomponente contempla como resultados esperados: (i) revista e implementada a Lei das Pescas; (ii) completada a legislação em falta e; (iii) assegurado a aplicação de sanções aos infractores, de acordo com o previsto.

Até 2014 registou-se um intenso movimento para revisão e formulação de leis e regulamentos para o sector pesqueiro que culminou com a aprovação da actual Lei das pescas, a Lei nº 22/2013, de 1 de Novembro. Decorrente da aprovação desta lei se iniciou e prosseguem processos de revisão de regulamentos a ela atinentes, designadamente: REPMAR, RAQUA, RPRD e RIP, REPAI. Estes processos de revisão já deviam estar concluídos seis meses após a lei ter entrado em vigor em Junho de 2014. A realização desta subcomponente é Aceitável.

Avaliação Global da Organização Institucional e Legislação

Entre 2010 e 2016 registou-se um grande movimento de elaboração de dispositivos de regulamentação das pescas e aquacultura bem como de reorganização institucional à luz da análise funcional feita sobre o sector das pescas e muito recentemente, registou-se uma revisão da organização institucional decorrente da nova estrutura governativa resultante da nova legislatura, pelo que a realização desta subcomponente, pode-se considerar Aceitável, com a pontuação de 3.

3.4.6.7 Avaliação da Subcomponente 7 - Estudos e Planificação

Avaliar Estudos e Planificação é aferir aspectos ligados à planificação, coordenação e monitoria do PDP II. Um dos sistemas fundamentais de gestão estratégica das organizações é o Planeamento, que consiste na escolha dos objectivos a curto, médio e longo prazo e na previsão dos meios e formas para que esses objectivos tenham maiores probabilidades de serem alcançados. Enquanto o Controlo de Gestão ou Monitoria, é o processo de comparação do desempenho actual da organização com os objectivos pré-definidos e a tomada de decisão consequente.

De entre as 8 subcomponentes que corporizam a componente Administração Pública das Pescas esta é aquela que carrega consigo a responsabilidade de desenhar os caminhos pelos quais o sector deve trilhar para se alcançarem todos os resultados esperados no PDP II.

Assim, o PDP II sugere os seus 3 resultados esperados: (i) aumentada a capacidade de realização de estudos sectoriais e de planificação, assegurando a criação de estruturas locais apropriadas; (ii) potenciar a realização de análises macroeconómicas e bio económicas no sector e; (iii) promovido o acompanhamento da execução

dos diferentes programas e projectos de desenvolvimento ao nível do sector e efectuada a sua avaliação periódica.

Os conteúdos dos planos, programas, estratégias e relatórios produzidos mostram que entre 2010-2014 registou-se alguma capacidade crescente de realização de estudos e planificação que, entretanto, parece ter regredido nos últimos 2 anos do período da avaliação. No primeiro intervalo os relatórios se apresentam sistematizados, conteúdos estruturados, análises elaboradas e por vezes com linhas de orientação. No segundo intervalo os poucos planos, programas e estratégias foram produzidos e os relatórios tendem a ser compilação/globalização de dados de diferentes origens sem análise.

A necessidade de potenciar a realização de análises macroeconómicas e bio económicas no sector faz-se sentir há bastante tempo e com particular pertinência nos momentos em que há que harmonizar, que buscar um denominador comum entre: (i) as exigências que se impõem para a preservação e conservação dos recursos, normalmente expressas e defendidas pela investigação com fundamentos biológicos dos recursos e; (ii) pela imperatividade de garantir rentabilidade económica da actividade de exploração dos recursos pesqueiros, via de regra reivindicada pela indústria quando em princípio, devia ser argumentada e fundamentada pela DEPI com base em argumentos económicos e sociais.

Ao nível do sector não ficou evidenciado a existência de um sistema instituído de monitoria e avaliação das acções do PDP II, nem acções especificamente destinadas ao acompanhamento e avaliação sistemática e periódica dos processos implementados no âmbito do PDP II, a monitoria é feita através do sistema tradicional de relatórios de actividades, feitas por cada área. Porém, a não existência de um sistema instituído, que poderia ser regido por um guião de orientação, tem reflexos na consistência da elaboração dos próprios relatórios.

A lacuna principal constatada no PDP II, é a forma como os indicadores foram definidos, que praticamente quase todos não foram fixados metas quantitativas, que permitissem comparar às realizações, com a excepção das metas indicadas para medir o impacto do PDP II (Quadro 15), a partir do ano básico (2009), ano intermédio (2014) e o último ano (2019).

Relativamente ao processo de Planeamento em si, constatou-se que anualmente são elaborados os PES no sector, obedecendo às directrizes emanadas pelo Governo, na sua totalidade os entrevistados afirmaram que os Programas Quinquenais (PQ) na área das pescas são baseados no PDP e os PES são baseados nos PQ, desta forma os Programas se reflectem no PDP II, ou seja, no processo da elaboração do PES no sector usam o PDP II como instrumento orientador.

No que diz respeito à monitoria, não existe acções especificamente destinadas ao acompanhamento e avaliação sistemática e periódica dos processos implementados no âmbito do PDP II.

No entanto, não obstante os entrevistados terem afirmado que o processo de planeamento toma como instrumento orientador o PDP II bem como existirem relatórios, alguns se mostraram preocupados e afirmaram que há uma deficiente capacidade de monitorização da implementação das actividades e o sistema de informação estatística do sector ainda não atingiu o nível de eficiência desejada. A não publicação do Boletim 2006-2013 e 2007-2014 constituem exemplos demonstrativos desta deficiência. Por outro lado, os entrevistados não foram capazes de demonstrar como o PDP II é usado para sistema de Planificação e não mostraram evidências da sua utilização como instrumento de controlo de gestão. Nos vários relatórios e outros

documentos de gestão dos diversos Órgãos e instituições do MIMAIP, nada consta ou em nenhum momento é referenciado o PDP II.

No cômputo geral a realização desta subcomponente é Muito Fraca, com 1 ponto, situando-se abaixo de 25% da tabela de avaliação.

Deste modo a realização global com a Componente Administração Pública das Pescas, se situa em média a um nível Fraco, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 22: Avaliação do global do grau de Realização da Componente APP

Resultados	Classificação	
	Quantitativa (pontos)	Qualitativa
Participação do Estado em actividades empresariais	1	Muito Fraco
Gestão das Pescarias	4	Bom
Extensão Pesqueira e Aquícola	1	Muito Fraco
Inspecção Pesqueira	4	Bom
Desenvolvimento de Recursos Humanos	2	Fraco
Organização Institucional e Legislação	3	Aceitável
Estudos e Planificação	1	Muito Fraco

3.4.7 Avaliação de Questões Transversais

A subcomponente “**aspectos transversais**” é mais uma das que também em nenhum momento é abordada nos balanços anuais produzidos pelo sector no âmbito do controlo do PES. Ela absorve cerca de 32% do total dos resultados esperados apontados pelo PDP II e 45% da componente Administração Pública das Pescas estruturados em 2 níveis, com um total de 25 resultados, nomeadamente: o de aspectos específicos das pescas com 13 e o de aspectos nacionais com 12.

Estes números podem sugerir algum exagero, mas não chegam a sê-lo porque aqui o PDP II não aponta efectivamente resultados se não que aspectos a tomar em conta num e noutro nível que para efeitos desta avaliação foram retrabalhados e formatados em jeito de resultados para garantir uniformidade de critério na sua apreciação relativamente às outras subcomponentes.

Nesta conformidade a sua avaliação vai ser feita de forma mais generalizada possível, sem a transcrição dos 32 resultados esperados para aqui, uma vez que podem ser identificadas na matriz da avaliação dos resultados.

3.4.7.1 Aspectos Específicos do Sector

As questões que corporizam aspectos transversais específicos do sector pesqueiro eleitos pelo PDP II são aqueles que têm muito a ver com o estado dos recursos que constituem objecto da actividade pesqueira, aqueles que se deve ter sempre em conta nos actos de gestão das pescarias para garantir que os esforços das indústrias extractivas e transformadoras sectoriais sejam exercidos de forma responsável, conducente a níveis de exploração sustentáveis.

Enquadram-se aqui todas as questões de ambiente marinho e costeiros, de áreas de conservação marinha e lacustre que, se negligenciadas, podem abrir espaços para a ocorrência de práticas indesejáveis quer da parte das comunidades, dos gestores e de outros agentes intervenientes nos diferentes processos incidentes sobre o meio aquático e seus recursos, podendo influenciar negativamente a produtividade da actividade pesqueira.

No geral as acções para responder a esta pretensão foi principalmente orientada para todos os intervenientes nas cadeias de valor das produções da pescaria artesanal (pescadores, processadores, recolectores, comerciantes de produtos e insumos da pesca) e da aquacultura de pequena escala, 2 subsectores cujos intervenientes são os mais vulneráveis a cometerem e a serem vítimas das influências nefastas dos aspectos transversais sectoriais sobre a pesca e aquacultura.

Em última instância, o objectivo é garantir que os pescadores artesanais, os aquicultores de pequena escala e outros intervenientes nestas 2 cadeias incrementem os seus níveis de rendimento e de consumo sem afectar o estado dos recursos e sem danificar os ambientes sistémicos. Neste contexto coube ao então IDPPE e ao então INAQUA, instituições que na nova estrutura organizacional do sector se fundiram e constituem o IDEPA, cuidar destes aspectos.

Tabela 23: Envolvimento das comunidades de pescadores em Conselhos Comunitários de Pesca

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
# CCP criados	22	15	41	19	41	3	s/i	141
# de sessões de capacitação p/MCCP	1074	1067	1890	901	1890	1356	s/i	8178
# de MCCP capacitados	s/i	128	s/i	402	s/i	s/i	s/i	530

Fonte: Relatórios anuais do IDPPEI

Legenda: CCP = Conselhos comunitários de Pesca, MCCP = Membros dos membros dos conselhos comunitários de pesca

Ao longo do período foram anualmente criados, em média, 24 CCP's com cerca de 1.363 membros cada, dos quais mais de 80 beneficiaram anualmente de capacitações para garantir que a sua participação nas sessões de co-gestão sejam mais-valia efectiva.

3.4.7.2 Aspectos Nacionais

Enquadram-se aqui todos os factores exógenos e que são genéricos no sentido de que não afectam somente o sector pesqueiro se não que podem influenciar negativamente a produtividade de outros sectores e para o PDP II foram eleitos o HIV & SIDA, o género, boa Governação e sustentabilidade ambiental.

Ao nível governamental, as instituições são incentivadas a desenvolver planos sectoriais de combate ao HIV/SIDA voltados para cobrir, primariamente, os seus funcionários e, de forma secundária, familiares e utentes dos serviços prestados por cada instituição. As acções/actividades a serem implementadas ao nível dos sectores está voltada para a prevenção e combate do HIV/SIDA, através de acções de informação, educação e comunicação, incluindo a promoção de uso e disponibilização do preservativo, assim como a implementação de acções de redução de impacto e de não estigmatização da doença no local de trabalho, bem como no seio das comunidades abrangidas pelas intervenções de cada sector.

O PDP II estabelece que o MIMAIP deve integrar na componente de sensibilização, não só as instituições/entidades vocacionadas para o efeito, mas também as comunidades de pescadores, contribuindo assim para uma maior compreensão dos riscos da doença, através da prevenção, advocacia, combate ao

estigma e discriminação, cuidados, tratamento e mitigação dos impactos causados. Especificamente, o PDP II define a necessidade de criar capacidades para lidar com o HIV/SIDA.

Apesar do PDP II definir o HIV/SIDA como prioridade e haver acções concretas em curso ao nível do MIMAIP, não existe informações sistematizadas sobre iniciativas específicas sobre a matéria. Por exemplo os balanços dos PES 2011 e 2014, não contém sequer única menção da palavra “HIV/SIDA”. O de 2013 contém único tipo de actividade “sensibilização sobre HIV/SIDA”. Portanto, nota-se que o compromisso com a agenda do HIV/SIDA poderia ser ainda melhorado. Por exemplo, das 89 sessões de sensibilização sobre o HIV/SIDA planificadas para 2012, apenas 19 foram realizadas, representando em termos relativos 21% de execução.

No entanto, a implementação de actividades com vista a consciencialização sobre HIV/SIDA no sector foi confirmada durante as entrevistas. Vários outros entrevistados confirmaram a ocorrência de formações nas áreas de HIV/SIDA, mas ao mesmo tempo reconheceram grandes dificuldades da realização de actividades desta natureza num contexto de restrições orçamentais, onde o HIV/SIDA é visto como actividade marginal que facilmente pode ser preterida. Um outro elemento levantado relativo à implementação de actividades sobre HIV/SIDA é o facto de esta actividade ser coordenada a partir do nível central (Ministério). Foi vincada a necessidade de maior descentralização não apenas da actividade em si, como também dos recursos para a sua implementação. Não só, parte das actividades sobre sensibilização têm foco nas instituições e pessoal do ministério do que as comunidades pesqueiras que de igual modo foram definidas como grupo-alvo.

Relativamente às actividades sobre género, o PDP II advoga a necessidade de equidade de género no sector. Especificamente, as actividades sobre equidade de género devem incidir sobre a elaboração e implementação de documentos orientadores bem como assegurar a melhoria da distribuição do género aos diferentes níveis profissionais e de direcção na administração pública das pescas; evolução da representação da mulher em órgãos de gestão participativa das pescarias e organizações de base comunitária.

Por conseguinte, a avaliação constatou que o MIMAIP realizou importantes progressos do ponto de vista institucional e de orientação estratégica. Por exemplo, a estratégia de género do subsector da pesca artesanal (2009-2013) materializa os objectivos do PDP II mas com enfoque na pesca artesanal. Orienta as acções para o aumento do número de mulheres com qualificações suficientes para tomarem posições de liderança e progredir na carreira; capacitação do IDPPE sobre a integração da perspectiva do género; integração da análise de género, alvos desagregados por sexo e relatórios assim como em todos os projectos e programas e finalmente aumentar a capacidade das mulheres nas comunidades de pesca artesanal para terem acesso e beneficiarem dos recursos e serviços.

Por seu turno, a estratégia de género e plano de acção do sector das pescas (2015 – 2019), incorpora importantes elementos do PDP II e da estratégia de género no subsector da pesca artesanal (2009-2013) ao centrar as suas acções em cinco pilares estruturantes, designadamente: (i) Reforçar a integração da igualdade de género e dos direitos das mulheres nas políticas, sistemas e programas do sector das pescas; (ii) reforçar a capacidade das mulheres na cadeia de valor da pesca e aquacultura; (iii) reforçar o acesso e controlo das mulheres aos serviços financeiros e mercados; (iv) promover acções de sensibilização sobre questões de género nas comunidades pesqueiras e aquícolas e; (v) desenvolver e coordenar acções de parcerias e memorandos e mecanismos de colaboração e de instituições governamentais, não-governamentais, sector privado e parceiros de cooperação.

Além disso, o MIMAIP dispõe de um representante com responsabilidades de coordenar e executar actividades relacionadas com género para cada nível (nacional ou local) nas diferentes instituições adstritas.

Em termos de progresso, embora a estratégia de género e plano para sua implementação (2015-2019) tenha sido aprovada após o término do primeiro termo de implementação do PDP II, o MIMAIP já implementava actividades com enfoque nos objectivos de género. A avaliação identificou duas importantes actividades realizadas e relacionadas com a necessidade de incorporação da dimensão de género nos principais documentos orientadores do ministério e a recolha regular de informação estatística sobre indicadores sensíveis ao género a todos os níveis. Em relação à incorporação do género nos documentos orientadores do ministério, foi possível constatar que no período anterior à elaboração da estratégia de género e plano de acção, a presença do conceito “género” era limitada.

Por exemplo, a estratégia nacional de pescas (2007-2013), o conceito é mencionado apenas única vez sem, contudo, examinar a sua relevância na implementação da estratégia e promoção de género no sector das pescas. A estratégia de aquacultura (2008-2017) não faz sequer menção ao conceito “género”. Alguns instrumentos de acção como os balanços dos PES são igualmente omissos nas questões de género com apenas um caso de realce que é relativo ao balanço do PES 2012. Contudo, em alguns relatórios do então INAQUA e IDPPE constam dados demonstrando preocupação e esforços em busca do equilíbrio do género em todas as suas actividades, particularmente os de apoios e capacitações dos operadores no sector das pescas. No que se refere a inclusão de mulheres em cargos de tomada de decisão nota-se igualmente um esforço neste sentido por parte do MIMAIP, contando no seu elenco Directivo com 17 dirigentes do sexo feminino nos principais centros de decisão do sector pesqueiro, dos quais 9 no Ministério Sede (2 Assessoras do Ministro, 1 Inspectora Geral Adjunta, 1 Directora Nacional, 1 Directora Nacional Adjunta, 3 Chefes de Departamentos Centrais, 1 Chefe do Gabinete do Ministro); 5 nas instituições tuteladas e subordinadas (Directora Geral da ANAP, Directora Nacional do INIP, Directora Geral-Adjunta da ADNAP, Directora Nacional Adjunta do IIP e Directora Nacional Adjunta do IDEPA); 3 nas Direcções Provinciais (Directoras Provinciais de Inhambane, Manica e Tete). Existem muitas mais mulheres em cargos de chefia e ocupações técnicas de destaque em diferentes níveis.

Em suma, questão de género, embora pouco veiculada, mereceu a devida atenção, constituiu e deve continuar a fazer parte da agenda do MIMAIP tal como o HIV/SIDA.

A questão ambiental, também se afigura um desafio, sobretudo na área de aquacultura, onde a sua prática por vezes entra em conflito com a preservação do meio ambiente. Apesar dos órgãos centrais e provinciais do MIMAIP terem referido ao longo das entrevistas que os desenvolvimentos dos projectos de aquacultura têm observado questões ambientais e para cada projecto têm sido feitos os estudos de impacto ambiental (EIA's), foi perceptível durante as entrevistas com outras instituições governamentais, que não tem havido uma coordenação institucional eficaz com os sectores de gestão de recursos hídricos, bem como o sector do ambiente.

Assim, conclui-se que a subcomponente das questões transversais, teve uma realização Aceitável, com 3 pontos.

3.5 O Papel da Escola de Pescas

O PDP II estabelece que ao longo da sua implementação a escola de pescas deve desempenhar um papel central na formação da comunidade de pescadores, sobretudo admitindo filhos de pescadores em cursos destinados à pesca artesanal e administração das pescas. Ao longo de entrevistas tidas com membros dos CCP's e representantes de alguns armadores industriais e semi-industriais, a maioria (cerca de 71,4%) afirmou que tinha ouvido falar da Escola de Pescas e sabia da sua existência e seus propósitos e, cerca de 28.6% destes entrevistados indicaram ter frequentado a Escola de Pescas. A maioria dos membros dos CCP's lamentou o facto de a Escola de Pescas não fazer divulgação dos seus cursos e facilidades que pode conceder à comunidade de pescadores para que seus filhos possam frequentar aquele estabelecimento de ensino para dar continuidade e melhorar a pesca artesanal. “Ao que tudo indica a escola só forma maioritariamente pessoal da capital do país e não vai ao encontro do pescador que se encontra espalhado por toda costa e pelo interior do País”.

Com as reformas introduzidas na área do ensino técnico no país, em 2014 a Escola de Pescas iniciou o processo da extinção do nível básico (concluído em 2016), passando para o médio, obedecendo à Lei 23/2014, que determina que todas as instituições do ensino técnico devem ministrar cursos em regime de competência profissional. Actualmente a escola lecciona 4 cursos, nomeadamente: Aquacultura, Biologia e Extensão Pesqueira, Máquinas Marítimas, Navegação e Pesca. Além da parte curricular, a escola também tem ministrado cursos de curta duração para técnicos do sector, mas não na base de algum plano estabelecido. Estas acções acontecem quando uma área do sector consegue algum financiamento. Com efeito, no momento em que decorriam entrevistas desta avaliação, na Escola de Pescas estavam 30 técnicos provenientes de todas as províncias a participarem num curso de capacitação em carpintaria naval e tecnologia da pesca com 15 dias de duração.

Um dos grandes desafios que a escola enfrenta é o seu ajustamento tecnológico, pois ainda continua a funcionar com a tecnologia dos anos 70/80 e obsoleta. Entretanto hoje em dia as embarcações, estão minimamente equipados com tecnologia de ponta, incluindo instrumentos de navegação e de comunicação. Por outro lado, o cais de acostagem da escola encontra-se num estado avançado de degradação, de tal sorte que não está sendo utilizado para qualquer actividade.

A escola devia ter uma ligação profícua com o sector produtivo, o que permitiria que os seus programas estivessem orientados para dar resposta à demanda de profissionais de pesca pela indústria e não só. Isto permitiria ainda uma interacção no decurso da formação, dando acesso a estágios pré-profissionais para que os formandos tivessem oportunidade de, antes de se fazerem ao mercado, se familiarizarem com as tecnologias modernas em uso nas empresas de pesca. Hoje, dada esta lacuna, só se deparam com estas tecnologias pela primeira vez quando entram para o mundo laboral o que faz com que estes não gozem de preferência da indústria, no recrutamento e contratação do pessoal.

Por outro lado, ficou patente que a escola se desliga dos seus ex-formandos logo que estes terminam os cursos e não está estabelecida uma estratégia de acompanhamento pós formação. É desejável e importante que a escola não se desligue dos ex-alunos, de modo a lhes oferecer cursos de reciclagem em novas tecnologias da área e quiçá, oferecer-lhes oportunidades de pós-graduação. Importa igualmente melhorar e reforçar a ligação MIMAIP-Escola de Pescas.

Em termos de classificação, assume-se que o grau de implementação deste resultado está acima de 26% e abaixo de 50%, i.é, é fraco, se situando em 2 pontos de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos.

3.6 Financiamento do PDP II e a Contribuição da Cooperação Internacional para o alcance dos Objectivos do PDP II

O PDP II não define a estratégia do seu financiamento, apenas preconiza que o MIMAIP deverá envidar esforços para mobilizar financiamentos para os investimentos requeridos e para financiar os investimentos públicos através de donativos e créditos concessionais. Recomenda ainda que o sector deve assegurar que as receitas provenientes das licenças de pesca e outras receitas de administração atinjam níveis que permitam reduzir gradualmente a dependência de recursos externos para implementação dos PES.

No que tange à Cooperação Internacional, é apontado pelo PDP II, como assumindo um importante papel para a concretização dos seus objectivos, devendo para tal direccionar os seus esforços prioritariamente para disponibilizar recursos humanos, materiais e financeiros em apoio ao desenvolvimento do sector. A expectativa era que o esforço da Cooperação Internacional fosse dirigido prioritariamente para: (i) obtenção de recursos para realização de projectos de desenvolvimento da pesca artesanal nos domínios estratégicos indicados no PESPA; (ii) obtenção de recursos para realização de projectos de desenvolvimento da aquacultura de acordo com a estratégia de Desenvolvimento de Aquacultura de Pequena Escala; (iii) reabilitação e expansão da frota semi-industrial; (iv) consolidação de infra-estruturas de desembarque em geral e das instalações de apoio, com prioridade para a produção e distribuição de gelo; (v) a formação de quadros aos níveis médios e superiores especializados em actividades pesqueiras e de aquacultura, com atenção especial para as acções que permitam a substituição gradual de assistência técnica e estrangeira; (vii) e a cooperação pesqueira ao nível dos países da SADC e do Oceano Índico.

O financiamento do sector de pescas no geral como qualquer outro sector público do país, foi assegurado em parte pelo OE e outra parte pela ajuda externa. Esta última suporta maior parte do financiamento particularmente na materialização do PDP II, via projectos específicos.

A tabela abaixo apresenta os recursos disponíveis para o sector de pescas entre 2010-2016 para financiar tanto o funcionamento (OF) assim como o investimento (OI). Enquanto o OE é subdividido entre OE-Central e OE-Provincial, os recursos externos foram alocados a diferentes projectos e iniciativas desenvolvidas pelo sector.

Tabela 24: Recursos Alocados ao Sector de Pescas 2010-2016 (MZN 10³)

	OF	OI	TOTAL	%
OE-Central	2 001 226	800 869	2 802 095	64%
OE-Provincial	983 609	31 122	1 014 731	23%
Fundos de Externos	-	537 635	537 635	12%
Total	2 984 835	1 369 626	4 354 461	100%
%	69%	31%		100%

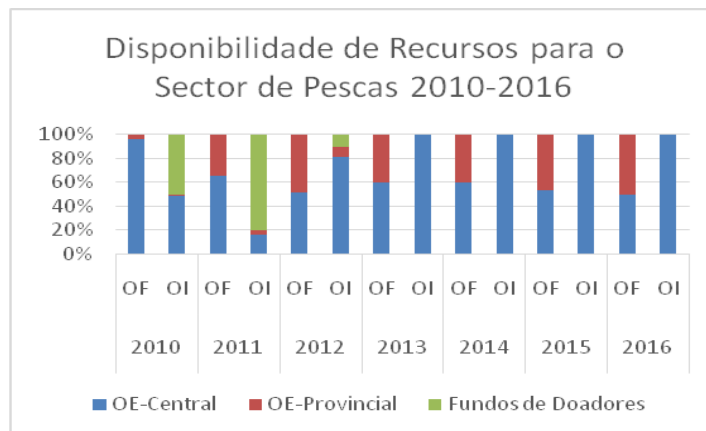
Da análise de dados disponibilizados pelo sector das pescas sobre os fundos usados ao longo dos 7 anos (2010-2016), um total de 4.4 mil milhões de meticais foram gastos no financiamento das actividades do sector das pescas em Moçambique. Em termos de dólar ao câmbio de 60 MT/USD, este valor corresponde a cerca de USD 72.6 milhões. O grosso dos recursos (88%) são fundos públicos do OE enquanto 12% corresponde a

fundos externos alocados directamente a projetos. Importa, porém, referir que os dados de fundos externos foram disponibilizados apenas para os primeiros três anos (2010, 2011 e 2012), não se sabendo se houve ou não gastos nos anos subsequentes (2013-2016).

Em relação aos fundos de tesouro (OE), parte significativa (64%) foi gasto no financiamento de despesas do nível central e 23% foi despendido directamente ao nível provincial. Um outro aspecto digno de menção é que dos fundos alocados ao sector de pescas, uma grande parte (69%) foi gasto em despesas correntes ou de funcionamento, enquanto 31% foi para o investimento. Importa referir que os fundos externos equivalentes a 12% do total de recursos foram para o investimento.

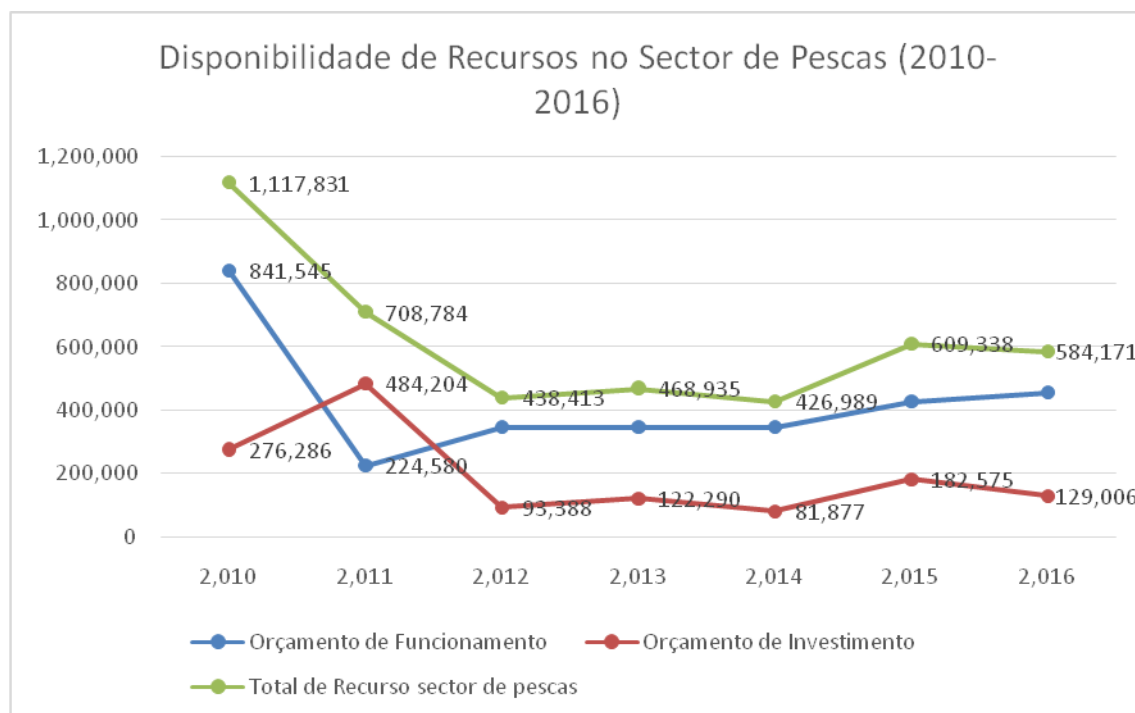
Como se pode verificar, existe uma contradição nos números relativos ao volume de financiamento proveniente de fundos externos. Em algum momento o relatório faz menção de cerca de 132 milhões de dólares como sendo o total disponibilizado para implementação de diversos projectos, mas a análise acima (vide tabela 24), a partir da informação de execução orçamental fornecida pela DEPI aponta apenas para 8.9 milhões de dólares. As possíveis razões para esta contradição resultam do facto de no primeiro caso, a informação financeira dos projectos incluir também projectos cuja execução iniciou antes da implementação do PDP II enquanto no segundo caso, a informação financeira dos projectos é relativa ao período 2010-2012. Portanto, não foi disponibilizada pelo MIMAIP a informação relativa ao financiamento externo para os anos 2013-2016. Mais ainda, esta contradição pode resultar do problema estrutural vigente no MIMAIP e largamente referido no relatório que é a ausência de rigor na documentação e reporte.

Gráfico 8: Disponibilidade recursos financeiros, 2010-2016



O gráfico acima ilustra a distribuição dos fundos alocados para o sector de pescas tanto pela origem (OE, subdividido em central e provincial, assim como para fundos externos) bem como a utilização (funcionamento e investimento), numa escala de zero a cem por cento. O gráfico mostra que nos últimos quatro anos (2013-2016), não houve alocação de fundos de investimento nem de fundos externos nem para OE-provincial. Daqui pode-se concluir que as actividades do PDP II que impliquem investimento conheceram algum revés neste período, sobretudo ao nível provincial e de projectos financiados com fundos externos. O gráfico mostra também que os fundos externos dominam o grosso de recursos de investimentos em dois anos (2010-2011). Em contrapartida os fundos do OE-Central dominaram os fundos de investimentos nos últimos cinco anos.

Gráfico 9: Disponibilidade recursos financeiros, 2010-2016



O Orçamento de Investimento teve uma subida entre 2010-2011, mas logo a seguir sofreu uma queda acentuada em 2012, sendo que nos anos subsequentes manteve-se estável até 2016. Por seu turno, o Orçamento de funcionamento cai drasticamente entre 2010-2011, nos anos subsequentes demonstrou uma tendência crescente até 2016.

Em termos globais nota-se uma tendência de redução acentuada de 2010 a 2012, uma subida ligeira de 2012 a 2013, uma redução ligeira de 2013 a 2014 e uma subida de 2014 a 2015, seguida de uma ligeira redução.

Estes dados revelam três situações que importa mencionar:

- Que para o sector de pescas os recursos financeiros foram sendo escassos ao longo do período que coincide com a implementação do PDP II o que naturalmente afectou a sua implementação.
- Nota-se uma maior concentração dos recursos públicos ao nível central o que pode revelar uma centralização excessiva na gestão de fundos e resultar em dificuldades para a execução de actividades nas províncias;
- Daqui fica claro que a implementação do PDP II tem enfrentado desafios orçamentais ao longo da sua vigência daí a importância de se ter um orçamento e uma clareza para a sua mobilização.

Tabela 25: Contribuição da Cooperação Internacional para o alcance dos Objectivos do PDP II

Designação	Descrição	Período	Financiador	Valor 10 ⁶ USD
Pesca Artesanal do Banco de Sofala (PPABAS)	Desenvolvimento comunitário, desenvolvimento da pesca; desenvolvimento de mercados e vias de acesso; reforço dos serviços financeiros e apoio institucional; formulação de políticas e legislação	2002 - 2011	IFAD, NORAD, BSF e GdM	18.00
Desenvolvimento da pesca costeira nas Províncias de Inhambane e Gaza (PPAIG)	Melhoramento das infraestruturas de acesso aos serviços de apoio; processamento e comercialização; formação e fortalecimento das organizações comunitárias	2008 - 2010	BAD e GdM	4.400
Redução da pobreza através da pescaria em Mocimboa da Praia	Fortalecimento da capacidade local; apoio institucional; introdução de práticas de pesca sustentável; processamento; protecção do ambiente e equidade do género	2005 - 2010	Canadá e GDM	0.600
Desenvolvimento de Recursos Humanos nas áreas de Ciências Marinhas	Formação de quadros do Ministério nos níveis de Mestrado (MsC), capacitação institucional e das comunidades	2007 - 2012		0.114
Apoio ao sistema de Inspeção do Pescado em Moçambique	Melhoria de laboratórios; construção de residências para inspectores nas Províncias e formação	2007 - 2010	Reino Unido (DFID) e GdM	2.00
ProPESCA	Projecto para a promoção da pesca artesanal	2011-2018	IFAD	55.00
Investigação, monitorização e desenvolvimento das pescarias de Cahora Bassa	Investigação, monitorização das pescarias semi-industrial e artesanal e desenvolvimento de estratégias e planos de gestão das pescarias	2007 - 2010	Islândia e GdM	Não definido
Pesca do Sudoeste do Oceano Índico	Levantamento de informação, conservação de dados e tecnologias de informação, avaliação e utilização sustentável dos crustáceos, avaliação e utilização sustentável dos peixes pelágicos, integração da biodiversidade na gestão da pescaria nacional e regional e fortalecimento da gestão pesqueira nacional e regional	2008 - 2012	GEF e GdM	0,826 1
Fundo Comum		2010 - 2016	NORAD, ICEIDA GdM	10.94
SWIOFish		2015 - 2021		37.00
AquaCC	Pilot Outgrower Scheme in aquaculture for adaptation to Climate change		Banco Mundial	1.23
PPACG	Apoio a Co- gestão			1.90
FISHCC	Fortalecimento da capacidade do governo de Moçambique na gestão de recursos e redução da pobreza entre os pescadores artesanais na região costeira	2013-2018	Rare, Banco Mundial, GdM e NFD	6.22 milhões EUROS

É graças a estes financiamentos, que o sector logrou alcançar os resultados acima apresentados em todas as componentes do PDP II, com destaque para a pesca artesanal, como referenciado em outros capítulos, tendo a crise financeira internacional afectado significativamente a capacidade de financiamento do OE em todos sectores da economia do país. É importante destacar que nos últimos anos estes apoios reduziram bastante na sequência do término de vigência de alguns projectos que depois não foram prorrogados, podendo se citar como exemplo o FC, que os principais financiadores terminaram os apoios em 2016, com a Islândia a não apoiar mais o sector e Noruega apenas a financiar a área de aquacultura.

Ao longo das entrevistas e contactos tidos com os parceiros de cooperação, todos eles destacaram haver um bom relacionamento com o MIMAIP no geral, mas, alguns queixaram-se da lentidão que se tem verificado no tratamento, seguimento e implementação dos assuntos, alegadamente porque, segundo eles, muitas das pessoas focais indicadas para o devido acompanhamento não têm poder de decisão e, em tudo recorrem aos superiores, o que muitas vezes emperra o progresso das acções e actividades planificadas. Outros contestatários queixam-se igualmente de haver uma centralização excessiva, o que segundo eles, agrava os atrasos de implementação dos projectos já com financiamento assegurados, o que em alguns casos resulta na perda de parte de fundos que podiam melhorar o desempenho do sector. Parte destes parceiros consideram que os problemas acima apontados se devem à perda de memória institucional que na óptica deles é resultado de mudanças de pessoal sem que se tenha acautelada a passagem de conhecimento institucional à nova geração de dirigentes.

Em termos de classificação, pode se considerar Boa a realização da componente contribuição da Cooperação internacional para o alcance dos objectivos do PDP II.

3.7 Impacto Esperado com a Implementação do PDP II

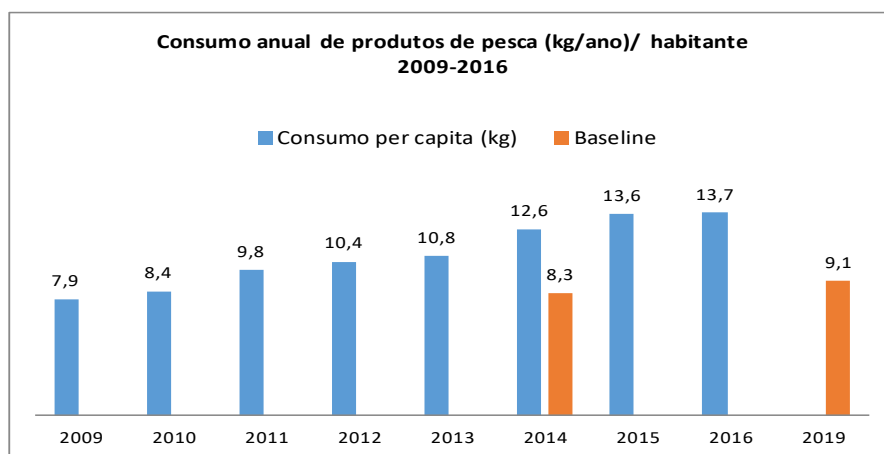
3.7.1 Contribuição para o objectivo geral

O PDP II é um instrumento de orientação que identifica as prioridades, estratégias e acções adoptadas pelo Estado com vista a alcançar os objectivos definidos para o sector das pescas a médio e longo prazo como seu contributo para a realização do objectivo imediato do plano de desenvolvimento outrora designado inicialmente de “Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta” e posteriormente “Plano de Acção para a Redução da Pobreza”.

Nesta conformidade a contribuição do PDP II para o objectivo geral de desenvolvimento da economia nacional passa necessariamente em garantir que o sector das pescas contribua cada vez mais no aumento dos níveis de produção e de produtividade conducentes a: (i) melhoria da segurança alimentar e nutricional em pescado para população; (ii) na melhoria da vida das comunidades de pescadores artesanais e de aquicultores de pequena escala; (iii) no aumento da contribuição das pescarias e da aquicultura (de pequena escala e industrial) e; (iv) no aumento da contribuição líquida do sector para um maior equilíbrio da Balança de Pagamentos. Resumindo, constitui objectivo geral para o qual o PDP II pretende dar o seu contributo na realização dos objectivos nacionais de desenvolvimento económico e social de Moçambique.

Durante os 7 anos em avaliação, a implementação do PDP II contribuiu sim de forma significativa para a realização do objectivo geral ao tornar o sector das pescas, através do abastecimento do mercado interno com produtos aquáticos, numa das principais fontes para a dieta alimentar das populações, contribuindo com cerca de 15 a 20% de toda a proteína animal consumida. 8,4 Kgs foi a meta de consumo per-capita estabelecida para finais da primeira metade da vigência do PDP II (2014), definido com base nos 7,97 Kgs alcançados em 2009 e foi atingida logo no final do primeiro ano (2010). Daí em diante, registaram-se crescimentos progressivos e em 2014 o rendimento per-capita de 12,6 Kgs, com 4,3 Kgs acima da meta.

Gráfico 10: Dados sobre consumo anual de produtos de pesca (kg/ano)/habitante, 2009-2016



Conforme se pode deduzir do gráfico acima, o período 2012-2013 foi aquele em que se registou o crescimento mínimo(0,4kgs) provavelmente pelo facto de 2012 ter sido o pior ano da produção pesqueira de todos os tempos caracterizado por uma crise jamais reportada, RMD mais baixos de que se tem memória, abandono da actividade por parte de alguns operadores assolados pela crise, etc. Para os restantes períodos o crescimento absoluto situou-se sempre acima de 1 Kg, sendo que o maior foi de 1,8 Kgs, reportado no período 2013-2014.

Em suma, a meta fixada para meio-termo de implementação do PDP II no que diz respeito ao consumo anual de produtos de pesca por habitante foi largamente ultrapassada em cerca de 4,3 Kgs, uma vez que tinha sido fixada em cerca de 8,3 Kgs, para 2014. Para a meta fixada em 9,1kg para o término do PDP II em 2019, poderá ser largamente ultrapassada, se esta tendência se mantiver.

No que diz respeito á contribuição do sector das pescas para o produto interno bruto (PIB) ao longo dos 7 anos, ela se situou abaixo de 2%, variando entre 1,6 (nos anos 2010, 2011 e 2014) e 1,7% (nos anos 2012 e 2013) de acordo com os dados constantes da tabela 26 abaixo. Está claro que a contribuição do sector pesqueiro para o PIB manteve-se praticamente constante ao longo da primeira metade do período de avaliação do PDP II, provavelmente porque os outros sectores da economia registaram índices de crescimento iguais e/ou relativamente maiores que os registados no sector das pescas, ofuscando os níveis relativos de participação do sector na sua contribuição relativa na formação do PIB ainda que regista crescimentos absolutos nos volumes de produção e de contribuições pecuniárias alcançados ao longo dos 5 anos.

Tabela 26: Peso do Sector das Pescas no PIB Nominal, 2010-2014

Descrição	Anos				
	2010	2011	2012	2013	2014
PIB nominal (Mil Milhões de US\$)	11243	12732	15258	16111	17081
Peso do sector Pescas no PIB (%)	1,6	1,6	1,7	1,7	1,6
Peso do sector Pescas no PIB (absolutos)	179,888	203,712	259,386	273,887	273,296

Fonte: Ministério de Economia e Finanças

A tabela 26 justifica o argumento da ofuscação nos termos acima referidos ao demonstrar que de 2010 a 2014 a contribuição do sector no PIB conheceu um crescimento sucessivo entre 2010 e 2013 (180, 203, 259 e 274 10⁶USD) e estabilizou entre 2013 e 2014. No global, em termos de contribuição absoluta, durante o período em revisão, o sector das pescas registou crescimento.

3.7.2 Contribuição para o objectivo imediato

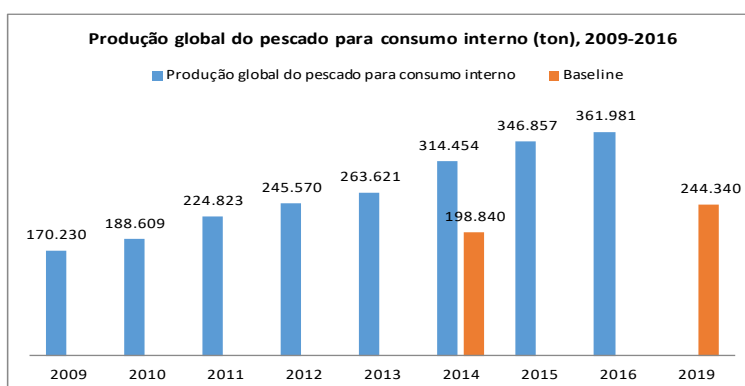
O objectivo imediato de desenvolvimento para o qual o PDP II deve dar o seu contributo é proporcionar cada vez mais benefícios e melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores. Para contribuir na prossecução deste objectivo a implementação do PDP II deve resultar no aumento do volume de produção destinado ao mercado interno; do valor da produção do pescado; do rendimento médio anual dos pescadores, aquicultores e todos os intervenientes na cadeia de valor da produção pesqueira e de aquacultura. O impacto desta contribuição deve-se materializar no melhoramento das condições de vida da comunidade de pescadores artesanais e de aquicultores de pequena escala; no aumento de: (i) nível de emprego no sector; receitas captadas das rendas das principais pescarias; valor das exportações; saldo líquido entre as exportações e importações do sector; contribuição líquida do sector na Balança de Pagamentos.

Sendo assim, a avaliação da contribuição para o objectivo imediato vai ser feita por via do volume global do pescado destinado para o consumo interno e da contribuição global para a Balança de Pagamentos.

3.7.2.1 Volume de produção global do pescado para consumo interno

O PDP II estabeleceu cerca de 198,840 toneladas como meta a alcançar a meio-termo. Como se pode verificar na figura abaixo, a meta fixada para meio-termo foi ultrapassada em mais de 158%. Na verdade, ao longo deste período em revisão, o volume da produção global de pescado destinada para o consumo interno teve sempre uma tendência de crescimento. Em termos de crescimento anual, o maior crescimento se verificou entre 2013 a 2014 com cerca de 50,833 toneladas de incremento contra um menor crescimento verificado entre 2012 a 2013 com um incremento de 18,054 toneladas.

Gráfico 11: Produção global do pescado para o consumo interno, 2009-2016

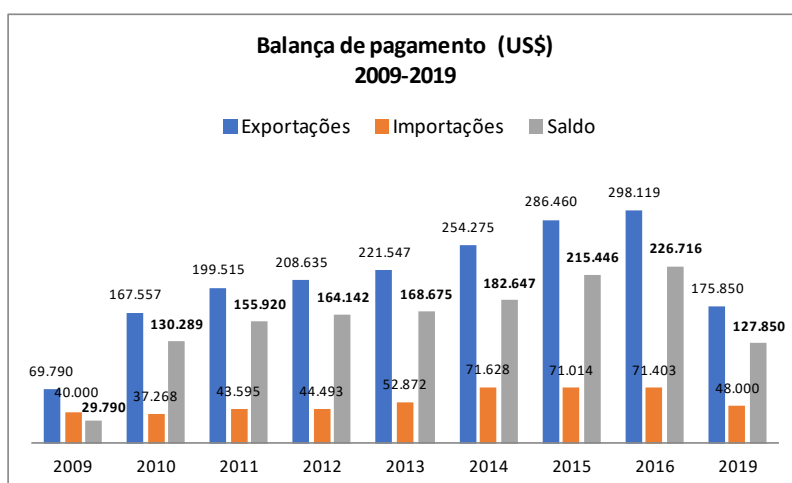


Partindo da base do início da implementação do PDP em 2009, até ao fim do primeiro termo em 2014, o volume de produção do pescado destinado para o consumo interno aumentou em termos absolutos 144,224 toneladas, o que em termos relativos representa 184,7%. Assumindo que o crescimento irá se manter ou o nível de produção de 2016 se mantiver, então, a meta prevista para o final do PDP II em 2019 fixada em 244,340 toneladas já estará largamente ultrapassada. Portanto, do ponto de vista de volume global de produção as metas estabelecidas foram atingidas.

3.7.2.2 Contribuição global para a Balança de Pagamentos

No ponto 3.7.1 referiu-se que a contribuição do sector pesqueiro para o PIB manteve-se praticamente constante ao longo da primeira metade do período de avaliação do PDP II, tendo variado entre 1,6 (nos anos 2010, 2011 e 2014) e 1,7% (nos anos 2012 e 2013).

Gráfico 12: Balança de Pagamentos do sector das pescas, 2009-2019



O Gráfico acima confirma esta constatação mostrando em termos absolutos que a contribuição do sector pesqueiro para a Balança de Pagamentos foi sempre positiva e crescente ao longo dos primeiros 5 anos do PDP II em que para o ano base (2009) são reportados 29.7 milhões de USD. Logo no final do primeiro ano registou-se 130 milhões e nos anos subsequentes foi registado 156, 164,169 e 183 milhões de USD respectivamente. As metas estabelecidas para o meio-termo (86 milhões) e para o final do PDP II (127.9 milhões) foram superadas no primeiro ano.

3.7.3 Contribuição da pesca artesanal para as exportações

A tabela abaixo mostra os valores históricos (milhões de US\$) das exportações de produção do pescado produzido pela pesca artesanal e contribuição deste subsector na formação do volume total das exportações do sector. O grau de comparticipação da pesca artesanal no volume total das exportações do sector é de cerca de 88%.

Tabela 27: Contribuição da Pesca Artesanal no volume total das exportações do o Sector das Pescas (106 US\$), 2009-2014

Descrição	Anos								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2019
Exportações do sector (10 ⁶ US\$)	70	168	200	209	222	254	286	298	176
Exportações da PA (10 ⁶ US\$)	5	141	166	186	196	229	259	276	24
Peso do Subsector da PA (%)	7	84	83	89	88	90	91	93	14

Legenda: PA = Pesca artesanal

A pesca artesanal liderou ao nível do sector os níveis de exportação de produtos pesqueiros alcançados ao longo dos 7 anos. Depois de uma ténue contribuição de cerca de 7% em 2009, as exportações do subsector da pesca artesanal cresceram ao ponto de contribuir anualmente com uma média anual de 88% na formação do valor total das exportações do sector.

A massificação e a implementação dos vários programas de apoios à pesca artesanal e à aquacultura de pequena escala, bem como a melhoria na recolha de dados estatísticos da produção e comercialização dos produtos da pesca são apontados como tendo sido os principais factores que influenciaram para este crescimento dos volumes de produtos pesqueiros.

3.7.4 Contribuição da pesca semi-industrial para as exportações

O PDP II estabeleceu uma meta de 30,6 milhões de US\$ como valor global das exportações resultantes da pesca semi-industrial para o ano de 2014. Tal como no caso do volume de produção para o consumo, o valor das exportações provenientes da pesca semi-industrial situou-se muito abaixo das expectativas. Da meta de 250 milhões de USD estimada para 2014 o nível de implementação situou-se em apenas 6%, correspondente a aproximadamente 15 milhões.

Tabela 28: Contribuição da Pesca Semi-Industrial na Balança de Pagamento do Sector de Pescas (US\$), 2009-2014

Descrição	Anos								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2019
Exportações do sector (10 ⁶ US\$)	70	168	200	209	222	254	286	298	176
Exportações da PSI (10 ⁶ US\$)	12	13	20	15	18	15	18	13	45
Peso do Subsector da PSI (%)	17	8	10	7	8	6	6	4	25

Legenda: PSI = Pesca Semi-industria

Há, no entanto, um dado que é extremamente positivo dos dados apresentados na tabela acima. É que o volume de exportações em divisas tem tendência crescente (pelo menos entre o início da implementação do PDP II e o final do primeiro termo) mas, a participação deste volume de exportações no quadro das exportações globais do sector é bastante baixa. Poderá estar por detrás deste incumprimento a saída de um considerável número de operadores deste subsector, acossados pela crise económica e financeira.

3.7.5 Contribuição da pesca industrial para as exportações

O PDP II estabelece como metas de médio prazo e final para o subsector da pesca industrial 75,9 e 89 milhões de US\$ respectivamente. Os dados existentes mostram que o volume de exportações neste subsector tende a decrescer e as metas estabelecidas estão comprometidas, isto para não dizer categoricamente que não serão realizadas. Para a meta de médio prazo, o país apenas exportou neste subsector 9,1 milhões de US\$ contra os 75,9 milhões, ou seja, (-66 milhões de US\$) da meta fixada.

Tabela 29: Volume de Exportações da Pesca Industrial (Milhões US\$), 2009-2014

Descrição	Anos								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2019
Exportações do sector (10 ⁶ US\$)	70	168	200	209	222	254	286	298	176
Exportações da PI (10 ⁶ US\$)	51	12	12	7	7	9	8	8	45
Peso do Subsector da PI (%)	73	7	6	3	3	4	3	3	25

Legenda: PI = Pesca Industrial

Se o valor das exportações reduziu consecutivamente nos anos 2010,2011,2012 e 2013, no último ano deste período em revisão registou um ligeiro crescimento de cerca de 7 milhões de dólares em 2013 para 9 milhões de dólares em 2014. No entanto, este dado não desqualifica a avaliação global de que o subsector da pesca industrial em termos de exportações baixou consideravelmente tanto em termos absolutos como relativos ao longo do período em análise. De 2009 a 2014, o volume de exportações reduziu em cerca de 41,5 milhões de dólares, correspondente a 82% em termos relativos.

As razões para este abrandamento das exportações do subsector da pesca industrial derivam dos factores estruturais de conjuntura que marcam o subsector, desde que deflagrou a crise económica ao nível mundial e agravou a precariedade da capacidade produtiva dos armadores de pesca e demais agentes económicos em 2012 e mais ainda, devido aos efeitos das mudanças climáticas, de entre outras razões. Pode igualmente resultar de um conjunto de outros factores tais como a escassez de recursos, particularmente o camarão, que dia-após-dia vai se acentuando cada vez mais por razões diversas entre elas as ambientais e as decorrentes da acção humana. Na opinião de muitos dos operadores, parceiros do sector e Quadros do MIMAIP o número de embarcações envolvidas na pesca industrial é superior à disponibilidade de recursos pesqueiros existentes actualmente no mar e apontam esta realidade como sendo uma das razões desta situação.

3.7.6 Contribuição da Aquicultura para as exportações

A contribuição da produção da aquicultura para as exportações é um dos objectivos do PDP II e seguramente, o único subsector de onde ainda se pode e deve-se apostar em grandes aumentos de volumes de produção. Para este ainda emergente subsector das pescas o PDP II estabelece 9 e 17,5 milhões de US\$ como metas de meio-termo e final respectivamente. Os dados disponíveis sobre a exportação de produtos pesqueiros resultantes da aquicultura indicam que a meta de médio prazo não foi alcançada conforme mostra a tabela a seguir. As exportações globais fixaram-se em apenas 1,1 milhões US\$, cerca de -7,9 milhões de US\$ do que o previsto. Na verdade, os actuais níveis de produção global estão abaixo daquele registado em 2009 (2,3 milhões de US\$), quando iniciou a execução do PDP II.

Tabela 30: Exportações da Aquicultura (Milhões de US\$), 2009-2014

Descrição	Anos								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2019
Exportações do sector (10 ⁶ US\$)	70	168	200	209	222	254	286	298	176
Exportações da Aquicultura (10 ⁶ US\$)	2	0.8	0.8	0.6	0.7	1	1	1	18
Peso do Subsector da Aquicultura (%)	3	0.5	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	10

Se bem que ainda não expressivos, os dados globais da aquicultura constituem esperança como potenciais contribuintes para se alcançar níveis elevados de exportação e, os apoios e incentivos que o governo tem estado a dar em parceria com a comunidade de doadores, decorrem desta certeza de que mais tempo menos tempo melhores dias virão. O subsector tem vindo a beneficiar-se de incentivos fiscais e de outra índole com vista a consolidar-se, fortalecer e atrair investidores para desenvolverem esta actividade.

3.7.7 Dependência externa em Pescado

De uma maneira geral nos últimos anos nota-se um crescimento assinalável das exportações do sector e uma contribuição notável para a economia (exportações). Esta tendência contrasta com os registos das importações do pescado, conforme se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela 31: Exportações da Aquacultura (Milhões de US\$), 2009-2014

Descrição	Pescado importado em 10 ³ US\$						
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor	37,060	38,061	49,008	30,000	130,710	73,850	41,326

Fonte: Dados da COMTRADE e Autoridade Tributária de Moçambique

Nota-se um misto na dinâmica das importações. Num primeiro período de implementação do PDP II, de 2010 a 2013 houve uma tendência geral de crescimento (embora com redução em 2012) tendo neste último ano as importações se fixado em 130,7 milhões de dólares americanos, representando em termos relativos um aumento de 252%. No segundo período, registou-se uma tendência decrescente no nível de importações tendo passado de 130,7 milhões de dólares americanos em 2013 para 41,3 milhões de dólares americanos em 2015, o que representa em termos relativos uma redução em 68,3%.

A redução nas importações do pescado pode ser resultado de muitos factores, sendo o mais importante de todos, o aumento da capacidade de produção interna. Na verdade, o aumento da capacidade de produção interna pode ser confirmado, entre outros casos, nos dados relativos à produção global do pescado para o consumo interno (vide o gráfico 11 acima). Os dados deste gráfico mostram uma tendência crescente dos níveis de produção do pescado para o consumo interno que por si pode significar, a redução dos níveis de importação e da dependência externa para satisfazer as necessidades locais de consumo.

3.8 Relevância, Eficácia e Eficiência do PDP II

3.8.1 Relevância do PDP II

A existência e implementação do PDP II é de extrema relevância, visto que este é um instrumento de capital importância que orienta o sector sobre actividades que devem ser priorizadas para concretização do Objectivo Geral e dos Objectivos imediatos para o desenvolvimento do sector alinhado com o desenvolvimento socioeconómico do País.

Para o sector, o PDP II facilita a integração das acções nos sistemas de planificação nacional e estratégias de desenvolvimento nacional, bem como na busca de financiamentos junto das diversas fontes. O PDP II contribui para a minimização dos problemas através da promoção de medidas para exploração de recursos pesqueiros, de forma responsável.

Foram várias as actividades realizadas no âmbito do PDP II e que contribuíram profundamente na melhoria significativa do bem-estar das populações moçambicanas, particularmente as das comunidades de pescadores e de todas as que vivem nas zonas costeiras e ribeirinhas.

Por outro lado, alguns entrevistados, incluindo os parceiros de cooperação, referiram que não obstante a relevância deste documento (PDP II), a sua implementação tornou-se em algum momento redundante, por não constituir instrumento orientador tal como se pretende, mas alguns afirmaram que a sua existência, facilitou a elaboração de Planos sectoriais e a mobilização de recursos, sobretudo para área de pesca de pequena escala.

Os pescadores entrevistados enaltecem o papel do Governo e dos parceiros de cooperação por tudo quanto têm feito em prol do desenvolvimento da indústria pesqueira e realçaram que para eles a maior relevância do PDP II é a importância dada à pesca artesanal com o financiamento na motorização das embarcações, bem como a sua formação em tecnologias da pesca e do pescado; na construção, manutenção e reparação naval, na gestão participativa e não só.

3.8.2 Eficiência

A eficiência consiste na comparação da aplicação dos meios e recursos com os resultados alcançados. Para avaliação da implementação do PDP II, constatou-se que, para além do OE, existe igualmente o financiamento externo executado anualmente para os diversos projectos e Planos.

Constatou-se a não existência de: (i) uma estratégia definida sobre o financiamento do PDP II, e; (ii) orçamento previsional do PDP II para o período da sua implementação. Como foi mencionado em outros capítulos, a implementação do PDP II, é feita através de projectos e planos sub-sectoriais com financiamentos externos e no âmbito do PES, os quais têm já orçamentos específicos. A informação financeira disponibilizada pelo MIMAIP, não está distribuída pelas componentes ou respectivos resultados do PDP II o que não permite ajuizar sobre os recursos que concorreram para os resultados alcançados ou seja, não foi possível encontrar resposta para a questão: será que os resultados alcançados justificam os meios e recursos financeiros alocados? Sem resposta a esta questão não é possível determinar com que nível de meios e recursos foram alcançados os resultados obtidos nas diferentes componentes deste plano.

Ao que tudo indica, cada instituição foi planificando e implementando os seus planos, projectos e ou actividades com base no orçamento a si alocado pelo OE e ou pelos Parceiros de Cooperação.

Por outro lado, outro aspecto que pode ter concorrido em alguns casos para a não eficiência da implementação do PDP II, é a escassez de recursos humanos do sector das pescas à altura para as necessidades que se lhes impõe e por vezes por falta destes, podendo se citar o caso dos SDAE's, instituições que não tendo técnicos de pescas acabam dando primazia às actividades agrárias para as quais têm competências, relegando para o segundo plano as pescas.

São visíveis os resultados alcançados pelos diferentes intervenientes, mas com a falta da estruturação em componentes ou resultados do PDP da informação dos recursos aplicados, não é possível concluir o quanto eficiente foi a implementação deste plano. Contudo, informação fornecida por parceiros do sector (Noruega, Islândia, IFAD e Banco Mundial) indica que durante o período em avaliação, financiaram esta área em cerca de 132.000.000 USD (Cento e trinta e dois milhões de dólares americanos) em vários programas e projectos, mas que este valor, cobre projectos que transcendem o período da implementação do PDP II.

O fraco acompanhamento da matriz de resultados, bem como a não ligação do PDP II com o processo de planificação regular no MIMAIP são aspectos que revelam desafios enormes em matéria de utilização de recursos na implementação do PDP II.

3.8.3 Eficácia

A eficácia é por definição a relação entre objectivos previstos e os resultados alcançados. Portanto, análise da eficácia procura compreender até que ponto os resultados definidos no documento do PDP II estão a ser alcançados e em que medida os mesmos respondem ao Objectivo Geral do próprio PDP II. A análise da eficácia foi feita nos capítulos anteriores, assim sendo, é importante reflectir sobre o propósito do PDP II na materialização dos seus objectivos.

O desenho do PDP II tinha entre outros, o propósito de apoiar o sector das pescas no processo de planificação nos seus diferentes níveis, com vista a materializar a visão inscrita no PDP II. A generalidade das acções previstas no PDP II são actividades centrais ou tradicionais que o sector executa desde a sua criação. Embora não há uma ligação estruturada entre o PDP II e o ciclo regular de planificação e implementação, parte dos objectivos foram sendo alcançados.

Apesar do impacto positivo dos resultados alcançados com a implementação do PDP II, ainda há fragilidades que devem ser melhoradas, sobretudo ao nível dos Sistemas e Instrumentos de Planificação e Monitoria, com enfoque nos aspectos de planificação orientada para os resultados, alinhamento dos PES com o PQG e deste com o PDP II e sua monitoria efectiva e consolidação da base de dados já criada ao nível do MIMAIP.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As conclusões e recomendações aqui apresentadas têm suporte na avaliação descritiva no capítulo 3, consubstanciada na Matriz de avaliação dos resultados do PDP II, apresentada no Quadro 8, no ponto das conclusões que a seguir se apresenta de forma resumida.

4.1 Conclusões

O rigor observado no processo de recolha de dados, a qualidade dos instrumentos de pesquisa, o cuidadoso processamento e análise da informação recolhida, permitem tirar conclusões e efectuar recomendações que são consideradas com segurança como representando a realidade na implementação do PDP II ao longo do período em avaliação. Não obstante as limitações e ou constrangimentos enfrentados no decurso da avaliação, estas não influenciaram significativamente o alcance dos objectivos da avaliação.

O período da implementação deste Plano foi caracterizado pela crise financeira à escala mundial e que afectou Moçambique e muitos dos parceiros de Cooperação Internacional que financiavam o OE, bem como Projectos sectoriais, tendo alguns retirado esse apoio por completo e ou reduzir consideravelmente, o que também fez-se ressentir no sector das pescas.

O PDP II, não define claramente a estratégia de seu financiamento, a maioria das metas, indicadores e alguns resultados foi definida de forma subjectiva o que dificulta uma análise comparativa do seu alcance. A forma como foram estabelecidas estas metas e indicadores, remetem-nos à necessidade de reflexão profunda sobre a racionalidade na definição e seu estabelecimento, mas sobretudo, o racional no estabelecimento de todo um quadro estratégico no desenho de um Plano Director. Por outro lado, o sector não instituiu um sistema de monitoria e avaliação sistemática da implementação do Plano, o que leva com que o sector se focalize mais para actividades e não se oriente para os resultados.

Embora a proposta de arranjo institucional, nomeadamente a organização, a programação e implementação do PDP II está descrita no próprio Plano, não há clarificação prática da relação entre os diferentes órgãos de coordenação da implementação do PDP II, nomeadamente a DEPI e as Direcções provinciais das pescas e outras instituições que executam actividades que geram resultados do PDP II.

Foram em parte alcançados os resultados preconizados nas 7 componentes do PDP II, com destaque para a Componente da Pesca Artesanal que é aquela que maiores realizações alcançou, tendo ultrapassado largamente as metas para si fixadas, quase que em todos os resultados e que de uma forma global esta componente teve uma boa prestação, tanto na sua contribuição para o fornecimento do pescado no mercado interno (91%), tanto para as exportações (88%), bem como na melhoria das condições de vida dos pescadores e suas comunidades. O crescimento da pesca artesanal resulta não apenas do massivo apoio (tanto através de fundo do OGE como do financiamento externo através de projectos específicos) mas também em resultado do processo em curso sobre gestão descentralizada e governação das pescarias artesanais através da participação das organizações de base (CCP, PCR e Associações). Contudo, nota-se que a força organizacional destas organizações está grandemente associada às áreas dos projectos tornando-se urgente discutir não apenas a sua expansão para áreas não cobertas por projectos específicos, como aspectos relativos à sua sustentabilidade. A pesca Semi-Industrial e Industrial, são as que menos realizações conseguiram do que estava estabelecido no Plano, contudo um facto digno de realce para a pesca industrial é ter tido uma boa prestação no resultado “maximizado o aproveitamento da fauna acompanhante” com uma tendência de crescimento que chegou a superar 80%. Para estas duas componentes a sua prestação global é fraca, devido a todos os motivos sobejamente discutidos nos respectivos capítulos. É evidente que a participação de várias entidades na fiscalização marítima tem impactos na realização da produção pesqueira nos seus vários subsectores com particular ênfase para a pesca semi-industrial e industrial. A futura planificação do MIMAIP deve tomar em conta este aspecto e tornar a relação entre si e outras entidades o mais claro possível para não comprometer a realização da produção sustentável de recursos pesqueiros.

A Componente Aquacultura, teve maiores realizações em resultados referentes a Aquacultura de Pequena escala, contudo, ainda enfrenta maiores desafios, relativos a forma de abordagem e apropriação. Um feito importante a sublinhar nesta área, é a construção de um Centro de Pesquisa de Aquacultura (CEPAQ) na Província de Gaza e que para além da pesquisa, prevê a produção de 30 milhões de alevinos/ano e que se bem gerido, poderá impulsionar a actividade de aquacultura.

A aquacultura industrial é aquela que não registou progressos, pelo contrário regrediu, motivado dentre vários factores por altos custos de produção e pela doença “mancha branca” que afectou a cultura de camarão.

O processamento e conservação do pescado continua sendo um dos maiores desafios deste PDP II sobretudo ao nível da pesca artesanal. São ainda insuficientes no país as unidades especializadas de processamento de pescado. O pescado destinado à exportação, regra geral da pesca industrial, é processado a bordo dos barcos e estes contêm equipamentos de frio associado para a conservação do pescado. O crescimento da pesca artesanal, subsequente à implementação do PDP II, esteve associado às iniciativas de investimentos na área de processamento de pescado que contaram com apoio de parceiros de desenvolvimento e que melhoraram significativamente as vendas deste sector.

Por conseguinte, o processamento do pescado é uma das componentes que a seguir à Pesca Artesanal teve melhor prestação tendo logrado alcançar os resultados preconizados, por exemplo ao longo do período em análise foram capacitados nos principais centros de pesca do país mais de 15.000 operadores entre pescadores, processadores, transportadores e comerciantes de pescado em matérias orientadas para a redução das perdas pós capturas, para a melhoria de qualidade e valorização do pescado e, conseqüentemente para o aumento de rendimento das comunidades. Por outro lado, foram abertas linhas de crédito que permitiram aos pescadores artesanais adquirir equipamento de conservação do pescado.

Relativamente à Administração Pública das Pescas, esta pode compreender, para além dos aspectos financeiros e de sustentabilidade, vários elementos, desde o quadro legal, o desenvolvimento e gestão das infra-estruturas de pesca até à capacidade institucional, o presente PDP II coloca seu foco neste último nos aspectos financeiros e de sustentabilidade.

O ambiente e as regras em que a pesca ocorre devem ser regulados através de um quadro legal e regulamentar que vai garantir a exploração sustentável dos recursos marinhos. E, as infra-estruturas de pescas, com destaque os Portos de Pesca e as condições de acesso, as unidades de processamento e conservação, como já vimos acima até às infra-estruturas de mercado são críticos para o desenvolvimento do sector de pescas. A disponibilidade e capacidade dos recursos humanos do sector de pesca são ainda muito mais importantes para o desempenho do sector, incluindo para a mobilização dos recursos necessários para fazer avançar o PDP II e as actividades nele subjacentes. Todos estes elementos ocorrem dentro daquilo que se consideraria administração pública das pescas e que o sector das pescas tem a sua responsabilidade e, por isso, deviam fazer parte das actividades, com indicadores e metas claramente definidas para o seu acompanhamento.

Das 7 sub-componentes de Administração Pública, há duas que devem merecer maior atenção, nomeadamente Recursos Humanos e Estudos e Planificação, pois as suas realizações estão abaixo do desejável e dada a sua vital importância no sector há que reverter a situação no período que falta para o término da implementação do PDP II.

Para a Componente Aspectos Transversais, é preciso ter em conta que o sector de pescas é muito sensível aos aspectos ligados à saúde pública (com destaque o HIV-SIDA), dada sua característica de oferecer trabalho longe de casa e, por vezes, durante muitas horas ou até mesmo dias. Uma outra dimensão importante, dos aspectos transversais analisados nesta avaliação, tem a ver com a equidade de género na actividade pesqueira. Com efeito, embora os homens demostrem maior domínio das técnicas de pesca e, por isso, tenham uma maior participação na captura de mariscos, as mulheres, por seu turno, desempenham um papel preponderante na colecta e comercialização do pescado, ao longo da zona costeira de Moçambique. Isto remete à necessidade da própria administração pública das pescas continuar a incorporar elementos de géneros compatíveis com esta realidade.

O desempenho do sector na capacitação dos actores de pescas incluindo as comunidades pesqueiras para lidar com a doença do século é ainda fraco. Perante restrições orçamentais as actividades de sensibilização e palestras educativas tornam-se marginais e de pouco alcance. Isto é, as poucas acções que estão sendo realizadas tendem a ser internas, ao nível das instituições públicas, do que para as comunidades pesqueiras que constituem o grupo alvo.

No capítulo sobre género, o PDP II refere à necessidade de se assegurar a equidade na administração pública das pescas e a diferentes níveis, desde o ministério até as organizações de base envolvidas na gestão de pescarias. Embora definido no PDP II, os aspectos relacionados com género são negligenciados na actuação do sector de pescas de tal forma que nos documentos importantes do sector o conceito não é mencionado sistematicamente, e, relativamente ao equilíbrio do género bem como a inclusão da mulher nos órgãos de decisão conclui-se que o MIMAIP, observa este equilíbrio.

Da análise sobre a contribuição do sector de pesca no Objectivo Geral, ficou evidente que este contributo é inegável. Em termos absolutos (avaliado pelo PIB nominal) houve expansão da contribuição do sector para a economia, mas a sua contribuição relativa continuou abaixo dos 5% nos últimos 5 anos como resultado do rápido e maior crescimento de outros sectores da economia. O subsector que mais se destacou foi o da pesca artesanal cuja contribuição na produção total de pescado ronda acima de 80% em média nos últimos anos.

A contribuição de Parceiros de Cooperação Internacional, foi decisiva para o alcance dos resultados ao longo destes anos da implementação do PDP II, sem estes financiamentos dificilmente teriam sido alcançados estes resultados, não obstante a redução desses apoios, em parte devido à crise financeira internacional, isto coloca o sector num grande desafio de capitalizar as fontes próprias de receitas, sem com isso querer dizer que será indispensável o apoio internacional.

A Escola de Pesca não está ajustada ao desenvolvimento tecnológico e não está ligado ao sector produtivo, facto este que leva com que os seus graduados não estejam em melhores condições de competir no mercado Laboral, e não só, ficou evidente que a escola não tem divulgado as suas actividades, bem como não tem privilegiado a formação dos filhos de pescadores, como preconizado no PDP II. Esta situação deve levar o MIMAIP a reflectir sobre o tipo de profissionais que se deve ter no sector.

Quanto à relevância do PDP II, a avaliação concluiu que este foi relevante desde o seu desenho até implementação, pois responde às necessidades de reforço da capacidade do MIMAIP nas áreas de coordenação, planificação e monitoria das acções e resultados do sector. Com efeito, este plano apresenta-se como crucial para o MIMAIP, pois é com o seu apoio que se implementam e elaboram os PQG e os PES do sector, entre outros aspectos que são chave no processo de gestão.

Em suma: O PDP II impactou positiva e consideravelmente sobre o objectivo geral e objectivo imediato de desenvolvimento melhorando os níveis de produção e de produtividade que redundaram no aumento gradual dos volumes de produção de pescado destinados ao abastecimento do mercado interno, contribuindo de forma directa no reforço da segurança alimentar e nutricional e para melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores artesanais e de aquicultores e no aumento da contribuição líquida do sector para um maior equilíbrio da Balança de Pagamentos.

No Cômputo geral, e de acordo com os critérios definidos, o grau de realização das componentes é fraca conforme ilustra a tabela 32, devendo o sector envidar esforços para reverter o cenário no período que resta para a implementação do PDP II.

Conjugando a avaliação do nível de realização das Componentes do PDP II com a avaliação do Impacto da sua Implementação no Desenvolvimento Económico e Social do País, conclui-se que o resultado final do período em avaliação é ACEITÁVEL.

Tabela 32: Avaliação Global do PDP II

Numeração e designação das componentes		Classificação				
		MF	FR	AC	BO	MB
01	Pesca Artesanal			○		
02	Pesca Semi-industrial		○			
03	Pesca Industrial		○			
	Aquacultura		○			
04	<i>Pequena escala</i>			●		
	<i>Industrial</i>	●				
	Processamento de Pescado			○		
05	<i>Processamento artesanal</i>			●		
	<i>Processamento industrial</i>			●		
	Administração Pública das Pescas		○			
	<i>Participação do Estado em actividades empresariais</i>	●				
	<i>Gestão das pescarias</i>				●	
	<i>A nível de investigação pesqueira</i>				x	
	<i>A nível da administração das pescarias</i>				x	
	<i>A nível da Fiscalização</i>			x		
06	<i>Extensão pesqueira e aquícola</i>	●				
	<i>Inspecção Pesqueira</i>				●	
	<i>Desenvolvimento de Recursos Humanos</i>		●			
	<i>Organização Institucional e Legislação</i>			●		
	<i>A nível da organização institucional</i>		x			
	<i>A nível da legislação</i>			x		
	<i>Estudos e planificação</i>	●				
07	Aspectos transversais			●		
	<i>Aspectos específicos do sector</i>			x		
	<i>Aspectos nacionais</i>			x		
	Avaliação global das componentes do PDP II		○			

Legenda: ○ = Avaliação da Componente, do impacto e global do PDP II, ● = Avaliação da Subcomponente, x = Avaliação do desdobramento da subcomponente, * = Avaliação do resultado da componente e subcomponente

4.2 Recomendações

Face às constatações e conclusões aqui apresentadas, urge realizar um conjunto de acções com vista a capitalizar as experiências e lições aprendidas no período em avaliação, bem como consolidar a capacidade já criada pelo PDP II. As recomendações aqui apresentadas, baseiam-se em 2 pressupostos; um que consiste na assunção de que a implementação do PDP II vai prosseguir sem revisão profunda das componentes, resultados, indicadores e metas; e outro que parte de princípio que a decisão de se avançar para o PDP 2020-2029 (PDP III) vai prevalecer e tendo em conta o período que falta para terminar a implementação do PDP II. Assim, recomenda-se:

- a) Com o Pressuposto de que a implementação do PDP II vai prosseguir sem uma revisão estrutural:

- i) Rever as Metas e indicadores dos últimos 2 anos da implementação do PDP II e identificar as fontes de financiamento disponíveis e mobilizados até 2019;
 - ii) Tendo em conta a nova estruturação do MIMAIP, fazer corresponder para cada resultado ou conjunto de resultados esperados a entidade/instituição a quem compete concretizá-las e responsabilizar cada uma destas a fazer aprovar e observar os planos estratégicos e acções de implementação respectivos, alinhados com PQG e PES em todas as vertentes;
- b) Com o Pressuposto de que vai se avançar com a elaboração do PDP 2020-2029
- (i) Validar e manter as 7 componentes do PDP II acomodando-as no PDP III com identificação mais precisa dos resultados esperados, indicadores, metas e entidades responsáveis pela concretização, para facilitar os processos de monitorização e avaliação;
 - (ii) Equacionar para o novo plano a inclusão de uma componente de Mar e Águas Interiores;
 - (iii) Para o novo Plano deve existir uma Componente que identifica o custo previsional do Plano e definir claramente a estratégia para o seu financiamento e mobilização de recursos.
 - (iv) Criar 1 instrumento específico para a normação das acções de planificação, implementação, mobilização de recursos e de monitorização e avaliação para o PDP III, alinhado com os principais instrumentos de programação e planificação do desenvolvimento da economia nacional como PQG e PES;
 - (v) Garantir que os processos de elaboração, validação e de aprovação do PDP III sejam os mais envolventes possíveis de todas as partes interessadas pelo desenvolvimento das pescas e aquacultura, particularmente dos potenciais implementadores nas esferas públicas e privadas e seja concluído antes do fim do ano de 2019.

5. REVISÃO DA MATRIZ GERAL DO PDP 2010-2019

Introdução

A Matriz abaixo contém resultados da avaliação de meio termo do PDP 2010-2019 (ou simplesmente PDP II) bem como a proposta de indicadores que devem ser alcançados dentro do período remanescente da sua implementação, ou seja, de finais de 2017 a finais de 2019. A proposta de indicadores revisto é resultado da avaliação qualitativa dos resultados e indicadores previstos no PDP bem como da ponderação de factores objectivos e subjectivos verificados durante o período em que foi conduzida a avaliação de meio termo.

Para os indicadores quantitativos, foi seguido o cálculo proporcional ou a média para inferir aquilo que seriam as metas razoáveis a serem perseguidas durante o período remanescente de implementação do PDP II. Para os indicadores qualitativos recorreu-se a avaliação qualitativa constante no relatório combinado com o conhecimento que o consultor cultivou durante o período da realização da avaliação.

Quadro Institucional

O arranjo institucional para a implementação do PDP II na sua derradeira fase continua essencialmente a ser aquele previsto no próprio PDP II embora com algumas alterações que são sugeridas. Assim, a DEPI é o principal responsável técnico para garantir a implementação, monitoria e avaliação da sua implementação. Caberá igualmente à DEPI elaborar, ajustar os instrumentos de monitoria para captar informações que alimentem os indicadores definidos. Além disso, a DEPI irá coordenar com as várias instituições intervenientes na implementação do PDP II tanto a nível nacional como provincial por forma a que a informação de reporte seja regularmente disponível. Reuniões regulares (em cada 3 meses) poderão ser realizadas para verificar o cumprimento das actividades do PDP II bem como adoptar medidas de gestão adaptativa para assegurar que no final os resultados são alcanças. Uma avaliação interna do PDP II poderá ser realizada no final da sua implementação. O exercício pode ter um escopo maior ou reduzido dependendo da disponibilidade financeira do MIMAIP.

A preparação do PDP III se afigura de importância particular durante a fase final da implementação do PDP II. Ela vai assegurar a incorporação de elementos chave que vão sendo identificados no processo, mas sobretudo assegurar imediata entrada do PDP III assim que o PDP II terminar.

Proposta da Matriz Revista (PDP 2010-2019), 2017-2019

INDICADORES DE PROGRESSO

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
Pesca Artesanal	R1: Aproveitada uma maior quantidade da fauna acompanhante de camarão proveniente da pesca industrial	6,043 tons	6,705 tons	15,000 tons	4,475 tons	6,000 tons/ano
	R2: Reduzido o esforço de pesca sobre os recursos submetidos a pressão intensa.	SD	SD	SD	Sem indicações de agravamento da pressão sobre camarão sergestadae, lagostas litorais, caranguejo de mangal, demersais acessíveis à PA e PPE/linha, Holutúrias, amêijoas e outros bivalves.	Esforços serão direcionados para a continuação da redução de esforço sobre recursos submetidos à pressão na PA, com particular destaque para a implementação do Plano de Gestão das Pescarias 2013-2018.
	R3: Criadas Linhas de Crédito Específicas para desenvolver a pesca artesanal com enfoque para a pesca comercial	14,87 milhões MT	29,24 milhões MT		86,56 milhões MT	35 milhões MT/ano
	R4: Criadas facilidades de acostagem e de abastecimento em centros de pesca prioritários.	SD	SD	SD	Não há registo de terem sido construídas novas infraestruturas de acostagem, mas foi reabilitado e modernizado o Porto de Pesca da Beira. Foram construídos 31 mercados de 1ª venda.	Indicador complexo para o período relativamente curto de implementação do PDP (2017-2019). No entanto, pode-se antecipar obras de reabilitação de infraestruturas de acostagem como parte da operação normal do MIMAIP.
Pesca Semi-Industrial	R1: A pesca semi-industrial pescando a partir de mais bases ao longo da costa.	SD	SD	SD	Continua a concentração de operadores nas bases operacionais do Banco de Sofala e na zona Sul do país. Tal continua a ser um entrave para que o subsector contribua com o máximo das suas potencialidades no desenvolvimento da pesca.	A expansão da pesca semi-industrial para além do banco de Sofala e do Sul de Moçambique é um problema crónico. Não expectável que tal possa ser resolvida nos próximos 2 anos remanescentes de implementação do PDP II. Contudo, o MIMAIP deve durante este período mobilizar conhecimento e recursos para elaborar um plano de acção para atrair a pesca semi-industrial para fora das tradicionais áreas.
	R2: Aumentadas as capturas de recursos acessíveis à pesca Semi-Industrial	14,900 tons	16,840 tons	18,840 tons	13,065 tons	16,500 tons/ano
	R3: Aumentado o abastecimento à população de produtos provenientes do subsector	14,900 tons	16,840 tons	18,840 tons	10,281 tons	8,965 tons/ano
	R4: Criadas linhas específicas de crédito concessional para incentivar a pesca semi-industrial.	SD	SD	SD	Nos últimos 7 anos não foi criada nenhuma linha de crédito concessional específica. Contudo o subsector terá se beneficiado de outros tipos de apoios indirectos através de projectos e programas de apoio ao desenvolvimento do sector pesqueiro implementados nos diferentes centros de pesca pelas agências nacionais e internacionais como IDPPE, FFP, IIP e outros.	Iniciada a institucionalização de pelo menos uma linha de crédito para a pesca semi-industrial.
Pesca Industrial	R1: Aumentado o valor e a percentagem da renda captada pelo país.	SD	SD	SD	O período em avaliação coincide com o deflagrar da crise económica que afectou severamente a "saúde" económica e financeira das empresas do sector e não só, o que leva a acreditar que o nível de emprego registado, indicador básico de variação da renda, teve tendência a diminuir, não obstante os 2 investimentos realizados para o ATUM, pois ainda estão no seu estágio inicial, não havendo resultados fruto destes investimentos.	O PDP II não é claro na descrição das variáveis para a captação dos indicadores sobre o valor e % da renda captada pelo país em resultado da pesca industrial. Aqui definimos um indicador que objectivamente pode ser facilmente reportado- as exportações. No entanto este indicador é reportado ao nível de indicadores de impacto [veja a matriz seguinte].
	R2: Acrescentado maior valor às capturas provenientes do subsector.	SD	SD	SD	Foram construídos no Porto da Beira uma Unidade moderna de Processamento e Conservação do pescado, na Beira e Maputo foram edificadas Unidades de Processamento da amêijoas, foram criados	Os últimos 2 anos para a implementação do PDP II deve servir para a reflexão do MIMAIP sobre as melhores e eficientes formas de rentabilizar as infraestruturas de

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
					laboratórios de análise do pescado em Maputo, Quelimane e Beira. Todas as empresas e as embarcações com refrigeração a bordo do ramo devem ter certificação sanitária através do sistema HCCP (Controle de Qualidade a partir dos Pontos Críticos), o que naturalmente concorre para o acréscimo de valor às pescarias provenientes deste subsector. Contudo, ao longo dos 7 anos a produção industrial continuou a ser essencialmente processada a bordo das embarcações, sendo quase nula a pesca industrial que passa por estas unidades, acabando por não serem exploradas ao nível desejável, apesar do apreciável investimento feito.	processamento em terra para acrescentar valor ao produto e contribuir para a economia. Um plano com acções concretas sobre esta matéria deve ser elaborado com apoio dos quadros MIMAIP.
	R3: Maximizado o aproveitamento da fauna acompanhante.	SD	SD	SD	2,932 tons	1, 464 tons/ano
	R4: Incentivada a pescaria de recursos acessíveis e não exploradas ou sub-exploradas.	SD	SD	SD	Apesar dos esforços empreendidos para incentivar potenciais investidores a orientarem as suas iniciativas para estes recursos, estes, teimam em querer investir nos que estão já com níveis de exploração intensos ou moderado a intenso. Daí que não se verificou no período a entrada de operadores nestas pescarias, o que pressupõe um grau de realização Muito Fraco, situando-se abaixo de 25%, equivalente a pontuação mínima de 1.	Até final de 2019, terá sido elaborada uma proposta de um plano de incentivo para pescaria em áreas não exploradas ou sub-exploradas.
Aquacultura de Pequena Escala	R1: aumentado o rendimento dos pequenos aquicultores.	SD	SD	SD	Não foi possível aceder a dados que pudessem ilustrar os níveis de renda dos pequenos aquicultores no período em avaliação. Durante o período em avaliação, foram financiados 49 projectos aquícolas no valor de 13 milhões de MT além da construção de 3 aquaparcos. Contudo a aquacultura de pequena escala continua a enfrentar problemas básicos relativos a falta de disponibilidade de alevinos e da ração no mercado nacional.	Nos últimos 2 anos de implementação do PDP II, esforços devem ser feitos para determinar as variáveis que representam a renda de um aquicultor. Após esta determinação, deve ser feita a recolha sistemática de dados para permitir análises regulares sobre o crescimento ou não da renda dos aquicultores. Tal recolha regular dos dados será feita no contexto do sistema de M&A a ser avançado junto desta revisão da matriz do PDP II.
	R2: Aumentado o volume de produção de aquacultura para o mercado doméstico.	177 (2010)	SD	SD	939 tons	633 tons
	R3: Promovido um maior consumo de produtos de aquacultura nas comunidades.	SD	SD	SD	Embora não dispondo de dados, para mensurar a realização deste resultado, o aumento dos níveis de produção no período em análise e a disponibilidade do produto para o mercado interno, leva a concluir que há consumo de produtos de aquacultura, pois não se registam casos de produção que tenha sido descartado por falta de absorção no mercado, os níveis estão ainda aquém das necessidades do mercado, outrossim, parece não existir ainda a necessidade de promoção de consumo, mas sim a promoção da produção.	As intervenções sobre a promoção de produtos de aquacultura deve estar intrinsecamente ligadas ao aumento da produção e diversificação de produtos aquícolas. Para o período remanescente de implementação do PDP II, as actividades serão aquelas em curso e inscritas na estratégia de aquacultura artesanal 2008-2017 mas sobretudo a revisão e elaboração de uma nova estratégia e um plano de acção que tenham como questão central o aumento da diversificação e a promoção de produtos aquícolas e sobretudo uma cada vez maior participação do sector privado, relegando o papel do Estado a elaboração de directivas políticas e estratégias.

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
	R4: Promovida a aquacultura através de programas de incentivo.	SD	SD	SD	A Assistência técnica na abertura de tanques dada pelas autoridades pesqueiras, a concessão de crédito para aquisição de motobombas, a criação de Centros de Demonstração e a formação de extensionistas via associações para disseminar a aquacultura e capacitação de pequenos aquicultores, são acções que se circunscrevem em programas de incentivo. Apesar de não estarem disponíveis dados quantitativos globais destas acções, a sua realização é um facto real e que está a incentivar mais produtores a entrarem na prática da aquacultura, o que nos leva a concluir que o resultado foi realizado e teve uma prestação aceitável.	Proposta de indicadores/acções no R3 são aplicáveis para R4.
Aquacultura Industrial	R1: Aumentada a contribuição dos produtos da aquacultura para a economia nacional e para a exportação em relação ao total dos outros produtos pesqueiros.	667 tons (2010)	SD	SD	241 tons	303 tons/ano
	R2: Reforçada a capacidade de produção e de venda dos produtos de aquacultura, com ênfase no camarão.	SD	SD	SD	Com os custos elevados e não subsidiados, a aquacultura industrial não conseguiu sobreviver à concorrência nos mercados internacionais onde tinha de ombrear com grandes produtores mundiais de camarão de cultivo, os da América Latina por exemplo, que produzindo grandes quantidades com custos relativamente mais baixos, colocavam os produtos a preços bem competitivos. O surgimento do Síndrome de Mancha Branca ou simplesmente doença de "mancha branca" em Setembro de 2011, vírus extremamente letal para o camarão e que também pode dizimar outras espécies de crustáceos, levou o principal se não mesmo o único aquicultor industrial a reduzir os níveis de produção numa primeira fase e, mais tarde a encerrar as portas, fazendo esta indústria a desaparecer do país.	A promoção da aquacultura industrial foi confrontada com desafios exógenos e endógenos. O período remanescente do projecto poderá ser reservado para retirar as lições bem como perspectivas para o futuro da aquacultura industrial.
	R3: Melhorada a gestão, administração e exploração sustentável dos recursos de aquacultura.	SD	SD	SD	Alguns problemas operacionais e de gestão contribuíram igualmente para a paralisação total da prática da aquacultura industrial de camarão	
Processamento Artesanal	R1: Valorizado o processador informal, através de apoio à criação de unidades de tipo caseiro para o fabrico de produtos de ornamentação nomeadamente conchas;	SD	SD	SD	Ao longo do período em análise foram capacitados nos principais centros de pesca do país mais de 15.000 operadores entre pescadores, processadores, transportadores e comerciantes de pescado em matérias orientadas para a redução das perdas pós capturas, para a melhoria de qualidade e valorização do pescado e, consequentemente para o aumento de rendimento das comunidades. Para o efeito, foram desenvolvidas mais de 400 sessões de capacitação, disponibilizados e construídas mais de 161 dispositivos de demonstração de diversas técnicas de processamento.	As acções de valorização do processador informal devem continuar através de capacitação do processador, transportador, comerciante informal nos principais centros de pesca do país; disponibilização de dispositivos de demonstração de técnicas de processamento.
	R2: Encorajadas iniciativas de investimento voltadas ao apoio aos pescadores artesanais na valorização dos produtos pescados.	SD	SD	SD	No início da implementação do PDP II, o então Ministério das Pescas com apoio das agências internacionais de desenvolvimento implementaram vários projectos com vista a melhorar a qualidade de	Actividades sobre iniciativas de investimentos vão continuar o curso normal incorporadas no IDEPA e outras instituições relevantes.

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
					conservação e processamento do pescado. Os mais proeminentes incluíam o projecto "Pesca Artesanal do Banco de Sofala-PPABAS, 2002-2011"; "Desenvolvimento da Pesca Costeira nas Províncias de Inhambane e Gaza-PPAIG, 2008-2010", apenas para citar alguns.	
Processamento Industrial	R1: Expandida e melhorada a actividade de processamento de pescado.;	SD	SD	SD	Para o Processamento industrial, foram construídos no Porto da Beira uma Unidade moderna de Processamento e Conservação do pescado, na Beira e Maputo foram edificadas Unidades de Processamento da amêijoia.	As infraestruturas para o processamento industrial estão relativamente desenvolvidas. O grande desafio é a sua utilização pela frota semi- e industrial dado que o processamento é feito em alto mar. Para o período remanescente de implementação do PDP II as actividades deverão ser centradas na rentabilização destas infraestruturas.
	R2: Criados incentivos de modernização ou de construção de estabelecimentos de processamento de pescado.	SD	SD	SD	Apesar deste esforço empreendido pelo sector, ao longo dos 7 anos a produção industrial continuou a ser essencialmente processada a bordo das embarcações, sendo quase nula a pesca industrial que passa por estas unidades.	
	Administração Pública das Pescas (APP)					
Participação do Estado em Actividades empresariais	R1: definida uma política de intervenção do Estado em actividades empresariais para permitir determinar posições estratégicas produtivas e garantir transparência na gestão das empresas em que tem participações	SD	SD	SD	Não foi iniciada qualquer acção para definir esta política, pelo menos ao nível do sector. Entretanto, o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) em 2015 iniciou e continua a desdobrar-se em esforços buscando mecanismos mais proactivos e efectivos de intervenção. Ao nível do sector, este exercício manifestou-se pela via de reativação da EMOPECA, SA que ao que tudo indica, ainda não encontrou as melhores estratégias para potenciar a intervenção do ESTADO nas actividades empresariais produtivas em que detém participações bem como para mobilizar parcerias que o levem a participar em novos empreendimentos com rentabilidade. No entanto, antes, haveria a necessidade de se avaliar se vale a pena o estado manter as participações que detém nas condições actuais ou livrar-se delas em condições que tragam e perpetuem vantagens para a economia nacional.	Até o final do PDP II será conduzido um estudo para avaliar e determinar condições específicas para intervenção do estado no processo produtivo do sector pesqueiro.
Investigação pesqueira	R1: Realizadas pesquisas periódicas de recursos pesqueiros e ecossistemas costeiros com navios de investigação em cada 3-4 anos;	SD	SD	SD	Dos 7 relatórios anuais de balanço de actividade do sector constata-se que nenhum deles contempla matérias de investigação pesqueira o que leva a concluir que, ainda que com 4 resultados esperados no âmbito do PDP II, estes não constituem objecto de acompanhamento e de apreciação nos momentos de avaliação das actividades desenvolvidas pelo sector como um todo.	Pelo menos um estudo/pesquisa será iniciado (e concluído) sobre recursos pesqueiros e ecossistemas.
	R2: Criadas áreas de investigação aquícola marinha e de água doce;	SD	SD	SD	Esta realidade sugere que os resultados desta subcomponente não constituem preocupação do sector como um todo e olha-se para eles como algo que diz respeito e de interesse exclusivo do IIP.	
	R3: Instalado e equipado um laboratório de análise de qualidade da água e;	SD	SD	SD		
	R4: Revista e alargada a validade da	SD	SD	SD		
						Até o final de 2019, terão sido identificadas e promovidas áreas de investigação aquícola marinha e de água doce. Continuado o apetrexamento dos laboratórios de análise da qualidade de água.

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
	estratégia de desenvolvimento da investigação pesqueira.					
Administração das Pescarias	R1: Reforçada a capacidade para assegurar o cumprimento da legislação e de medidas de gestão.	SD	SD	SD	Ao longo do período o sector fez aprovar legislação e regulamentação entre ela a nova lei das pescas (Lei nº 22/2013, de 1 de Novembro). Saiu-se da prática de atribuição de quotas e adotou-se o de alocação de cabo mestre que se considera mais efectiva no controlo do esforço de pesca, introduziu-se e implementou-se o sistema VMS e criou-se uma Direcção de Fiscalização e foram desenvolvidas muitas iniciativas para melhorar a acção das autoridades pesqueiras para disciplinar a actuação dos operadores na exploração dos recursos pesqueiros e na utilização dos ecossistemas marinhos e costeiros e no combate à pesca ilegal, não reportada e não regulamentada.	Os resultados desta componente continuam validos. A sua implementação poderá continuar o seu curso normal. No final de 2019, alguns indicadores devem ser apresentados: <ul style="list-style-type: none"> • Acções para fazer cumprir os procedimentos e políticas do sector (Fiscalização); • Consolidar a utilização de tecnologias de pesca e de pescado. • Definir áreas de conservação no contexto das pescarias
	R2: Reforçada a capacidade para emitir medidas de gestão e para definir as condições de acesso aos recursos;	SD	SD	SD		
	R3: Elaborado e implementado um plano de desenvolvimento para a administração e fiscalização pesqueira (MCS) para o período 2010-14;	SD	SD	SD		
	R4: Caracterizadas as artes de pesca, limitando o número por distrito ou Centro de Pesca (garantindo o princípio de selectividade de artes nas áreas de conservação) e proceder à sua divulgação	SD	SD	SD		
	R5: Garantida a promoção da tecnologia de pesca e de pescado	SD	SD	SD		
	R6: Implementados os regulamentos para a pesca recreativa e desportiva;	SD	SD	SD		
	R7: Revistos os critérios utilizados para a criação das áreas de conservação aquáticas	SD	SD	SD		
	R8: Fortalecida a articulação com as diferentes entidades (MICOA, MITUR, MINAG, MDN, MOPH, MTC, ME, MINT e INAMAR) ao nível do desenvolvimento e gestão de recursos aquáticos.	SD	SD	SD	Há fraca articulação e coordenação institucional, por exemplo sobre a abertura de tanques de aquacultura, foi referenciado que na maioria dos casos é feita sem consulta com o sector de gestão de recursos hídricos, bem como o sector que superentende a área do ambiente, pois a abertura de tanques em alguns casos leva ao desvio de cursos de água e consequentemente afecta o meio ambiente. Porém, foi referenciado com destaque que o subsector de pesca de pequena escala, no âmbito de implementação do Projecto ProPESCA, esta coordenação foi mais efectiva, sobretudo com os sectores ligados à promoção de desenvolvimento rural. A título de exemplo, pode-se citar a coordenação do sector com as autoridades municipais e governos locais na construção de mercados de primeira venda, estradas, pequenos sistemas de abastecimento de água, Centros de Saúde e outros.	Evidências de mecanismos de coordenação interinstitucional.
Fiscalização	R1: Reforçada a capacidade de fiscalização	SD	SD	SD	Todas as acções visando a concretização destes resultados foram, ao longo dos 7 anos, sendo desenvolvidas gradualmente ao abrigo de um quadro jurídico-político fundamentalmente corporizado por: (i) Política Pesqueira e Estratégia de sua implementação aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 11/96 de 28 de Maio, (ii) Política de	Aumento do número de fiscalizações à vários níveis e subsectores da pesca (importante definir a base no ano 2017)

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
					<p>Monitorização, Controlo e Fiscalização da Pesca (MCS) e a Estratégia para a sua implementação, aprovada pela Resolução nº 26/2008 de 17 de Setembro, (iii) Lei das Pescas (Lei nº 22/2013, de 1 de Novembro), (iv) PDP II e o Plano Nacional de acção para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não reportada e Não Regulamentada (IUU), aprovado pelo Diploma Ministerial nº58/2009 de 15 de Abril.</p> <p>A criação da Direcção Nacional de Fiscalização constituiu um marco importante no desenvolvimento institucional da Administração Pública das Pescas, sendo útil não somente pela retirada desta actividade da Administração Pesqueira mas principalmente pelo facto de ela ter trazido consigo uma nova dinâmica que acelerou os processos de intervenção e permitiu o melhoramento das acções de fiscalização tanto pela via de formação de fiscais e de angariação de mais meios de fiscalização e de Inspeção das actividades de pesca em porto e no mar.</p> <p>Embora o desempenho tenha sofrido oscilações decorrentes de várias razões, a acção fiscalizadora e inspectiva fez-se sentir um pouco mais ao longo do período. Dados deste domínio entre 2012 e 2013, dois anos em que a informação foi disponibilizada, mostram que, no primeiro ano, de um total de 181 barcos visualizados foram inspeccionados no mar 82% (todos eles achados a operar de conformidade com a lei) e, no segundo ano, de 878 visualizados cerca de 65% foram inspeccionados no mar.</p> <p>No período em análise, foram treinados cerca de 12 técnicos em missões de patrulha, na elaboração de relatórios de "conformidade" e no planeamento de acções do MCS. Foram fiscalizados mais de 700 centros de pesca artesanal e inspeccionados cerca de 4.000 artes de pesca, particularmente a malhagem das redes e emitidas cerca de 200 multas pelas transgressões constatadas. Cerca de metade das artes inspeccionadas foi destruída por se ter constatado serem nocivas. Ao longo deste período foram assumidos compromissos internacionais no âmbito do combate ao IUU, consolidação do MCS, e do "controlo do estado do porto". O estreitamento e reforço do relacionamento com organizações e fóruns internacionais e regionais, tais como COFI, SADC-MCS, IOTC-MCS e Interpol fortaleceram a capacidade fiscalizadora do sector.</p> <p>Entretanto, nos últimos anos, com o fim de financiamento das actividades de fiscalização, pelos parceiros de cooperação e dadas as dificuldades em financiar a operação com fundos do Orçamento do</p>	

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
					Estado, a operacionalização do barco patrulha "Antilas Reefer" ficou inactiva e consta que a outra embarcação o "Golfinho" não está operacional. Assim, pode-se concluir que reduziu a capacidade de intervenção do sector público na fiscalização e, com a passagem desta embarcação para o MDN, a não haver uma planificação mais cuidada na sua utilização conjunta, a redução do nível do desempenho poderá agravar-se cada vez mais, pois nos documentos de passagem desta embarcação para o MDN, nada consta sobre como a fiscalização integrada será efectuada. No entanto, desenvolvimentos recentes apontam para a consagração da Estratégia de Fiscalização Integrada para a materialização do mandato do MIMAIP na área de fiscalização de actividades no mar e nas águas interiores. Outro desafio prende-se com a fiscalização da pesca de pequena escala. Embora tenha havido formação de fiscais, participação dos CCP's nas acções inspectivas, a fiscalização ainda não cobre a totalidade da costa e das águas interiores e, por este motivo, associado ao facto de não dispor de equipamento e pessoal suficiente, está condenada a não alcançar o desempenho desejado, sabido que neste subsector ocorrem muitas e graves infracções, principalmente a proliferação da utilização de artes nocivas, bem como a realização da actividade no período de veda.	
	R2: Operacionalizado o VMS	SD	SD	SD	A conversão do barco "Antilas Reefer" (apreendido por pesca ilegal nas águas nacionais) em barco de Fiscalização da Pesca, a participação em patrulhas marítimas conjuntas no âmbito da cooperação com organismos regionais e internacionais como a Comissão do Oceano Indico e Greenpeace respectivamente e a instalação e funcionamento do VMS no ministério, concorreram na realização destes resultados.	Resultado continua relevante. O indicador é a existência do VMS operacional até finais de 2019.
Extensão Pesqueira e Aquícola	R1: Elaborada e implementada a estratégia da extensão pesqueira e aquícola,	SD	SD	SD	Não foi elaborada nenhuma estratégia de extensão pesqueira e aquícola.	Iniciado o processo com vista a elaboração da estratégia pesqueira e aquícola.
	R2: Elaborado o plano de formação de extensionistas e	SD	SD	SD	Não foi elaborado nenhum plano consistente com programas e conteúdos para a formação dos extensionistas nem indicadores para a monitoria e avaliação da extensão pesqueira e aquícola.	Iniciado o processo com vista a elaboração do plano de formação de extensionista.
	R3: Definidos e sistematizados indicadores para a monitoria e avaliação da extensão pesqueira e aquícola	SD	SD	SD		Até finais de 2019, estarão definidos e sistematizados os indicadores para monitoria e avaliação da extensão pesqueira e aquícola.
Inspeção Pesqueira	R1: Elaborado e implementado o plano de desenvolvimento para a inspecção de pescado e	SD	SD	SD	Em 2013, foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Plano Estratégico de Inspeção de Pescado vigente para o período 2013-2019 cuja implementação iniciou a meados do primeiro ano.	Reporte sobre a implementação do Plano Estratégico de Inspeção de Pescado.
	R2: Capacitada a inspecção de pescado nos domínios de (a) produtos acabados e (b) tecnologia de pescado.	SD	SD	SD	Foram criados laboratórios de análise do pescado em Maputo, Quelimane e Beira. Assim, todas as empresas do ramo e embarcações congeladoras devem ter o HCCP (Controle de Qualidade a partir dos Pontos Críticos), para certificação sanitária dos seus produtos. Foi feita acreditação internacional dos laboratórios de Maputo e Beira para	Actividades de capacitação e formação vão continuar o curso normal e reportes feitos regularmente.

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
					análises químicas de sulfito (2012).	
Desenvolvimento de Recursos Humanos	R1: Elaborado e implementado o plano de desenvolvimento dos recursos humanos para o sector, abrangendo a administração pública das pescas e as profissões mais especializadas do sector e;	SD	SD	SD	Foi aprovado em 2013 o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o sector das Pescas. Cursos de capacitação de curta duração, são organizados por cada subsector e/ou área e o DRH faz o registo da informação.	Documentar todos os processo de formação de RH.
	R2: Potenciado o intercâmbio entre o sector público e o privado das pescas ao nível da formação profissional.	SD	SD	SD	Relativamente ao resultado (ii) potenciado o intercâmbio entre o sector público e o privado das pescas ao nível da formação profissional, não há evidências de alguma realização deste resultado.	Até final do PDP II, pelo menos um Memorandum de Entendimento será assinado entre MIMAIP e sector privado relativamente à formação técnico-profissional.
Organização Institucional e Legislação	R1: Completada a reforma da administração pública das pescas tendo em conta as conclusões e recomendações da análise funcional realizada;	SD	SD	SD	Os processos de implementação da reforma da administração pública das pescas foram acontecendo de forma esporádica porque não houve um plano de acção concertado e adaptado por todos no sector. Não se quer com isto dizer que foi mal feito, mas que provavelmente, se assim tivesse acontecido, podia ter sido melhor e mais eficaz.	Até o fim do PDP II, um claro roteiro para a organização interna e operação do MIMAIP deve ser claramente identificado com prioridades nas acções a levar a cabo.
	R2: Reavaliado e ajustado o papel do FFP e estabelecido e implementado um plano de desenvolvimento das suas actividades para o período 2010-2014 e;	SD	SD	SD	Em relação ao FFP foram feitos exercícios para o reavaliar e reajustar o seu papel junto dos operadores de pequena escala e em termos de carteira de projectos financiados cresceu minimamente pesem as dificuldades encontradas na busca das fontes de financiamento.	Até o fim do PDP II, terão sido identificadas novas fontes de financiamento à actividade pesqueira, particularmente à pesca artesanal.
	R3: Definida e implementada a estratégia de comunicação e imagem do sector	SD	SD	SD	Durante o período não foi definida qualquer estratégia de comunicação e imagem do sector, mas o trabalho de divulgação e de documentação dos feitos realizados no sector, ainda que não de forma sintonizada com as realizações relativas aos resultados do PDP II como seria de desejar, foi bem notória.	A definição de uma estratégia de comunicação continua será relevante para o período remanescente do PDP II.
Estudos e Planificação	R1: Aumentada a capacidade de realização de estudos sectoriais e de planificação, assegurando a criação de estruturas locais apropriadas;	SD	SD	SD	Os conteúdos dos planos, programas, estratégias e relatórios produzidos mostram que entre 2010-2014 registou-se alguma capacidade crescente de realização de estudos e planificação que, entretanto, parece ter regredido nos últimos 2 anos do período da avaliação. No primeiro intervalo os relatórios se apresentam sistematizados, conteúdos estruturados, análises elaboradas e por vezes com linhas de orientação. No segundo intervalo os poucos planos, programas e estratégias foram produzidos e os relatórios tendem a ser compilação/globalização de dados de diferentes origens sem análise.	Número de planos e estratégias elaborados irá aumentar até final do PDP II em 2019 Serão validados para efeitos de monitoria e avaliação, todos os planos e estratégias elaborados após aprovação da presente matriz).
	R2: Potenciar a realização de análises macroeconómicas e bio económicas no sector e	SD	SD	SD	A necessidade de potenciar a realização de análises macroeconómicas e bio económicas no sector faz-se sentir há bastante tempo e com particular pertinência nos momentos em que há que harmonizar, que buscar um denominador comum entre: (i) as exigências que se impõem para a preservação e conservação dos recursos, normalmente expressas e defendidas pela investigação com fundamentos biológicos dos recursos e; (ii) pela imperatividade de garantir rentabilidade económica da actividade de exploração dos recursos pesqueiros, via de regra reivindicada pela indústria quando em princípio, devia ser	Número de quadro potenciados (formados) para a realização de estudos macroeconómicos terá aumentado.

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
					argumentada e fundamentada pela DEPI com base em argumentos económicos e sociais.	
	R3: Promovido o acompanhamento da execução dos diferentes programas e projectos de desenvolvimento ao nível do sector e efectuada a sua avaliação periódica	SD	SD	SD	<p>Ao nível do sector não ficou evidenciado a existência de um sistema instituído de monitoria e avaliação das acções do PDP II, nem acções especificamente destinadas ao acompanhamento e avaliação sistemática e periódica dos processos implementados no âmbito do PDP II, a monitoria é feita através do sistema tradicional de relatórios de actividades, feitas por cada área. Porém, a não existência de um sistema instituído, que poderia ser regido por um guião de orientação, tem reflexos na consistência da elaboração dos próprios relatórios</p> <p>Constatou-se que anualmente são elaborados os PES no sector, obedecendo às diretrizes emanadas pelo Governo, na sua totalidade os entrevistados afirmaram que os Programas Quinquenais (PQ) na área das pescas são baseados no PDP e os PES são baseados nos PQ, desta forma os Programas reflectem no PDP II, ou seja, no processo da elaboração do PES no sector, usam o PDP II como instrumento orientador.</p> <p>No que diz respeito à monitoria, não existe acções especificamente destinadas ao acompanhamento e avaliação sistemática e periódica dos processos implementados no âmbito do PDP II.</p>	Um sistema de M&A específico dos projectos deve ser desenvolvido e implementado dentro do MIMAIP e servirá de base para comunicar os resultados das actividades levadas a cabo.
Questões Transversais						
Aspectos Específicos do Sector	Garantir que os pescadores artesanais, os aquicultores de pequena escala e outros intervenientes nestas 2 cadeias incrementem os seus níveis de rendimento e de consumo sem afectar o estado dos recursos e sem danificar os ambientes sistémicos	SD	SD	SD	<p>Neste contexto coube ao então IDPPE e ao então INAQUA, instituições que na nova estrutura organizacional do sector se fundiram e constituem o IDEPA, cuidar destes aspectos.</p> <p>No geral as acções para responder a esta pretensão foi principalmente orientada para todos os intervenientes nas cadeias de valor das produções da pescaria artesanal (pescadores, processadores, recolectores, comerciantes de produtos e insumos da pesca) e da aquacultura de pequena escala, 2 subsectores cujos intervenientes são os mais vulneráveis a cometerem e a serem vítimas das influências nefastas dos aspectos transversais sectoriais sobre a pesca e aquacultura.</p> <p>Ao longo do período foram anualmente criados, em média, 24 CCP's com cerca de 1.363 membros cada, dos quais mais de 80 beneficiaram anualmente de capacitações para garantir que a sua participação nas sessões de co-gestão sejam mais-valia efectiva.</p>	Número de actividades de promoção de pesca sustentável e ambientalmente amigável.
Aspectos Nacionais		SD	SD	SD	Apesar do PDP II definir o HIV/SIDA como prioridade e haver acções concretas em curso ao nível do MIMAIP, não existe informações	Campanhas de sensibilização sobre aspectos de género, HIV/SIDA.

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
					sistematizadas sobre iniciativas específicas sobre a matéria. Por exemplo os balanços dos PES 2011 e 2014, não contém sequer única menção da palavra "HIV/SIDA". O de 2013 contém único tipo de actividade "sensibilização sobre HIV/SIDA". Portanto, nota-se que o compromisso com a agenda do HIV/SIDA poderia ser ainda melhorado. Por exemplo, das 89 sessões de sensibilização sobre o HIV/SIDA planificadas para 2012, apenas 19 foram realizadas, representando em termos relativos 21% de execução.	Institucionalizado mecanismo de M&A dos assuntos transversais.
O Papel da Escola de Pescas	A escola de pesca deve desempenhar um papel central na formação da comunidade de pescadores, sobretudo admitindo filhos de pescadores em cursos destinados à pesca artesanal e administração das pescas	SD	SD	SD	<p>A maioria dos membros dos CCP's lamentou o facto de a Escola de Pescas não fazer divulgação dos seus cursos e facilidades que pode conceder à comunidade de pescadores para que seus filhos possam frequentar aquele estabelecimento de ensino para dar continuidade e melhorar a pesca artesanal. "Ao que tudo indica a escola só forma maioritariamente pessoal da capital do país e não vai ao encontro do pescador que se encontra espalhado por toda costa e pelo interior do País".</p> <p>Um dos grandes desafios que a escola enfrenta é o seu ajustamento tecnológico, pois ainda continua a funcionar com a tecnologia dos anos 70/80 e obsoleta. Entretanto hoje em dia as embarcações, estão minimamente equipados com tecnologia de ponta, incluindo instrumentos de navegação e de comunicação. Por outro lado, o cais da escola encontra-se num estado avançado de degradação, de tal sorte que não está sendo utilizado para qualquer actividade.</p> <p>A escola devia ter uma ligação profícua com o sector produtivo, o que permitiria que os seus programas estivessem orientados para dar resposta à demanda de profissionais de pesca pela indústria e não só. Isto permitiria ainda uma interacção no decurso da formação, dando acesso a estágios pré-profissionais para que os formandos tivessem oportunidade de, antes de se fazerem ao mercado, se familiarizarem com as tecnologias modernas em uso nas empresas de pesca. Hoje, dada esta lacuna, só se deparam com estas tecnologias pela primeira vez quando entram para o mundo laboral o que faz com que estes não gozem de preferência da indústria, no recrutamento e contratação do pessoal.</p>	<p>Indicador: Número de alunos Filhos de pescadores que frequentam a escola de pescas.</p> <p>Iniciado um processo de ligação entre a escola e o sector produtivo (Indicador: Memorandos assinados entre a escola de Pescas e o sector Privado)</p>
Financiamento e contribuição da Cooperação Internacional para o Alcance		SD	SD	SD	O PDP II não define a estratégia do seu financiamento, apenas preconiza que o MIMAIP deverá envidar esforços para mobilizar financiamentos para os investimentos requeridos e para financiar os investimentos públicos através de donativos e créditos concessionais.	O esforço da cooperação internacional deve ser direccionado para recursos humanos, materiais, financeiros para: (i) obtenção de recursos para realização de projectos de desenvolvimento da pesca artesanal nos domínios estratégicos indicados no PESPA; (ii) obtenção de recursos

Área do PDP	Resultados Esperados, 2009-2019	Plano (Metas)			Actual	Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
dos Objectivos do PDP II					O financiamento do sector de pescas no geral como qualquer outro sector público do país, foi assegurado em parte pelo OE e outra parte pela ajuda externa. Esta última suporta maior parte do financiamento particularmente na materialização do PDP II, via projectos específicos.	para realização de projectos de desenvolvimento da aquacultura de acordo com a estratégia de Desenvolvimento de Aquacultura de Pequena Escala; (iii) reabilitação e expansão da frota semi-industrial; (iv) consolidação de infraestruturas de desembarque em geral e das instalações de apoio, com prioridade para a produção e distribuição de gelo; (v) a formação de quadros aos níveis médios e superiores especializados em actividades pesqueiras e de aquacultura, com atenção especial para as acções que permitam a substituição gradual de assistência técnica e estrangeira; (vii) e a cooperação pesqueira ao nível dos países da SADC e do Oceano Índico.

Proposta de Matriz Revista (PDP 2010-2019), 2017-2019

INDICADORES DE IMPACTO

Área do PDP	Indicadores, 2009-2019	Metas				Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
Objectivo de Desenvolvimento: O Plano de Acção para a Redução da Pobreza 2010-14 (PARP) tem como objectivo a gradual eliminação das situações de Pobreza em Moçambique						
Objectivo Imediato: O sector das Pescas proporcionando ao país mais benefícios com relação aos potencialmente possíveis através de: A) Reforçada a contribuição do sector na melhoria da segurança alimentar das comunidades de pescadores artesanais e aquacultura de pequena escala; B) Melhoradas as condições de vida das comunidades de	1. Produção do Pescado destinado ao mercado interno aumenta de...% no período, ou seja, passe de ...tons em 2009 para ...em 2014 e...em 2019; 2. Valor da produção de pescado no período aumente de ...milhões USD em 2009 para...em 2014 e...em 2019 3. Aumentado o rendimento médio anual dos pescadores artesanais de...USD em 2009 para...em 2014 e...em 2019 4. Aumentado o rendimento médio anual dos aquicultores de pequena escala de...USD em 2009 para...em 2014 e...em 2019 5. Condições de vida das comunidades de pescadores artesanais e de aquicultores de pequena escala melhoradas;...	170,230 tons 257,728,000 USD Sem dados (SD) Sem dados (SD) Sem dados (SD)	198,840 tons (17%) 366,547,000 USD SD SD SD	244,340 tons (23%) 491,140,000 USD SD SD SD	361,981 tons SD SD SD SD	277,988 tons/ano 500,000,000/ano Dada a inexistência de dados sistematizados sobre estes indicadores, o MIMAIP deve durante o período remanescente para implementação do PDP II, focalizar esforços na definição de variáveis mensuráveis dos indicadores sobre rendimento dos pescadores, aquicultores e o nível de emprego criado no sector. SD

Área do PDP	Indicadores, 2009-2019	Metas				Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019	
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)		
<p>pescadores artesanais e aquacultura de pequena escala;</p> <p>C) Aumentada a contribuição das pescarias de aquacultura industriais e de pequena escala para a realização dos objectivos nacionais de desenvolvimento económico e social e</p> <p>D) Aumentada a contribuição líquida do sector para o maior equilíbrio da balança de pagamentos do país; isto num quadro de uma administração pública sectorial mais capacitada para prosseguir estes fins e de uma sustentabilidade dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos.</p>	6. Nível de emprego no sector aumentado em ...% no final do período, ou seja de...trabalhadores em 2009 para ...em 2014 e...em 2019	SD	SD	SD		233,729,000 USD	
	7. Receita captada das rendas das principais pescarias passe de ...em 2007 para ...em 2019;	SD	SD	SD	SD		56,039,000 USD
	8. Valor das exportações do sector no período passe de ...milhões de USD para em 2009 para ...em 2014 e ...em 2019;	69,780,000 USD	130,500,000 USD	175,850,000 USD	298,119,000 USD		
	9. Saldo líquido entre as exportações e importações principais do sector passe de ...milhões de USD em 2009 para ...em 2014 e...em 2019;	29,790,000USD	86,000,000 USD	127,850,000 USD	71,403,000 USD		56,039,000 USD
	10. Valor da contribuição líquida do sector para a balança de pagamentos passe ...milhões USD em 2009 para ...em 2014 e...em 2019	SD	SD	SD	71,403,000 USD		177,690,000 USD
11. Valor das importações do sector passe de ...milhões USD em 2009 para ...em 2014 e ...em 2019	40,000,000 USD	44,500,000 USD	48,000,000	226,716,000 USD			

Área do PDP	Indicadores, 2009-2019	Metas				Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
Pesca Artesanal						Indicadores devem ser desenvolvidos para reflectir as restantes variáveis da componente de impacto das intervenções da Pesca Artesanal
Aumentada a contribuição da pesca artesanal para o abastecimento do mercado interno em pescados, ao mesmo tempo que são melhoradas as condições de vida nas comunidades pesqueiras, num quadro de exploração dos recursos pesqueiros acessíveis a pesca.	1...% de acréscimo de produção de pescado para consumo humano, incluindo fauna acompanhante do camarão recolhida por pescadores artesanais e capturas da pesca artesanal;	SD	SD	SD	SD	244,000,000 USD
	2. Valor das exportações originadas na pesca artesanal passe de ...milhões USD em 2007 para...em 2014 e...em 2019;	5,100,000 USD	15,000,000 USD	24,000,000 USD	276,000,000 USD	
	3. Contribuição do subsector da pesca artesanal para o aumento do emprego se situa em...% em 2014, ou seja, o nível de emprego no subsector artesanal no período passe de...pescadores em 2009 para...em 2014 e...em 2019;	SD	SD	SD	SD	
	4. Produção do pescado do subsector artesanal destinado ao mercado interno passe de ...tons em 2009 para ...em 2014 e...em 2019;	SD	SD	SD	SD	
	5. Percentagem de agregados familiares em 2009 que consideram que as suas qualidades de vida no futuro vão melhorar não inferior a meta nacional de 12% e em 2011 de ...% (in PESPA)	SD	SD	SD	SD	
	6. Percentagem de agregados familiares que consideram que a qualidade dos cuidados de saúde é boa; 42% em 2009 e...% em 2011 (in PESPA)	SD	SD	SD	SD	
	7. Percentagem de agregados familiares que consideram que as condições de educação são boas: 34% em 2009 e...% em 2011 (in PESPA)	SD	SD	SD	SD	
	8. A distância média em relação a fonte de abastecimento de água potável passar de...m em 2007 para ...em 2009 e...m em	SD	SD	SD	SD	

Área do PDP	Indicadores, 2009-2019	Metas				Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
	2011 (in PESPA) 9. Índice de bem-estar das comunidades de pescadores artesanais evoluindo favoravelmente (in PESPA); 10. Escola de Pesca admitindo filhos de pescadores em cursos destinados à pesca artesanal e administração das Pescas (in PESPA)	SD	SD	SD	SD	
		SD	SD	SD	Não se encontrou evidências de a Escola de Pescas estar admitir filhos de pescadores	
Pesca Semi-Industrial						
Aumentada significativamente a contribuição para o mercado interno em pescado como resultado da expansão da produção industrial ao longo do litoral marítimo, dinamizando	1. Contribuição do subsector da pesca semi-industrial para o aumento da produção no período atinja...% do total em 2019, ou seja, ...milhões USD; 2. Produção de pescado do subsector semi-industrial destinada ao mercado interno passe de ...tons em 2007 para ...em 2014 e...em 2019; 3. Valor total das importações do subsector semi-industrial passe de...milhões USD em 2009 para ...em 2014 e ...em 2019; 4. Valor das exportações originadas na pesca semi-industrial passe de...milhões de USD em 2009 para ...em 2014 e...em 2019;	27,500,000 USD	50,960,000 USD	63,260,000 USD	SD	Estimamos: 45,000,000 USD
		14,900 tons	16,850 tons	18,840 tons	SD	Estimamos: 16,000,000 USD
		SD	SD	SD	SD	
		11,765,000 USD	30,600,000 USD	45,350,000 USD	13,000,000 USD	16,000,000 USD

Área do PDP	Indicadores, 2009-2019	Metas				Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
	<p>5. Nível de emprego no subsector semi-industrial passe no período de...trabalhadores em 2007 para...em 2014 e...em 2019</p> <p>6. A maior parte do crescimento de produção do pescado para consumo humano no período (em relação a captura artesanal), incluindo fauna acompanhante do camarão seja proveniente da pesca semi-industrial;</p>	SD	SD	SD	SD	Nota: Tal como noutros casos de dados quantitativos, no último período da implementação deste PDP II, o sistema de monitoria deve ser compreensível e exequível e capaz de permitir o reporte sobre todos os indicadores em falta.
Pesca Industrial	<p>1. Contribuição do subsector da pesca industrial para o aumento da produção no período atinja...% em 2019, ou seja,...milhões USD;</p> <p>2. Produção do Pescado do subsector industrial destinada ao mercado interno passe de ...tons em 2007 para ...em 2014 e...em2019;</p> <p>3. valor total das importações do subsector industrial passe demilhões USD em 2007 para...em 2014...em 2019;</p> <p>4. Valor das exportações originadas na pesca semi-industrial passe de ...milhões USD em 2009 para...em 2014e ...em 2019;</p> <p>5. Nível de emprego no subsector industrial passe no período de...trabalhadores em 2007 para ...em 2014 e...em 2019;</p>	<p>50,600,00 USD/69,790,000 USD</p> <p>6,700 tons</p> <p>SD</p> <p>11,765,000 USD</p> <p>SD</p>	<p>75,900,000 USD/130,500,000 USD</p> <p>13,000 tons</p> <p>SD</p> <p>30,600,000 USD</p> <p>SD</p>	<p>89,000,000 USD/175,000,000 USD</p> <p>15,500 tons</p> <p>SD</p> <p>45,350,000 USD</p> <p>SD</p>	<p>SD</p> <p>SD</p> <p>SD</p> <p>8,000,000 USD</p>	<p>Estimamos a contribuição do subsector para a produção em cerca de: 50%/ ano</p> <p>Produção destinada ao mercado de 20,000 tons/ano</p> <p>Os dados existentes sobre as importações não são desagregados por subsector.</p> <p>10,000,000 USD/ano</p>
Aquacultura	<p>Aumentada significativamente a contribuição para o abastecimento do</p> <p>1. Contribuição do subsector da aquacultura de pequena escala para o aumento da produção no período atinja...%do total em 2019, ou</p>	<p>2,408,000 USD/ 257,728,000 USD</p>	<p>27,500,000 USD/366,547,000 USD</p>	<p>78,500,000 USD/491,140,000 USD</p>	<p>O relatório de avaliação de médio termo não capta a avaliação destes indicadores</p>	<p>Estimamos a contribuição do subsector para a produção em cerca de: 2,5%/ ano</p>

Área do PDP	Indicadores, 2009-2019	Metas				Proposta de Indicadores e Metas, 2017-2019
		Base (2009)	Médio Termo (2014)	Final (2019)	Meta Alcançada no Período de Avaliação de Médio Termo (2016)	
mercado interno em pescado como resultado da expansão da produção aquícola em todo o país, dinamizando o desenvolvimento local, ao mesmo tempo que são criadas melhores condições para exportação de produtos de pesca, num quadro de exploração sustentável de recursos aquícolas e de preservação do ambiente.	<p>seja...milhões USD</p> <p>2. Produção de pescado da aquacultura de pequena escala destinada ao mercado interno passe de...tons em 2007 para ...em 2014 e...em 2019;</p> <p>3. Produção de pescado de aquacultura industrial passe de ...tons em 2007 para ...em 2014 e...em 2019;</p> <p>4. Uma estação de investigação criada e em funcionamento em Marracuene a partir de 20...</p> <p>5. Duas estações de formação criadas e em funcionamento em Chókwè e...respectivamente em 20...e em 20..</p>	165 tons	1,000 tons	2,000 tons		<p>Produção PE: 2,000 tons/ano</p> <p>Produção Industrial: 15,0000</p> <p>(Estes dados são moderados em função da situação da aquacultura descrita no relatório)</p>
Processamento Aumentadas as receitas em divisas do país com base no aumento da capacidade de processamento de produtos da pesca industrial e da captação da capturas artesanais.	<p>1...% de camarão pescado pela frota industrial a ser processado em unidades em terra no país em 2014 e ...% em 2019;</p> <p>2. Valor acrescentado ao pescado originado na pesca industrial atinja um incremento de ...% em 2014 e ...% em 2019.</p>	SD	SD	SD		<p>Não existem dados. Indicadores devem ser retrabalhados para ajustar-se a realidade- existência ou não de dados para os alimentar.</p>

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Termos de Referência do Concurso nº 09/MIMAIP-DEPI/SWIOFISH1/2016;
Lei das Pescas – Lei nº 22/2013 de 1 de Novembro – Assembleia da República;
Regulamento Geral da Pesca Marítima – Decreto nº 43/2003 de 10 de Dezembro – Conselho de Ministros;
Política de Monitorização, Controlo e Fiscalização da Pesca e sua Estratégia de Implementação – Resolução nº 26/2016 – Conselho de Ministros;
Regulamento da Pesca de Águas Interiores – Decreto nº 57/2008 de 30 de Dezembro – Conselho de Ministros;
Estatuto Orgânico do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas – Resolução nº 12/2015 – Comissão Interministerial da Administração Pública ;
Regulamento Geral para o Controlo Hígio-Sanitário dos Produtos Alimentares de Origem Aquáticas - Decreto nº 76/2009 de 15 de Dezembro – Conselho de Ministros;
Plano Director das Pescas 2010-2019;
Política Pesqueira e Estratégias de Implementação – Resolução nº 11/1996 de 28 de Maio – Conselho de Ministros;
Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal – Ministério das Pescas;
Plano Director de Estatísticas das Pescas – Ministério das Pescas;
Boletim Estatístico das Pescas 2005-2012 – Ministério das Pescas;
Relatórios de Balanços de PES do Sector das Pescas 2010-2016;
Relatório de Avaliação de Meio-Termo de Apoio ao Sector das Pescas em Moçambique, 2013-2017;
Relatório do Balanço Geral de actividades de pescas 2012 – Ministério das Pescas;
Brochura do Seminário Nacional sobre o Desenvolvimento Sustentável da Industria de Aquacultura do Camarão Marinho – 25 & 26 de Novembro, 2002 – Beira – Moçambique – Instituto Nacional de Investigação Pesqueira ;
Regulamento Geral de Aquacultura – Decreto nº 35/2001 de 13 de Novembro – Conselho de Ministros;
Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pescaria de Atum em Moçambique (PEDPA) – Ministério das Pescas;
CTA/USAID (2009), Competitiveness analysis of fishing sector in Mozambique. Mozambique Trade and Investment Program. December 2009

7. ANEXOS

6.1. Matriz geral da avaliação Plano Director

6.2. Matriz dos Resultados das entrevistas

6.1 MATRIZ GERAL DE AVALIAÇÃO DO PDP II COMPONENTES, SUBCOMPONENTES, RESULTADOS E IMPACTO

Numeração e designação das componentes		Grau de satisfação				
		MF	FR	AC	BO	MB
01	Pesca Artesanal (4)			○		
	<i>R1: Aproveitada uma maior quantidade da fauna acompanhante de camarão proveniente da pesca industrial</i>			*		
	<i>R2: Reduzido o esforço de pesca sobre os recursos submetidos a pressão intensa</i>			*		
	<i>R3: Criadas Linhas de Crédito Específicas para desenvolver a pesca artesanal com enfoque para a pesca comercial</i>			*		
	<i>R4: Criadas facilidades de acostagem e de abastecimento em centros de pesca prioritários</i>			*		
02	Pesca Semi-industrial (4)		○			
	<i>R1: A pesca semi-industrial pescando a partir de mais bases ao longo da costa</i>	*				
	<i>R2: Aumentadas as capturas de recursos acessíveis à pesca Semi-Industrial</i>				*	
	<i>R3: Aumentado o abastecimento à população de produtos provenientes do subsector</i>			*		
	<i>R4: Criadas linhas específicas de crédito concessional para incentivar a pesca semi-industrial</i>	*				
03	Pesca Industrial (4)		○			
	<i>R1: Aumentado o valor e a percentagem da renda captada pelo país</i>	*				
	<i>R2: Acrescentado maior valor às capturas provenientes do subsector</i>			*		
	<i>R3: Maximizado o aproveitamento da fauna acompanhante</i>				*	
	<i>R4: Incentivada a pescaria de recursos acessíveis e não exploradas ou sub-exploradas</i>	*				
04	Aquacultura (4+3=7)		○			
	Aquacultura de Pequena escala (4)			●		
	<i>R1: Aumentado o rendimento dos pequenos aquacultores</i>		*			
	<i>R2: Aumentado o volume de produção de aquacultura para o mercado doméstico</i>			*		
	<i>R3: Promovido um maior consumo de produtos de aquacultura nas comunidades</i>			*		
	<i>R4: promovida a aquacultura através de programas de incentivo</i>			*		
	Aquacultura Industrial (3)	●				
	<i>R1: Aumentada a contribuição dos produtos da aquacultura para a economia nacional e para a exportação em relação ao total dos outros produtos pesqueiros</i>	*				
<i>R2: Reforçada a capacidade de produção e de venda dos produtos de aquacultura, com ênfase no camarão</i>	*					
<i>R3: Melhorada a gestão, administração e exploração sustentável dos recursos</i>	*					

Legenda: ○ = Avaliação da Componente, do impacto e global do PDP II, ● = Avaliação da Subcomponente, x = Avaliação do desdobramento da subcomponente, * = Avaliação do resultado da componente e subcomponente

Numeração e designação das componentes		Grau de satisfação				
		MF	FR	AC	BO	MB
05	Processamento de Pescado (2+2=4)			○		
	Processamento artesanal (2)			●		
	<i>R1 Valorizado o processador informal, através de apoio à criação de unidades de tipo caseiro para o fabrico de produtos de ornamentação nomeadamente conchas.</i>			*		
	<i>R2 Encorajadas iniciativas de investimento voltadas ao apoio aos pescadores artesanais na valorização dos produtos pescados</i>			*		
	Processamento industrial (2)			●		
	<i>:R1 Expandida e melhorada a actividade de processamento de pescado</i>			*		
	<i>R2 criados incentivos de modernização ou de construção de estabelecimentos de processamento de pescado.</i>			*		
06	Administração Pública das Pescas (1+14+3+2+2+6+3+27 = 58)			○		
	Participação do Estado em actividades empresariais (1)	●				
	<i>R1 Definida uma política de intervenção do sector em actividades empresariais que permita determinar posições estratégicas ao nível das empresas produtivas e garantir uma maior transparência na gestão das participações do Estado</i>	*				
	Gestão das pescarias (4+8+2=14)		●			
	A nível de investigação pesqueira (4)				×	
	<i>R1 Realizadas pesquisas periódicas de recursos pesqueiros e ecossistemas costeiros com navios de investigação em cada 3-4 anos;</i>				*	
	<i>R2 Criadas áreas de investigação aquícola marinha e de água doce.</i>				*	
	<i>R3 Instalado e equipado um laboratório de análise de qualidade da água</i>				*	
	<i>R4 Revista e alargada a validade da estratégia de desenvolvimento da investigação pesqueira.</i>				*	
	A nível da administração das pescarias (8)				×	
	<i>R1 Reforçada a capacidade para assegurar o cumprimento da legislação e de medidas de gestão</i>				*	
	<i>R2 Reforçada a capacidade para emitir medidas de gestão e para definir as condições de acesso aos recursos</i>			*		
	<i>R3 Elaborado e implementado um plano de desenvolvimento para a administração e fiscalização pesqueira (MCS) para o período 2010-14</i>				*	
<i>R4 Caracterizadas as artes de pesca, limitando o número por distrito ou centro de pesca (garantindo o princípio de selectividade de artes nas áreas de conservação) e proceder à sua divulgação</i>			*			

Legenda: ○ = Avaliação da Componente, do impacto e global do PDP II, ● = Avaliação da Subcomponente, × = Avaliação do desdobramento da subcomponente, * = Avaliação do resultado da componente e subcomponente

Numeração e designação das componentes		Grau de satisfação				
		MF	FR	AC	BO	MB
	R5 Garantida a promoção da tecnologia de pesca e de pescado				*	
	R6 Implementados os regulamentos para a pesca recreativa e desportiva			*		
	R7 Revisto os critérios utilizados para a criação das áreas de conservação aquáticas		*			
	R8 Fortalecida a articulação com as diferentes entidades (MICOA, MITUR, MINAG, MDN, MOPH, MTC, ME, MINT e INAMAR) ao nível do desenvolvimento e gestão de recursos aquáticos		*			
	A nível da Fiscalização (2)			x		
	R1 Reforçada a capacidade de fiscalização.			*		
	R2 Operacionalizado o VMS			*		
06	Extensão pesqueira e aquícola (3)	●				
	R1 Elaborada e implementada a estratégia da extensão pesqueira e aquícola	*				
	R2 Elaborado o plano de formação de extensionistas	*				
	R3 Definidos e sistematizados indicadores para a monitoria e avaliação da extensão pesqueira e aquícola.	*				
	Inspecção Pesqueira (2)			●		
	R1 Elaborado e implementado o plano de desenvolvimento para a inspecção de pescado			*		
	R2 Capacitada a inspecção de pescado nos domínios de (a) produtos acabados e (b) tecnologia de pescado.			*		
	Desenvolvimento de Recursos Humanos (2)		●			
	R1 Elaborado e implementado o plano de desenvolvimento dos recursos humanos para o sector, abrangendo a administração pública das pescas e as profissões mais especializadas do sector		*			
	R2 Potenciado o intercâmbio entre o sector público e o privado das pescas ao nível da formação profissional.	*				
	Organização Institucional e Legislação (3+3=6)		●			
	A nível da organização institucional (3)		x			
	R1 Completada a reforma da administração pública das pescas tendo em conta as conclusões e recomendações da análise funcional realizada.			*		
R2 Reavaliado e ajustado o papel do FFP e estabelecido e implementado um plano de desenvolvimento das suas actividades para o período 2010-2014		*				
R3 Definida e implementada a estratégia de comunicação e imagem do sector		*				

Legenda: ○ = Avaliação da Componente, do impacto e global do PDP II, ● = Avaliação da Subcomponente, x = Avaliação do desdobramento da subcomponente, * = Avaliação do resultado da componente e subcomponente

Numeração e designação das componentes		Grau de satisfação				
		MF	FR	AC	BO	MB
06	A nível da legislação (3)			x		
	: R1 Revista e implementada a Lei das Pescas			*		
	R2 Completada a legislação em falta		*			
	R3 Assegurado a aplicação de sanções a infractores, de acordo com o previsto.			*		
	Estudos e planificação (3)	●				
	: R1 Aumentada a capacidade de realização de estudos sectoriais e de planificação, assegurando a criação de estruturas locais apropriadas	*				
	R2 Potenciar a realização de análises macroeconómicas e bio económicas no sector	*				
	R3 Promovido o acompanhamento da execução dos diferentes programas e projectos de desenvolvimento ao nível do sector e efectuada a sua avaliação periódica.	*				
	Aspectos transversais (13+14=27)		●			
	Aspectos específicos do sector (13)			x		
	Respeitantes a questões ambientais - gestão das Pescarias (5)			*		
	R1 Tida em conta a acção directa das pescas ou das comunidades pesqueiras sobre as espécies			*		
	R2 Acautelados os cuidados a observar para os habitats ou ecossistemas e espécies vulneráveis ou raros			*		
	R3 Assegurada a avaliação socioeconómicas das pescarias incluindo os aspectos sociais		*			
	R4 Criadas as zonas de protecção especialmente em regiões importantes para o desenvolvimento da pesca (pesca artesanal)			*		
R5 Acautelados os cuidados a observar relativas a mudanças ambientais (a curto, medio e longo prazo), naturais ou antropogénicas (erosão, clima), sobre os recursos ou comunidades pesqueiras			*			
Respeitantes a Conservação Marinha e Lacustre (5+8=13)			*			
Respeitante as áreas importantes de articulação com outras entidades para redução gradual de conflitos (5)			*			
R1 Melhorada a articulação com outras entidades em torno de parques e reservas nacionais, áreas comunitárias e zonas de ecoturismo			*			
R2 Melhorada a articulação com outras entidades em torno da Reserva Biológica da Inhaca		*				
R3 Melhorada a articulação com outras entidades em torno das reservas florestais e fauna bravia fora das áreas de conservação		*				

Legenda: ○ = Avaliação da Componente, do impacto e global do PDP II, ● = Avaliação da Subcomponente, x = Avaliação do desdobramento da subcomponente, * = Avaliação do resultado da componente e subcomponente

Numeração e designação das componentes		Grau de satisfação				
		MF	FR	AC	BO	MB
06	<i>R4 Melhorada a articulação com outras entidades em torno na gestão dos recursos pesqueiros das áreas de protecção marinha</i>			*		
	<i>R5 Contempladas pelo Sector questões ambientais em todas as acções de planificação de desenvolvimento das pescas, sobretudo na introdução e disseminação de tecnologias alternativas de exploração dos recursos naturais e o ordenamento das actividades</i>			*		
	Respeitante à formulação e implementação de estratégias relativas as áreas de conservação marinha		*			
	<i>R1 Na definição de termos de conservação da natureza que reflectam os objectivos e metas da política de conservação e estratégias de implementação</i>		*			
	<i>R2 No desenvolvimento de um programa estratégico de investigação com o objectivo de recolher e sistematizar a informação básica sobre os ecossistemas marinhos</i>		*			
	<i>R3 Na implementação de um sistema de fiscalização e responsabilidade civil pelo uso dos recursos marinhos</i>		*			
	<i>R4 No desenvolvimento de programas de identificação, diagnostico e monitorização dos ecossistemas marinhos e as actividades neles desenvolvidas</i>		*			
	<i>R5 No desenvolvimento e aplicação de instrumentos financeiros específicos para a gestão do meio marinho, afecto directamente a esses programas</i>		*			
	<i>R6 No desenvolvimento de um programa de formação e sensibilização para a conservação do meio ambiente</i>		*			
	<i>R7 No desenvolvimento de um quadro legal e de planos de gestão integrada, zoneamento e ordenamento</i>		*			
	<i>R8 No desenvolvimento de um sistema de participação pública na sua identificação e gestão</i>		*			
	<i>R1 Fortalecimento e implementação da estratégia de combate a corrupção</i>	*				
	<i>R2 Facilitação do acesso do público à Administração</i>		*			
	<i>R3 Estabelecer e fazer observar os princípios da transparência na gestão dos recursos adstritos ao sector</i>	*				
	<i>R4 Estabelecer mecanismos claros de prestação de contas</i>		*			
	<i>R5 Fortalecer a autoridade do sector</i>		*			
	<i>R6 Clarificar as normas de procedimentos</i>		*			
	<i>R7 Clarificar dos critérios de gestão das participações do Estado no sector produtivo</i>	*				
Avaliação do conjunto das componentes do PDP II			○			
Avaliação do Impacto da Implementação do PDP II no Desenvolvimento Económico e Social					○	
Avaliação Geral do PDP II				○		

Data dos Inquéritos: 19/01/2017-30/03/17

MATRIZ DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

I	INFORMAÇÃO DE BASE	Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
1.1	Há quanto tempo trabalha no Sector das Pescas ?					
1.2	Há quanto tempo está no exercício da actual função?	X				
1.3	Tem conhecimento da existência do PDP 2010 -2019?					
a)	Se sim, a quanto tempo tem conhecimento?					
b)	Participou da elaboração do plano director?	X				
1.4	Por favor indique o seu nível de escolaridade					
	Qual é a sua área de formação?					
1.5	Por favor indique a quanto tempo está envolvido na implementação do PDP 2010-2019					
1.6						
1.7	Com que frequência participa na implementação de acções do PDP 2010-2019?					
	Tem organizado e realizado formações no âmbito do PDP ?				Existem capacitações dos técnicos, falta é a capacidade e flexibilidade das áreas em planear e propor formações ao sector de formação. O MIMAIP tem o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no entanto em algum momento as pessoas faziam cursos não ligados ao sector, o que levou à mudança de abordagem, i.é, identificar e traçar no Plano formações específicas do sector. Relativamente às capacitações de curta duração, tem havido pouco cuidado de incluir os técnicos das províncias.	
1.8	Com que frequência participa ou organiza formações em matéria ligadas às acções contidas no PDP 2010-2019?					
1.9	Em que acções do PDP 2010-2019 está envolvido?					
1.10	Dispõe de recursos suficientes para implementar acções do PDP 2010-2019? (justifique)		X			Apesar desta resposta da maioria, não há evidências de não implementação das actividades do PDP por falta de recursos financeiros. Regra geral o financiamento e implementação PDP, é feita via projectos e com recurso a financiamentos externos. Contudo há indicações de o apoio externo ter reduzido a partir de 2014, de principais financiadores como Noruega e Dinamarca.

II	Participação e familiaridade com actividades do PDP 2010-2019	Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
2.1	Em que medida o PDP está reflectido nos vossos planos sectoriais, i.é, como é usado o PDP para o sistema de Planificação anual das actividades?				A maioria dos entrevistados afirma que todo o plano e projectos do sector são baseados no PDP. Os Planos Quinquenais (PQ) na área das pescas são baseados no PDP e os PES são baseados nos PQ, desta forma os Planos se reflectem no PDP, porém o que se tem notado é a deficiente capacidade de monitorização da implementação. De certa forma os indicadores do PDP, sobretudo aquacultura e motorização da pesca artesanal, foram sobrestimados.	No entanto não foram capazes de demonstrar como o PDP é usado para sistema de Planificação e nem existem evidências de como o este documento é usado como instrumento de controlo de gestão. Nos vários relatórios e outros documentos de gestão do diversos Órgãos e instituições do MIMAIP, nada consta ou em nenhum momento é mencionado o PDP.
2.2	Acredita que as actividades desenvolvidas na sua Direcção estão em conformidade com o PDP 2010-2019?				Todos responderam que estavam em conformidade	
2.3	(Se sim) Especifique as acções do PDP 2010-2019 implementadas por sua direcção de que tenha conhecimento				Ninguém conseguiu especificar.	
2.4	Acredita que os agregados familiares de comunidades dependentes da pesca artesanal de subsistência e aquicultores de pequena escala mais empobrecidos estão recebendo o apoio previsto no PDP 2010-2019?	X			Todos os entrevistados afirmam que sim, estas comunidades têm recebido múltiplos apoios, como o melhoramento das vias de acesso, colocação de infra-estruturas de energia, apoio na construção de Centros de Saúde e escolas, apoios na promoção de Serviços Financeiros (capacitação e criação de grupos PCR's), mesmo o apoio ao acesso aos Serviços financeiros formais e outras linhas de crédito, como o investimento para a motorização dos barcos. Apoio aos vendedores de insumos de Pescas e treinamento dos carpinteiros navais e mecânicos. A pesca artesanal é a que mais recebeu recursos, no entanto, falta uma avaliação do impacto de melhoramento das condições de vida do financiamento e apoio a esta área.	
a.	(Se sim) por favor fundamente					
b.	(Se Não), por favor fundamente					
2.5	De que forma envolvem os beneficiários (CCP, cooperativas/associações de pescadores, armadores de pesca, etc) na planificação e implementação do PDP 2010-2019? Potencias áreas indicativas: Planificação Implementação Supervisão				Os beneficiários são envolvidos, via CCP's Comitês de Co-Gestão, entre outros, o sistema de Planificação começa ao nível distrital/Posto administrativo (onde se discute com todos estes Órgãos) e vai até a Província e no fim desagua no Ministério, i.é as reuniões de planificação começam da base, nos Centros de Pesca, sobretudo o sub-sector da pesca artesanal. A ADNAP através da CAP (Comissão de Administração Pesqueira) que é um órgão de consulta, faz o mesmo exercício com os armadores industriais e semi-industriais, estão estabelecidas 4 reuniões anuais, sendo 2 de Planificação (as últimas do ano) e 2 de Monitoria (as primeiras do ano). Mesma a introdução de nova legislação, bem como o estabelecimento de taxas e precedida de consulta aos pescadores através das suas Organizações.	
	Planificação?	X				
	Implementação	X				

	Supervisão e avaliação?	X			
3.1	Quais são as actividades essenciais que desenvolve com relação a:				
a.	Incremento da Produção/Disponibilidade uniforme de Pescado em todo o País:				
A1	Que acções foram desenvolvidas para o aproveitamento da fauna acompanhante do camarão, geralmente descartada no mar?				<p>Constituiu sempre um grande desafio no sector, a administração Pública desenhou e aprovou um diário de bordo que recolhe informação de forma abrangente (fauna acompanhante e do descartado), mesmo assim, nota-se que o que é descarregado parece ser maior do que a informação recolhida em diários de bordo. com a redução drástica da captura, em muitos casos os próprios armadores passaram a ser elas a fazerem o aproveitamento da fauna acompanhante, havendo pouco por aproveitar em moldes anteriores de entrega aos pescadores artesanais. Houve programa de financiamento de motorização de barcos de pescadores artesanais o que lhes permite ir ao alto mar recolher a fauna acompanhante.</p> <p>Houve capacitações de pescadores (da pesca artesanal) para o sistema de recolha, processamento e conservação (secagem ou fumagem) do pescado recolhido, fornecimento de congeladores e painéis solares, para conservação do pescado recolhido.</p> <p>Foi feito o Plano de Desenvolvimento da pescaria do ATUM, foram incentivados algumas empresas nacionais a entrarem na pesca do ATUM, isto poderia aumentar a captura da fauna acompanhante e também fora sensibilizadas as empresas estrangeiras que pescam ATUM de forma a descarregar a fauna.</p>
A2	Que acções foram desenvolvidas para a criação de condições económicas, técnicas e de acesso ao crédito para pescadores artesanais?				<p>Foi criado uma linha de crédito para o financiamento da aquisição e motorização de embarcações da pesca artesanal. Foi estabelecido um programa de crédito rotativo, onde foram criados grupos de poupança, e foram contratados provedores destes serviços para trabalharem com estes grupos na sua capacitação em todas matérias de gestão de crédito, capacitação em Gestão de Negócios e apoio na elaboração de Projectos para o acesso ao crédito. Apoio na formalização/legalização das associações/cooperativas de pescadores para serem elegíveis ao crédito. Contudo, desde que se começou com a motorização já a anos, não está se a conseguir a recuperação de empréstimos e não foi estabelecido um mecanismo eficaz de controle para recuperação do crédito.</p>
A3	Que acções foram desenvolvidas para a desconstracção da pesca semi-industrial dos extremos do Banco de Sofala e do Sul do País e expansão para o resto do país?				<p>Não se fez tanto, agora o esforço é ter o Porto de Pesca de Angoche, em termos de licenças estabeleceram-se taxas baixas para o Norte do Banco de Sofala de modo a incentivar o seu descongestionamento. Foi desenvolvido um plano de pesca a linha como incentivo para Zona Norte, incluindo o incentivo a aquacultura e maricultura.</p>

A4	Desenvolvimento da aquacultura de pequena escala				Assistência técnica na abertura de tanques, concessão de crédito para aquisição de motobombas, capacitação na produção, fornecimento de alvinos, foi desenhado o plano de massificação da aquacultura, foi construído o Centro de Pesquisa de Aquacultura em Gaza (para garantir a massificação e fornecer alvinos em todo o país), estão sendo construídos Unidades de Produção nas províncias de Gaza e Inhambane. Foram criados Centros de Demonstração e foram formados via associações algumas pessoas para disseminar e capacitar outras. Houve programas de massificação da aquacultura, mas faltou acompanhamento, daí a baixa qualidade do peixe produzido, isto tem como origem os alvinos colocados, não havia separação de fêmeas/machos, ou seja não se olhava para a quantidade dos machos se era proporcional às fêmeas colocadas, e essa mistura logo no início, levava à tendência de se começar o ciclo reprodutivo em idade precoce e assim nunca mais cresciam.	
b.	Incremento da contribuição das pescarias industriais e aquacultura no desenvolvimento económico do país, e especialmente na redução da pobreza					
B1	Que actividades foram desenvolvidas para incrementar a renda das pescarias industriais?				Elaborado em 2013 um Plano estratégico para pesca de ATUM, na sequência há 2 investimentos já feitos (PESCAMOZ e EMATUM, a ideia com este plano é desenvolver toda cadeia de valor de ATUM	
B2	Que acções foram levadas a cabo para agregar valor às capturas industriais?				Construído no Porto da Beira uma Unidade de Processamento e Conservação do pescado, na Beira e Maputo Unidade de Processamento da amêijoa.	Uma das falhas foi permitir autorização de investimentos em barcos fábricas e não a gelo, hoje se torna difícil aos armadores para não processarem nos seus barcos tendo em conta o investimento feito.
B3	Que acções foram implementadas para promover a aquacultura comercial?				Isenção de taxas de licenciamento para aquacultura.	Deve haver mudanças na abordagem, como p/ex, construção de aquaparcos, onde deve-se produzir desde ração a alvinos, os projectos de aquacultura devem ser integrados a agricultura e pecuária de forma a ser mais viáveis. E limitar o apoio do estado à assistência técnica.

c.	Incremento da contribuição do sector na Balança de Pagamentos	Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
C1	Que acções foram implementadas com vista ao aumento das capturas industriais e exportações respectivas?				Ninguém conseguiu dar informação concreta do que foi feito. Apenas foi referido que a introdução de direito de pescas na lei das Pescas vai alavancar a balança de pagamentos.	
C2	Que acções foram desenvolvidas para agregar valor nas pescarias destinadas à exportação?				Certificação de empresas em qualidade, de modo a conferir mais valor ao seu produto.	
C3	Que acções foram implementadas para promover a formação de profissionais nacionais ajustados às frotas de pesca existentes?				Troca de experiência (na pesca artesanal) dos pescadores com outros países, como a Tanzânia, cursos dirigidos a pescadores sobre utilização das artes de pescas. Também se promoveu troca de experiência entre pescadores das províncias diferentes e até foi adoptado o modelo de barco tipo "Moma" o que levou ao aumento de rendimentos noutras províncias.	
C4	Que acções foram levadas a cabo para Limitar as importações destinadas ao aprovisionamento das armadoras industriais que operam no País?				O mercado sozinho regulou (lei do mercado), pois a nível nacional já há produtos para abastecer os barcos dos armadores industriais.	
C5	Que acções foram levadas a cabo para Limitar a importação de pescado congelado para abastecimento nacional?				A capacidade de produzir e abastecer o mercado interno ainda é diminuta, daí continua-se a importar o carapau, que beneficiou da isenção de direitos.	
d.	Redução do nível de pobreza entre as comunidades de pescadores artesanais e aqüicultores de pequena escala, incluindo o seu empoderamento					
D1	Que acções foram desenvolvidas para melhorar a capacidade das comunidades de pescadores artesanais e aqüicultores de pequena escala na resolução de problemas de saúde, abastecimento de água potável, educação e alfabetização, e outros relacionados com as profissões de pesca e de participação na gestão das pescarias artesanais				Os actuais Projectos da Pesca Artesanal são integrados, i.é, entre outras actividades, inclui a construção de escolas, melhoramento de vias de acesso para os centros de pescas, construção de Centros de saúde e capacitação de Parteiras tradicionais, furos de água potável e criação das respectivas Comissões de Gestão, formação. Este é o caso do PROPESCA e do PABAS (Projecto da Pesca Artesanal do Banco de Sofala) que terminou em 20112	
D2	Que acções foram levadas a cabo para o incremento do rendimento das actividades de pesca artesanal e piscicultura?				Os entrevistados não conseguiram responder	
D3	Que acções foram implementadas para a melhoria da rede de comercialização de produtos e insumos de pesca?				Estabelecidas linhas de crédito no FFP, que incluem a comercialização de produtos e insumos de pesca e criadas condições de facilitação do acesso a esse crédito.	

		Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
D4	Que acções foram implementadas para a melhoria do acesso ao crédito formal para pescadores artesanais e aquicultores de pequena escala?				Apoio na formalização e legalização de associações e cooperativas de pescadores, capacitação destas Organizações em gestão de crédito, disponibilização do Crédito pelo FFP às instituições de microfinanças que por sua vez concedem crédito aos pescadores, mas estas instituições raramente chegam onde estão os pescadores.	
D5	Que acções foram implementadas para o Incremento da disponibilidade de ração no mercado nacional?				Na última revisão da Pauta Aduaneira se isentou a importação de ração, também o sector tem feito contactos com os países como Vietname e Egipto para produção de ração de baixo custo no país.	
D6	Que acções foram implementadas para o Incremento da capacidade institucional das entidades directamente envolvidas na promoção do desenvolvimento da pesca artesanal (IDPPE, FFP e EP)?				Há capacitação e formação dos técnicos destas instituições, sobretudo na aquacultura. Em todos os projectos há rubricas para formação e inclui pessoal das províncias, foram contratados e há programas de formação contínua de extensionistas, construção de suas residências e colocação de meios de trabalho. Estes extensionistas além de dar assistência técnica, fazem formações aos pescadores e suas comunidades. Porém, não houve uma estratégia de integração e retenção do pessoal o que levou com que muitos destes técnicos que se beneficiaram de bolsas, abandonassem o sector.	
f.	Reforço da capacidade de administração pública de pescas					
F1	Que acções foram desenvolvidas para o reforço da capacidade de avaliação do estado de exploração/conservação de recursos pesqueiros				Foram feitos vários cruzeiros para avaliação da disponibilidade de recursos, sobretudo do banco de Sofala, assim como na albufeira da Cabora Bassa (avaliação da Kapenta) em Tete. Esta actividade foi feita por técnicos nacionais. Criação da ADNAP e da Direcção de Fiscalização, VMR, aprovação de novos diários de bordo, adequação do barco de Pesca aprisionado para barco de fiscalização. Porém ainda há desafios, p/ex a questão do ATUM, o sector não está capacitado para trabalhar de forma independente, na avaliação e pesca do ATUM. Por outro lado, no período de 2010 para cá foram elaborados Planos estratégicos e Planos de Gestão para diversas áreas do sector, como: - Plano de Desenvolvimento da Pescaria do ATUM; - Plano de Gestão das Pescarias de camarão no Banco de Sofala; - Plano de Gestão da Pesca à Linha; - Plano de Gestão das Pescarias na albufeira de Cabora Bassa.	
F2	Que acções foram desenvolvidas para o reforço da capacidade de gestão e de definição de condições de acesso aos recursos				Aprovação da Lei de Pescas em 2013.	
F3	Que acções foram desenvolvidas para o reforço da capacidade de fiscalização do cumprimento da legislação pesqueira, de aquacultura e de processamento				Criada uma área específica de fiscalização, formação de fiscais de pesca, disponibilizado um barco para fiscalização.	

	Reforço da capacidade de administração pública de pescas	Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
F4	Que acções foram desenvolvidas para melhorar adequação da inspecção de pescado às necessidades do sector?				Foram criados laboratórios de análise do pescado em Maputo, Quelimane e Beira. Assim todas as empresas do ramo e barcos devem ter o HCCP (controle de qualidade a partir dos pontos críticos), a verificação de pescado é feita através deste sistema (HCCP), para certificação sanitária.	
F5	Que acções foram desenvolvidas para o reforço da capacidade técnica dos quadros do sector				Capacitação contínua dos técnicos; elaborado Plano de desenvolvimento de RH	
F6	Que acções foram desenvolvidas para o reforço da capacidade estatística, de pesquisa sectorial e de planificação				Foi feito o Plano Director de Estatística pesqueira; formação aos técnicos de sector, o que melhorou de certa forma o sistema de informação estatística de sector.	O Consultor solicitou este Plano, mas não lhe foi apresentado.
F7	Que acções foram desenvolvidas para o reforço da capacidade de mobilização de crédito destinado às actividades pesqueiras em geral				Conseguiu-se mobilizar financiamento para Pesca Artesanal, via Programas/Projectos de Desenvolvimento, são os casos da ProPesca e PROAQUA.	
F8	Que acções foram desenvolvidas para o reforço da capacidade de gestão das participações do Estado no sector				Existe a EMOPESCA, que é ela que representa as participações do Estado na área das Pescas, esta empresa já é participada pelo IGEPE.	
F9	Que acções foram desenvolvidas para o reforço da capacidade para promoção de aquacultura de pequena escala?				Mobilização das Comunidades para prática de aquacultura, mapeamento geográfico de áreas propícias para prática de aquacultura; assistência na construção de tanques e facilitação para disponibilidade de alvinos.	

g.	Reforço da capacidade do MIMAIP na resolução de problemas transversais	Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
G1	Que incentivos foram criados para o desenvolvimento pesqueiro e aquícola?				Os entrevistados não conseguiram responder	
G2	Que Incentivos foram criados para o desenvolvimento de infra-estruturas?				Arranjou-se financiamento para construção de Centros de processamento de pescado, construção de mercados de venda de peixe, financiamento da reabilitação/construção do Porto de Pesca da Beira.	No sector e com o apoio do CNCS (conselho Nacional do Combate ao SIDA, foram feitos programas de educação, incluindo a ceta básica para os funcionários portadores do HIV/SIDA, estes programas também incluíam as comunidades de pescadores.
G3	Que 109acções foram desenvolvidas para a formação e desenvolvimento de recursos humanos do sector?				Nota-se um défice na capacitação dos técnicos em tempos tentou-se fazer um Plano de Desenvolvimento de R.H, mas nunca foi terminado e se foi terminado não alcançou as expectativas. Está evidente no sector uma deficiente gestão de Quadros e nem parece existir uma estratégia de gestão de Quadros, não há sistema de acompanhamento de desempenho de Quadros, mais cerca de 805 de nomeações não é feita pela competência, mas sim, por afinidades pessoais. Nota-se uma falta de visão e orientação da escola de Pescas, não se conseguiu ajustar-se a escola de Pescas à conjuntura actual, não há ligação da escola com o sector produtivo, cerca de 605 ou mais do ensino na escola é o ensino geral 9isto foi feito na alternativa de busca de receitas para manter a escola). O sector tem tido capacitações de curta duração financiada pelos parceiros de cooperação. Não há acompanhamento pós formação. No sector de pescas é importante que a escola não se desligue completamente dos ex-alunos, de modo a lhes oferecer cursos de reciclagem, pois é o sector com mudanças tecnológicas 9hoje os barcos estão equipados com radares e sondas que antes não existiam. Na admissão das pessoas no sector, não cursos de indução e integração.	
G4	Que acções foram desenvolvidas para desenvolvimento da extensão pesqueira				Foram recrutados extensionistas que cobrem toda costa e também nas águas do interior e estão capacitados para o exercício efectivo das suas actividades.	
G5	Que 109acções foram desenvolvidas para o financiamento corrente da administração pesqueira?				Os entrevistados não conseguiram responder	
G6	Que 109acções foram desenvolvidas para a promoção da boa governação?				Os entrevistados não conseguiram responder	
G7	Que 109acções foram desenvolvidas para a protecção ambiental				No âmbito da fiscalização foram feitos programas de sensibilização das comunidades para protecção de mangais, foi feita também a formação de Polícia Lacustre.	
G8	Que acções foram desenvolvidas para a promoção da equidade do género?				Apenas referiam que há equilíbrio de género, sobretudo nos cargos de chefia.	
G9	Que acções foram desenvolvidas para a conservação marinha e lacustre.				Criação e formação de Polícia Lacustre.	
G10	Como é que as acções descritas acima se relacionam? Por favor fundamente				Os entrevistados não conseguiram responder	

		Sim	Não	NA	<i>Resultados</i>	
					Do Inquérito	Observações
5.2	Que oportunidade julga existirem para a disseminação das práticas apresentadas acima				Os entrevistados não conseguiram responder	
5.3	Caso tenha identificado eventuais oportunidades para disseminação de boas práticas, indique os componentes que se adequem à sua disseminação? Por favor apresente exemplos				Os entrevistados não conseguiram responder	

VI	Resultados, Impactos (Consequências) /Mudanças resultantes da implementação do PDP 2010-2019	Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
6.1	Em que medida as acções do PDP2010-2019 contribuíram para a melhoria do desempenho do sector no alcance dos objectivos planificados, comparativamente ao início da sua implementação? (por favor explique)				A Gestão participativa dos recursos (Comissões de Adm. Pesqueira, OBC's), motorização dos barcos, a capacitação profissional que tem sido feito para os técnicos. Reformas do Quadro Legal (aprovação da Lei de Pescas em 2013).	
6.2	Qual é a sua avaliação dos resultados e impactos da implementação do PDP 2010-2019 nas seguintes componentes:		X			
6.3	Que resultados e impactos foram alcançados, ao nível da componente da Pesca Artesanal, com destaque para o empoderamento deste grupo de beneficiários				A criação de órgãos locais de gestão (CCP's, Comitês de Co-Gestão), sua participação e envolvimento activo nas actividades.	
6.4	Que resultados e impactos foram alcançados a nível da pesca semi-industrial?					
6.5	Que resultados e impactos foram alcançados a nível da pesca industrial?					
6.6	Que resultados e impactos foram alcançados a nível da aquacultura de pequena escala				Construido Centro de Pesquisa de Aquacultura no Chokwé	
6.6	Que resultados e impactos foram alcançados a nível da aquacultura industrial					
6.7	Que resultados e impactos foram alcançados no âmbito do processamento artesanal de pescado?					
a.	Quantas unidades do tipo caseiro foram criadas para o fabrico de produtos de ornamentação, de 2010 a 2019? (tabela 12)					
b.	Que apoios foram criados para incentivar a valorização de produtos de pescado?					
6.8	Que resultados e impactos foram alcançados no âmbito do processamento Industrial de pescado ?					

VII	Desafios Significativos e limitações na implementação do PDP 2010-2019	Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
7.1	Indique desafios significativos identificados na implementação das acções do PDP 2010-2019				Definição de Metas; Monitoria da implementação do Plano. O sector privado não tem assumido o seu papel, falta proactividade para as diferentes áreas de pescas; prevalência em alguns Centros de Pescas de uso de artes nocivas; Mudanças Climáticas, como fazer e o que fazer na criação do peixe em cativeiro de modo a se desenvolver num ambiente favorável.	
A	Desafios pessoais (por favor explique)					
B	Desafios relativos a recursos, nomeadamente recursos financeiros, capacidades e conhecimentos relevantes. (por favor explique)				Capacidade de assistência em aquacultura, desenvolvimento de uma aquacultura comercial; actividade de fiscalização pesqueira é muito cara, precisa de disponibilidade financeira líquida, deve-se pensar em autonomizar esta área.	
C	Desafios relativos a gestão (por favor explique)				A organização institucional do sector (há mudanças constantes que até certo ponto chegam a desestabilizar o sector).	
D	Desafios relativos aos programas e políticas (por favor explique)					
7.2	Indique outros desafios e limitações identificados na implementação das acções do PDP 2010-2019					
VIII	Riscos e actividades de mitigação					
8.1	Qual é a sua experiência ou reflexão acerca dos riscos de implementação das acções do PDP:				Algumas metas definidas foram ambiciosas, tal é o caso de aquacultura. Alguns investimentos planificados não foram concretizados. Deve se rever para metas mais realísticas. Em de R.H, existe uma melhor capacidade, mas deve-se saber aproveitar melhor (como reter esta capacidade, pois alguns saem do sector por se sentirem mal aproveitados). Políticas e estratégias estão perfeitas, mas é preciso revisita-los com amais frequência.	
	a. Ao nível de gestão (como por exemplo fraca capacidade de gestão)				Não foi estabelecido um sistema de monitoria. Não existe interligação e coordenação institucional, bem como disseminação de políticas e estratégias do sector.	
	b. Ao nível dos beneficiários (como seja fraca participação)				Temos de descentralizar e desconcentrar a gestão dos Recursos financeiros.	
	c. Ao nível local (como seja as políticas, tradições, barreiras religiosas)					
8.2	Tem algumas Sugestões de medidas de mitigação com relação aos riscos e outras barreiras enfrentadas no âmbito da implementação das acções cruciais do PDP 2010-2019				Revisão dos Indicadores	

IX	Sustentabilidade	Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
9.1	Que esforço foi desenvolvido para assegurar a sustentabilidade das acções do PDP?				O envolvimento das comunidades organizadas em CCP's, Cooperativas ou Comitês de Co-Gestão, a criação de grupos de PCR's. A contribuição destas comunidades na implementação dos projectos, tanto em mão-de-obra, ou materiais, fiscalização no período de veda ou de artes usadas na pesca, controle de colegas no caso de crédito para que efectuem reembolsos, tudo isto faz com que elas se apropriem e permitem a sustentabilidade. A criação da rede de extensionistas e sua capacitação. Para actividades não específicas do sector, o envolvimento das respectivas instituições na sua implementação, garante a continuidade, tais são os casos da componente de Estradas financiado pelo ProPESCA (reabilitação das vias de acesso), onde se envolve a ANE, caso de electrificação, que é envolvido o FUNAE, abertura de poços de água Potável são envolvidas as Obras Públicas.	p/ex: a dependência em fontes externas, quando os financiadores se retiraram no financiamento às actividades de fiscalização, o barco que fazia esta actividade ficou paralisado durante os últimos 2 anos e como alternativa foi entregue ao Ministério da Defesa.
A	Por favor descreva experiências práticas/exemplos que evidenciem os esforços de sustentabilidade levados a cabo no âmbito do PDP 2010-2019				Foi respondida no número anterior.	
9.2	Em que medida os beneficiários foram envolvidos para o alcance dos objectivos de sustentabilidade do PDP 2010-2019				Foi respondida no 9.1.	
X	Recursos financeiros para implementação do plano					
10.1	Que fontes de financiamento estiveram disponíveis para implementação do plano director? (Tabela)				EU através do IFAD, BAD, FAO, ICEIDA, Noruega, Cooperação Italiana	
XII	Na sua óptica, qual é a avaliação que faz da implementação do PDP 2010-2019, em termos do alcance dos objectivos e resultados				Ainda não satisfaz, e com a redução da contribuição externa que se verifica desde 2014, não será possível alcançar os resultados esperados. Porém no geral é positiva, mas sobretudo na pesca artesanal.	Um dos entrevistados fez a seguinte avaliação, que considero interessante, tendo em conta o que se ouviu dos entrevistados: de uma classificação de 0 a 10, Infra-estruturas, Nota 5; aquacultura: 3, Pesca artesanal: 5 (a falta de avaliação não permite visualizar o impacto); Pesquisa:4; Processamento e Comercialização: 5; ATUM:2.

		Sim	Não	NA	Resultados	
					Do Inquérito	Observações
XIII	Tendo em conta o período que resta para a implementação do PDP2010-2019, e os resultados alcançados até ao momento, o que julga que deve ser melhorado para o alcance efectivo dos objectivos planificados?				<p>Persuadir o MEF a colmatar o défice da retirada do financiamento externo. A Componente de Aquacultura deve ser vista como uma das grandes prioridades do sector, criar condições para que o sector privado se atrai na produção de alvino e ração, apostar na aquacultura comercial. Melhorar os sistemas de informação estatística, monitoria e comunicação ao nível de toda a cadeia de comando do MIMAIP.</p> <p>As componentes de formação que estão nos projectos/programas, bem como as capacitações de curta duração programadas a nível central, deve ser responsabilizados à escola de Pescas para sua implementação, como forma de capacitá-lo. Há repensar na escola de Pescas de forma a se ajustar às actuais transformações e também deve-se alinhar uma melhor forma de a escola de Pescas ser conhecida pelos pescadores e estes mobilizarem e inscrever seus filhos, mesmo que para isso seja necessário a escola ter representante em cada zona do País (Centro, Norte e Sul)</p>	
XIV	Foi indicado algum responsável para coordenação e supervisão da implementação do PDP 2010-2019?	X			Direcção de Estudos e Planificação	
XV	De uma forma geral, quais foram os principais obstáculos /constrangimentos enfrentados, no processo de implementação do PDP?					
XVI	Quais são os aspectos que devem ser retirados ou revistos no actual PDP?				Rever as Metas e Indicadores, i.é quantificar os indicadores, p/ex, estabelecer 5 aquaparcos e indicar o que vão produzir e quanto vão produzir.	
XVII	Em todos os aspectos, que elementos novos devem ser integrados no PDP, a partir deste momento, até à conclusão da sua implementação?				<p>Dada a mudança da estrutura organizacional do Ministério, é necessário não considerar apenas o PDP, mas um PD que inclui outras áreas, como Mar e Águas do Interior.</p> <p>Introduzir no plano e priorizar a construção de desembarcadouros, pois até agora não se conseguiu construir. É importante que se desenvolva o Plano Director de Aquacultura. É preciso olhar também o Plano de desenvolvimento de Infra-estruturas, tendo em conta a integração do Mar e Águas Interiores.</p>	

